

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	7
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	8
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	19
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	20
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	24
---	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	149
----------------------------------	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	151
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	155
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	157

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	158
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	159

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	203.934.060
Preferenciais	0
Total	203.934.060
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	3.724.376	3.792.410	0
1.01	Ativo Circulante	89.989	169.443	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	83.694	14.412	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	647	237	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	647	237	0
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições	86	11	0
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social	561	226	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	306	254	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.342	154.540	0
1.01.08.03	Outros	5.342	154.540	0
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	4.203	150.152	0
1.01.08.03.02	Serviços Prestados a receber	134	140	0
1.01.08.03.03	Outros créditos	1.005	4.248	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.634.387	3.622.967	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	407	312	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	407	312	0
1.02.01.09.05	Depósitos vinculados a litígios	407	312	0
1.02.02	Investimentos	3.633.308	3.621.983	0
1.02.02.01	Participações Societárias	3.633.308	3.621.983	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.631.274	3.619.949	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.034	2.034	0
1.02.03	Imobilizado	672	672	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	672	672	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	3.724.376	3.792.410	0
2.01	Passivo Circulante	53.853	162.884	0
2.01.02	Fornecedores	526	1.351	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	526	1.351	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	146	90	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	146	90	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3	13	0
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições	143	77	0
2.01.05	Outras Obrigações	53.181	161.443	0
2.01.05.02	Outros	53.181	161.443	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	51.099	157.422	0
2.01.05.02.04	Outras Obrigações Estimadas	1.210	1.288	0
2.01.05.02.05	Outros Débitos	860	2.729	0
2.01.05.02.06	Benefícios Pós-emprego	12	4	0
2.02	Passivo Não Circulante	901	901	0
2.02.02	Outras Obrigações	901	901	0
2.02.02.02	Outros	901	901	0
2.02.02.02.04	Outros Débitos	901	901	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.669.622	3.628.625	0
2.03.01	Capital Social Realizado	2.225.822	2.225.822	0
2.03.04	Reservas de Lucros	1.142.530	1.090.697	0
2.03.04.01	Reserva Legal	261.636	259.516	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	880.894	831.181	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	390.317	409.824	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-89.047	-97.718	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	40.521	661.882	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.116	-11.538	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	51.637	673.420	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	40.521	661.882	0
3.06	Resultado Financeiro	1.874	949	0
3.06.01	Receitas Financeiras	1.930	1.088	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-56	-139	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.395	662.831	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	42.395	662.831	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	42.395	662.831	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,20789	3,25022	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,20789	3,25022	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	42.395	662.831	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	8.671	-21.104	0
4.02.01	Ganhos (perdas) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	0	-21.104	0
4.02.02	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	8.671	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	51.066	641.727	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	343.522	404.955	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-9.242	-10.589	0
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	42.395	662.831	0
6.01.01.13	Resultado de equivalência patrimonial	-51.637	-673.420	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	352.764	415.544	0
6.01.02.03	Tributos e contribuições	-410	6.205	0
6.01.02.05	Serviços prestados a receber	6	3	0
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-52	16	0
6.01.02.07	Depósitos vinculados a litígios	-95	-7	0
6.01.02.08	Dividendos e JCP recebidos	352.466	417.918	0
6.01.02.09	Outros	3.243	1.898	0
6.01.02.10	Fornecedores	-825	1.056	0
6.01.02.11	Obrigações estimadas	-80	-255	0
6.01.02.12	Tributos e Contribuições	56	-10.960	0
6.01.02.15	Benefícios pós-emprego	8	0	0
6.01.02.16	Outros passivos	-1.553	-330	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-157.848	-52.507	0
6.02.10	Aplicações/Aquisições no Investimento	-157.848	-52.507	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-116.392	-364.838	0
6.03.01	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-116.392	-364.838	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	69.282	-12.390	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.412	26.802	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	83.694	14.412	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.225.822	0	1.500.521	0	-97.718	3.628.625
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.225.822	0	1.500.521	0	-97.718	3.628.625
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-19.507	19.507	0	0
5.04.08	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	0	0	-19.507	19.507	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.395	8.671	51.066
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	42.395	0	42.395
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.671	8.671
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	0	0	0	0	8.671	8.671
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	51.833	-61.902	0	-10.069
5.06.04	Constituição da reserva legal	0	0	2.120	-2.120	0	0
5.06.05	Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,0494 / ação)	0	0	0	-10.069	0	-10.069
5.06.06	Constituição da reserva de retenção de lucros	0	0	49.713	-49.713	0	0
5.07	Saldos Finais	2.225.822	0	1.532.847	0	-89.047	3.669.622

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.225.822	0	1.327.931	0	-76.614	3.477.139
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.225.822	0	1.327.931	0	-76.614	3.477.139
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-352.493	19.674	0	-332.819
5.04.08	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-19.674	19.674	0	0
5.04.09	Dividendos deliberados pela AGO e pagos (R\$ 1,63 / ação)	0	0	-332.819	0	0	-332.819
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	662.831	-21.104	641.727
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	662.831	0	662.831
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.104	-21.104
5.05.02.06	Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	0	0	0	0	-21.104	-21.104
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	525.083	-682.505	0	-157.422
5.06.04	Constituição da reserva legal	0	0	33.142	-33.142	0	0
5.06.05	Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,7719 / ação)	0	0	0	-157.422	0	-157.422
5.06.06	Constituição da reserva de retenção de lucros	0	0	491.941	-491.941	0	0
5.07	Saldos Finais	2.225.822	0	1.500.521	0	-97.718	3.628.625

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.414	-5.987	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.414	-5.987	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.414	-5.987	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.414	-5.987	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	53.567	674.508	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	51.637	673.420	0
7.06.02	Receitas Financeiras	1.930	1.088	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	49.153	668.521	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	49.153	668.521	0
7.08.01	Pessoal	6.191	5.075	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.732	4.664	0
7.08.01.02	Benefícios	309	274	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	150	137	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	609	505	0
7.08.02.01	Federais	609	505	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-42	110	0
7.08.03.01	Juros	-42	110	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	42.395	662.831	0
7.08.04.02	Dividendos	10.069	157.422	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.326	505.409	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	14.905.979	13.634.194	0
1.01	Ativo Circulante	3.976.236	2.955.252	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	447.441	401.138	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	74.682	104.698	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	74.682	104.698	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	74.682	104.698	0
1.01.03	Contas a Receber	2.199.230	1.380.679	0
1.01.03.01	Clientes	2.199.230	1.380.679	0
1.01.03.01.01	Clientes	2.199.230	1.380.679	0
1.01.04	Estoques	34.960	33.967	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	176.680	120.213	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	176.680	120.213	0
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições	90.443	89.657	0
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	86.237	30.556	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	24.958	14.910	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.018.285	899.647	0
1.01.08.03	Outros	1.018.285	899.647	0
1.01.08.03.01	Serviços Prestados a Receber	23.597	38.009	0
1.01.08.03.02	Outros Créditos	229.868	282.623	0
1.01.08.03.03	Rendas a receber Swap	196.145	1.557	0
1.01.08.03.05	Parcela A e outros itens financeiros	568.675	577.458	0
1.02	Ativo Não Circulante	10.929.743	10.678.942	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.406.701	4.203.351	0
1.02.01.03	Contas a Receber	218.527	211.547	0
1.02.01.03.01	Clientes	218.527	211.547	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	496.891	473.823	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	496.891	473.823	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.691.283	3.517.981	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro de Concessões	2.932.833	2.446.443	0
1.02.01.09.04	Tributos e Contribuições	85.939	89.233	0
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	240.304	233.073	0
1.02.01.09.06	Rendas a Receber Swap	386.858	209.734	0
1.02.01.09.07	Outros Créditos	2.147	2.786	0
1.02.01.09.08	Parcela A e outros itens financeiros	43.001	536.712	0
1.02.01.09.09	Despesas pagas antecipadamente	201	0	0
1.02.02	Investimentos	754.204	826.647	0
1.02.02.01	Participações Societárias	754.204	826.647	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	754.204	826.647	0
1.02.03	Imobilizado	1.709.633	1.705.087	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.352.520	1.377.288	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	357.113	327.799	0
1.02.04	Intangível	4.059.205	3.943.857	0
1.02.04.01	Intangíveis	4.059.205	3.943.857	0
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.624.924	3.572.140	0
1.02.04.01.02	Outros	434.281	371.717	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	14.905.979	13.634.194	0
2.01	Passivo Circulante	4.399.371	2.924.772	0
2.01.02	Fornecedores	1.449.642	1.560.390	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.449.642	1.560.390	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	372.122	289.119	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	372.122	289.119	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.262	35.548	0
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições	356.860	253.571	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.844.173	579.837	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.629.166	482.180	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	693.692	357.569	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	935.474	124.611	0
2.01.04.02	Debêntures	215.007	97.657	0
2.01.05	Outras Obrigações	733.434	495.426	0
2.01.05.02	Outros	733.434	495.426	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	51.099	157.422	0
2.01.05.02.04	Outras Obrigações Estimadas	54.478	53.812	0
2.01.05.02.05	Outros Débitos	267.631	210.601	0
2.01.05.02.06	Benefícios Pós - Emprego	67	123	0
2.01.05.02.07	Encargos Regulatórios	360.159	58.978	0
2.01.05.02.08	Rendas a pagar Swap	0	14.490	0
2.02	Passivo Não Circulante	6.836.986	7.080.797	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.730.212	6.002.464	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.547.976	2.729.317	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.226.342	1.394.186	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.321.634	1.335.131	0
2.02.01.02	Debêntures	3.182.236	3.273.147	0
2.02.02	Outras Obrigações	297.193	342.879	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.02.02	Outros	297.193	342.879	0
2.02.02.02.03	Tributos e Contribuições	183.183	232.525	0
2.02.02.02.04	Benefícios Pós - Emprego	37.189	31.976	0
2.02.02.02.05	Outros Débitos	76.101	76.098	0
2.02.02.02.06	Rendas a pagar Swap	720	2.280	0
2.02.03	Tributos Diferidos	268.147	222.668	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	268.147	222.668	0
2.02.04	Provisões	541.434	512.786	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	541.434	512.786	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	223.038	200.889	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	126.370	127.921	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	170.427	175.658	0
2.02.04.01.05	Outras Provisões	21.599	8.318	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.669.622	3.628.625	0
2.03.01	Capital Social Realizado	2.225.822	2.225.822	0
2.03.04	Reservas de Lucros	1.142.530	1.090.697	0
2.03.04.01	Reserva Legal	261.636	259.516	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	880.894	831.181	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	390.317	409.824	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-89.047	-97.718	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.647.304	9.200.832	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.064.702	-7.296.566	0
3.03	Resultado Bruto	1.582.602	1.904.266	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-942.261	-526.659	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-770.350	-619.979	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.276	170	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-51.346	-41.469	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-121.841	134.619	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	640.341	1.377.607	0
3.06	Resultado Financeiro	-511.552	-442.480	0
3.06.01	Receitas Financeiras	1.098.943	360.512	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.610.495	-802.992	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	128.789	935.127	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-86.394	-272.296	0
3.08.01	Corrente	-63.983	-116.154	0
3.08.02	Diferido	-22.411	-156.142	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	42.395	662.831	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	42.395	662.831	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	42.395	662.831	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,20789	3,25022	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,20789	3,25022	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	42.395	662.831	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	8.671	-21.104	0
4.02.01	Ganhos (perdas) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	0	-21.104	0
4.02.02	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	8.671	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	51.066	641.727	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	51.066	641.727	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	979.481	585.474	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	579.565	960.127	0
6.01.01.01	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	128.789	935.127	0
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	153.188	127.517	0
6.01.01.03	Depreciação e amortização	459.401	414.835	0
6.01.01.06	Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível / Imobilizado	45.948	11.607	0
6.01.01.07	Perdas (ganhos) cambiais e monetários de atividades financeiras	788.494	157.086	0
6.01.01.08	Provisões para contingências e depósitos judiciais / Atualizações	124.437	81.621	0
6.01.01.09	Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis	30.840	-944	0
6.01.01.10	Despesa de juros sobre empréstimos e debêntures	641.879	568.531	0
6.01.01.11	Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	5.213	3.539	0
6.01.01.12	Remuneração de Ativo Financeiro da Concessão	-265.369	-68.385	0
6.01.01.15	Resultado de equivalência patrimonial	121.841	-134.619	0
6.01.01.16	Variação swap	-520.608	-21.618	0
6.01.01.17	Parcela A e outros itens financeiros	-1.134.488	-1.114.170	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	399.916	-374.653	0
6.01.02.01	Titulos e valores mobiliarios	82.708	-290	0
6.01.02.02	Consumidores, concessionárias e permissionárias	-1.007.120	-285.972	0
6.01.02.03	Tributos e contribuições	-98.652	44.034	0
6.01.02.04	Estoques	-993	-4.305	0
6.01.02.05	Serviços prestados a receber	11.973	-8.198	0
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-10.249	890	0
6.01.02.07	Parcela A e outros itens financeiros	1.636.982	0	0
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	-21.256	10.456	0
6.01.02.09	Dividendos recebidos	227	1.168	0
6.01.02.10	Outros créditos	202.290	-68.327	0
6.01.02.11	Fornecedores	-50.380	631.482	0
6.01.02.12	Obrigações estimadas	666	-12.764	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01.02.13	Tributos e contribuições	121.456	172.901	0
6.01.02.14	Encargos regulatórios	301.181	-3.906	0
6.01.02.15	Provisões	-81.764	-92.703	0
6.01.02.16	Benefícios pós-emprego	-56	-3.486	0
6.01.02.17	Outros passivos	52.573	-4.506	0
6.01.02.18	Juros pagos	-633.371	-593.716	0
6.01.02.19	Imposto de renda e contribuição social pagos	-106.299	-157.411	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-977.046	255.506	0
6.02.06	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-97.745	-114.332	0
6.02.07	Aquisições de bens do ativo intangível	-785.493	-718.551	0
6.02.10	Aplicações/Aquisições no Investimento	-41.116	-51.203	0
6.02.12	Aplicação financeira	-662.920	-85.074	0
6.02.13	Resgate de aplicações financeiras	610.228	1.224.666	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	43.868	-986.271	0
6.03.01	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-116.392	-364.838	0
6.03.02	Captação de empréstimos , financiamentos e debêntures	829.169	1.992.789	0
6.03.03	Amortização de empréstimos , financiamentos e debêntures	-668.909	-1.389.556	0
6.03.04	Amortização de dívida contratual com plano de pensão	0	-1.224.666	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	46.303	-145.291	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	401.138	546.429	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	447.441	401.138	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.225.822	0	1.500.521	0	-97.718	3.628.625	0	3.628.625
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.225.822	0	1.500.521	0	-97.718	3.628.625	0	3.628.625
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-19.507	19.507	0	0	0	0
5.04.08	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	0	0	-19.507	19.507	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.395	8.671	51.066	0	51.066
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	42.395	0	42.395	0	42.395
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.671	8.671	0	8.671
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	0	0	0	0	8.671	8.671	0	8.671
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	51.833	-61.902	0	-10.069	0	-10.069
5.06.04	Constituição da reserva legal	0	0	2.120	-2.120	0	0	0	0
5.06.05	Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R \$0,0494 / ação)	0	0	0	-10.069	0	-10.069	0	-10.069
5.06.06	Constituição da reserva de retenção de lucros	0	0	49.713	-49.713	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.225.822	0	1.532.847	0	-89.047	3.669.622	0	3.669.622

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.225.822	0	1.327.931	0	-76.614	3.477.139	0	3.477.139
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.225.822	0	1.327.931	0	-76.614	3.477.139	0	3.477.139
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-352.493	19.674	0	-332.819	0	-332.819
5.04.08	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-19.674	19.674	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos deliberados pela AGO e pagos (R\$ 1,63 / ação)	0	0	-332.819	0	0	-332.819	0	-332.819
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	662.831	-21.104	641.727	0	641.727
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	662.831	0	662.831	0	662.831
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.104	-21.104	0	-21.104
5.05.02.06	Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	0	0	0	0	-21.104	-21.104	0	-21.104
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	525.083	-682.505	0	-157.422	0	-157.422
5.06.04	Constituição da reserva legal	0	0	33.142	-33.142	0	0	0	0
5.06.05	Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R \$0,7719 / ação)	0	0	0	-157.422	0	-157.422	0	-157.422
5.06.06	Constituição da reserva de retenção de lucros	0	0	491.941	-491.941	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.225.822	0	1.500.521	0	-97.718	3.628.625	0	3.628.625

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	17.575.180	13.150.691	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	16.735.339	12.288.827	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	993.029	989.381	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-153.188	-127.517	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.761.140	-6.953.401	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.160.923	-5.431.295	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.600.217	-1.522.106	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.814.040	6.197.290	0
7.04	Retenções	-459.401	-414.835	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-459.401	-414.835	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.354.639	5.782.455	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	977.102	495.131	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-121.841	134.619	0
7.06.02	Receitas Financeiras	1.098.943	360.512	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.331.741	6.277.586	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.331.741	6.277.586	0
7.08.01	Pessoal	371.449	347.671	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	281.229	261.931	0
7.08.01.02	Benefícios	61.270	54.903	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	23.539	24.596	0
7.08.01.04	Outros	5.411	6.241	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.199.286	4.334.528	0
7.08.02.01	Federais	3.505.237	1.893.649	0
7.08.02.02	Estaduais	3.683.047	2.430.626	0
7.08.02.03	Municipais	11.002	10.253	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.718.611	932.556	0
7.08.03.01	Juros	1.636.793	834.384	0
7.08.03.02	Aluguéis	66.908	80.182	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.08.03.03	Outras	14.910	17.990	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	42.395	662.831	0
7.08.04.02	Dividendos	10.069	157.422	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.326	505.409	0



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

Mensagem da Administração

O ano de 2015 foi marcado por importantes desafios. O país vem passando pela maior recessão dos últimos 25 anos, com grande impacto na atividade econômica. Houve ainda o aumento do custo de energia advindo da continuidade do acionamento das usinas térmicas, em função da crise hidrológica iniciada em 2014.

Na Light, um dos principais reflexos negativos dessa conjuntura adversa foi o aumento da alavancagem para suprir a necessidade de capital de giro da empresa, que foi parcialmente mitigada pelo realismo tarifário, com reajustes que somaram 86% de novembro de 2014 a novembro de 2015. A empresa ainda foi impactada pela inadimplência dos clientes do setor público, afetados principalmente pela crise da Petrobras e queda no preço do petróleo. A despeito do cenário adverso, a empresa manteve seus compromissos de investimento, que totalizaram R\$ 943,9 milhões, perseguindo a redução das perdas, a robustez da rede, a melhoria da qualidade e o fornecimento de energia. Desse total, especificamente em relação aos Jogos Olímpicos Rio 2016, foram realizados importantes investimentos em subestações, linhas de transmissão, novas ligações, entre outros, os quais somaram R\$89 milhões.

O ano de 2016 não tem sido diferente, e já começou com uma conjuntura igualmente desafiadora. A Companhia vive um ciclo de ajustes em decorrência do cenário econômico, combinado com o redirecionamento na gestão do grupo Light. Em face desse cenário, definimos cinco prioridades para este ano:

- Aumentar eficiência operacional na distribuição: aperfeiçoar os mecanismos de combate ao furto de energia frente à atual conjuntura econômica na área de concessão, com reforço das ações tradicionais de combate às perdas, e elevar o patamar dos indicadores de qualidade dos serviços, garantindo uma boa percepção por parte dos clientes;
- Aperfeiçoar gestão de custos: buscar eficiências, a fim de permitir ganhos em despesas e custos operacionais.
- Otimizar investimentos: ajustar programa de investimentos em um patamar condizente com a atual realidade de mercado, com o objetivo de priorizar ações que tragam retorno em um prazo mais curto, seja em redução de perdas, seja em melhoria da qualidade do fornecimento;
- Fortalecer fluxo de caixa e reduzir endividamento: garantir disciplina do uso do capital e assegurar gestão de caixa prudente, com a concretização das operações de rolagem de dívidas existentes. Adicionalmente, dar continuidade à alienação de ativos de energia renováveis e reavaliar outros projetos da Companhia à luz dos potenciais retornos e das disponibilidades de curto prazo;
- Evoluir no modelo de gestão de pessoas: fomentar cultura interna voltada para a conquista de resultados sustentáveis, valorizando as pessoas, a vida e a ética.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

Estamos certos que iniciamos 2016 com um modelo de gestão focado em eficiência e rentabilidade. Continuaremos a privilegiar a competência e a ética, buscando sempre a excelência em tudo o que fazemos em especial nas relações com os nossos Clientes, Acionistas, Parceiros e demais stakeholders.

Agradeço a confiança depositada na Companhia!

Ana Marta Horta Veloso
Diretora-Presidente

Perfil Corporativo

A Light está presente em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo uma região com mais de 10 milhões de pessoas e encerrou 2015 com 4.302.179 clientes. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, o Grupo Light é constituído pelas empresas **Light S.A.** (holding); Light Serviços de Eletricidade S.A. (**Light SESA**), de distribuição de energia; Light Energia S.A. (**Light Energia**), de geração de energia, Lightger S.A. (**Lightger**), responsável pelo empreendimento PCH Paracambi; Itaocara Energia Ltda. (**Itaocara**); Amazônia Energia Participações S.A. (**Amazônia**), para participação no projeto da UHE Belo Monte; Light Esco Prestação de Serviços S.A. (**Light Esco**) e Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (**Lightcom**), ambas atuando em comercialização; Light Soluções em Eletricidade Ltda. (Light Soluções); Energia Olímpica S.A. (**Olímpica**); Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (**Axxiom**), de serviços; **Instituto Light**, institucional.

Contexto Operacional

Desempenho Operacional

Tarifas

As tarifas da Light S.E.S.A. são determinadas de acordo com o Contrato de Concessão, regulamentação e decisões da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, que possui discricionariedade no exercício de suas atividades regulatórias. Os contratos de concessão das Distribuidoras e a lei brasileira determinam um mecanismo de teto tarifário que permite três tipos de ajustes tarifários: (1) reajuste periódico, que ocorre anualmente com vigência a partir 07 de novembro; (2) revisão periódica, que ocorre a cada cinco anos; e (3) revisão extraordinária. Neste ano foram realizados dois tipos de ajustes tarifários: Revisão Tarifária Extraordinária e Reajuste Periódico.

Revisão Tarifária Extraordinária

A Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, em reunião pública realizada em 27 de fevereiro de 2015, aprovou um índice médio de reajuste tarifário extraordinário de 22,48%, com vigência a partir



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

de 02 de março de 2015. Os consumidores residenciais perceberam um aumento inferior à média, de 21,06%, que também apresenta o aumento a ser percebido pelas demais classes e níveis de tensão.

Reajuste Periódico

A Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel aprovou no dia 05 de novembro de 2015, o índice de reajuste tarifário para a Light Serviços de Eletricidade S.A., constituído de dois componentes: o estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 16,97%; e o financeiro, aplicado exclusivamente aos 12 meses seguintes a data do reajuste, de 7,95%.

O processo de reajuste tarifário anual consiste no repasse aos consumidores dos custos não gerenciáveis da concessão (Parcela A) e na atualização dos custos gerenciáveis (Parcela B). O reajuste da Parcela A foi de 19,4%, explicado pela variação no custo com a compra de energia, influenciada principalmente pela desvalorização do real frente ao dólar que impactou a tarifa de energia proveniente de Itaipu e a elevação da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. O reajuste da Parcela B reflete a variação acumulada do IGP-M no período de novembro de 2014 a outubro de 2015, de 10,09%, deduzida do Fator X, de 0,72%, resultando em um percentual final de 9,37%.

Em consequência, do efeito médio para o consumidor de 16,78%, os custos da Parcela A foram responsáveis por 14,8% e da Parcela B por apenas 1,9%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 7 de novembro de 2015.

Bandeiras Tarifárias

A Agência Nacional Reguladora de Energia Elétrica – Aneel lançou o Sistema de Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 para as Concessionárias, com a finalidade de sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia. O sistema de Bandeiras Tarifárias possui três faixas i) Bandeira Verde, o que significa condições favoráveis de geração de energia e o consumidor não possui cobrança adicional pela utilização da energia; (ii) Bandeira Amarela a qual representa condições menos favoráveis e um adicional na cobrança na utilização de energia e a (iii) Bandeira Vermelha que sinaliza condições desfavoráveis e custosas para a geração, consequentemente um acréscimo maior no faturamento.

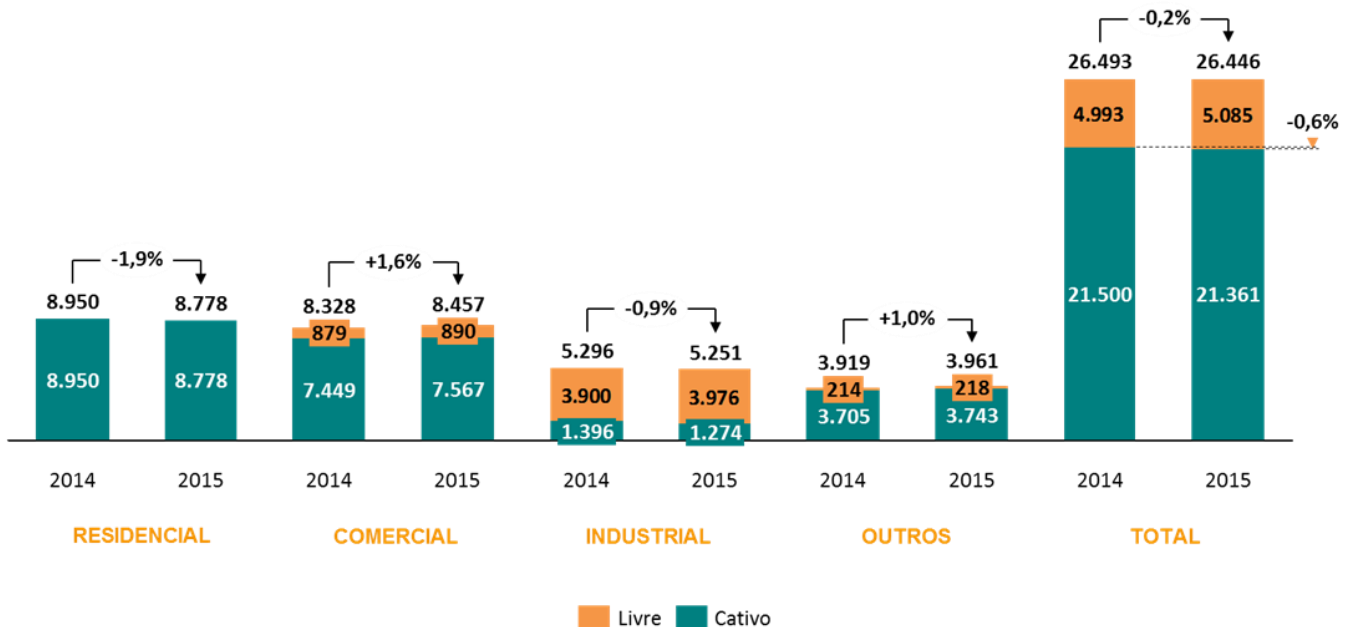
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

Evolução do Mercado

Consumo de Energia Elétrica (GWh) Mercado Total - 2015



No segmento residencial, houve redução do consumo pelas famílias, principalmente em função (i) dos recentes aumentos tarifários, que totalizaram 86% desde novembro de 2014 (reajuste anual em novembro de 2014, início das bandeiras, revisão extraordinária em Março de 2015 e reajuste anual em nov/15) e 56% em 2015; e (ii) dos efeitos da campanha publicitária do Governo Federal promovendo o uso consciente da energia. No ano, o consumo médio residencial atingiu patamar de 187,1 kWh/mês, redução de 4,2% em relação ao ano de 2014. No segmento comercial, o crescimento de 1,6% é explicado pela reclassificação do aeroporto do Galeão e da Itaguaí Construções Navais, ambos anteriormente considerados como poder público. Desconsiderando esta reclassificação, não haveria crescimento no comercial, consequência da atual conjuntura econômica, na qual tem ocorrido o fechamento de alguns estabelecimentos, tais como supermercados e lojas de departamentos.

Pelo mesmo motivo, notou-se também a redução no consumo dos maiores clientes industriais, com exceção de um grande cliente do setor de metalurgia, que elevou seu consumo nos últimos trimestres devido à redução de sua autoprodução, necessitando de mais energia da rede.

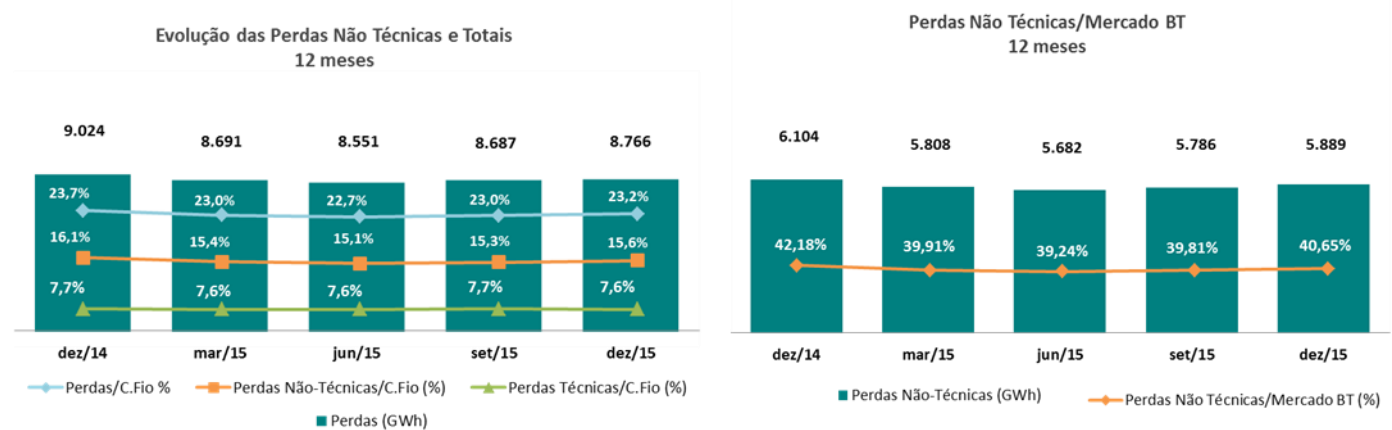
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Light

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

Perdas de Energia Elétrica¹

As perdas totais dos últimos 12 meses encerrados em dez/15 somaram 8.766 GWh, representando 23,2% sobre a carga fio, redução de 0,5 p.p em relação ao ano anterior.



No último trimestre do ano, a perda foi impactada, principalmente, pelo aumento da temperatura, 0,7°C superior ao mesmo período de 2014. Adicionalmente a este fato, o impacto dos aumentos tarifários desde novembro de 2014 (aproximadamente 86%), aliados ao atual momento econômico, provocaram maior resistência às ações de combate às perdas, havendo ainda o aumento do número de fraudadores. Em 2015, o Programa de Perdas combateu 726,5 GWh, aumento de 27,3% em relação a 2014, dos quais 344,6 GWh foram referentes à incorporação de energia, 255,8 GWh à recuperação de energia e 126,1 GWh à redução de carga. Entretanto, no mesmo período, os novos fraudadores furtaram 698,0 GWh, de forma que o resultado líquido do Programa de Perdas em 2015 foi de 28,5 GWh.

Em função da mudança de cenário, o Programa de Perdas está sendo revisitado pela nova gestão da Companhia. Uma das primeiras ações será o redesenho da Diretoria de Distribuição, dividida em Diretoria de Engenharia e Diretoria Comercial, sendo que esta última estará focada no combate às perdas e inadimplência.

Para potencializar a redução das perdas não-técnicas, a Light vem investindo continuamente em ações, dentre as quais destacam-se:

- Normalizações de unidades consumidoras

¹ A partir do 4T15, a Companhia passa a apresentar os dados de perdas desconsiderando a variação da energia não-faturada e os clientes de baixa tensão no mercado livre, a fim de aproximar-se da metodologia utilizada pela Aneel para apuração dos dados. As informações históricas foram reapresentadas a fim de refletir esta alteração.

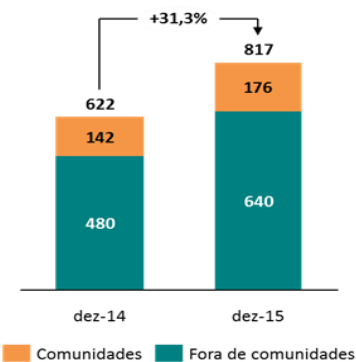
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

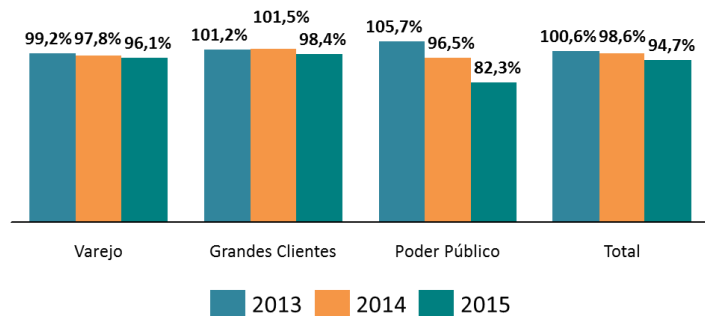
Número de Normalizações	4T15	4T14	Var. %	2015	2014	Var. %
= Total	10.959	14.288	-23,3%	51.041	61.219	-16,6%
- Alta/Média tensão	189	247	-23,5%	905	842	7,5%
- Baixa tensão	10.770	14.041	-23,3%	50.136	60.377	-17,0%
BT direto	8.911	11.344	-21,4%	40.333	50.664	-20,4%
BT indireto	1.859	2.697	-31,1%	9.803	9.713	0,9%

- Instalação de medidores eletrônicos com tele medição
- APZ (Área de Perda Zero): Atualmente o projeto abrange 799 mil clientes, com 42 APZs em operação, das quais 27 áreas possuem resultados apurados. Adicionalmente, existem as 15 APZ's abrangendo 267 mil clientes, em fase de implementação.

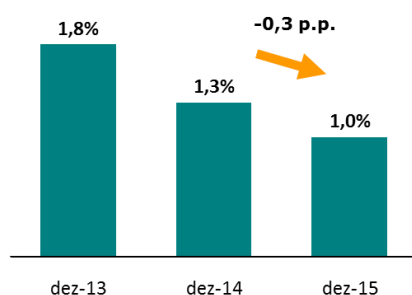
Parque de Medidores Eletrônicos
(mil unidades)

Arrecadação

A queda de 3,9 p.p. no índice do faturamento de 2015 é justificada, principalmente, pela redução de 14,2 p.p. na arrecadação do poder público. No entanto, após negociações, parte das faturas em aberto de um grande cliente do segmento poder público será assumida pelo Governo Estadual por meio de compensação do ICMS a pagar da Light S.E.S.A, no valor de R\$ 38,9 milhões. O restante da dívida, no valor de R\$ 35,1 milhões, está em fase final de negociação.

Taxa de arrecadação por segmento
Acumulado no ano

Em relação à dívida do Governo Estadual, correspondente aos débitos em aberto de 2012 a 2014, o valor de R\$ 46,1 milhões foi parcelado em 36 vezes, sendo que duas parcelas, totalizando R\$ 2,6 milhões, foram apropriadas no 4T15. Os débitos em aberto do ano de 2015, no total de R\$ 97,3 milhões, estão em negociações avançadas.

PCLD/ROB*
12 meses

*Receita Bruta do mercado cativo + TUSD + Energia não faturada

A constituição de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) no ano de 2015 representou 1,0% da receita bruta de fornecimento de energia, totalizando R\$ 152,9



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

milhões, 25,4 milhões maior do que o valor de R\$ 127,5 milhões provisionado em 2014.

Qualidade dos Serviços

INDICADOR	META Regulatória	APURADO Global
DEC Global	8,83	12,61
FEC Global	6,59	6,44

O DEC acumulado de 2015 se manteve próximo ao patamar de 2014, alcançando 12,61 horas, uma piora de 2,1% em relação ao ano anterior, e acima da meta Aneel, de 8,83 horas. Este leve acréscimo no DEC deve-se à redução das ações

de manutenção preventiva na rede aérea, como podas e substituição de transformadores, em função dos cortes orçamentários, que foram necessários após forte descasamento da Parcela A em 2015. Na rede subterrânea, o plano de manutenção foi mantido, com o objetivo de garantir a confiabilidade do sistema, tendo em vista a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Adicionalmente, fatores externos também prejudicaram as atividades operacionais, tais como o aumento dos dias com condições atmosféricas adversas, a insegurança em áreas violentas e a piora nas condições do tráfego ocasionada pelas obras estruturais na cidade do Rio de Janeiro. O FEC atingiu o valor de 6,44 vezes em 2015, uma redução de 2,4% em relação ao ano anterior, mantendo a Light SESA pelo segundo ano consecutivo dentro dos limites regulatórios exigidos pela Aneel (6,59 vezes em 2015).

Atendimento ao Cliente

Atender aos clientes com qualidade e agilidade é sempre um grande desafio para a Light. Por isso, a companhia investe constantemente em relacionamento e novas tecnologias.

Em 2015, o total de investimentos direcionado a melhorias nos canais de atendimento da Light chegou a R\$ 2,21 milhões, o que resultou em uma redução de 17% no custo médio total por atendimento. Especificamente no Call Center, essa redução foi de 12%, devido ao aumento das chamadas retidas pela URA humanizada, que dispensa a interação com o operador e conta com serviços automatizados. Algumas iniciativas fruto desses investimentos merecem ser citadas: o Atendente Virtual no chat da Light, capaz de realizar atendimento de forma automática e interativa e a Light TV, uma televisão com programas sobre os nossos produtos e serviços.

Nas agências comerciais, a melhoria da qualidade do atendimento presencial apurado pelas notas de monitoria, os testes online e a redução das não conformidades merecem ser destacados, reduzindo assim custos e melhorando o Tempo Médio de Atendimento.

A companhia encerrou o ano de 2015 com 44 agências comerciais e três agências móveis.

Geração

Em 2015, foi vendido um total de 4.109,1 GWh, volume 9,3% inferior ao ano de 2014 (4.532,4 GWh). Esse resultado foi decorrente, principalmente, da pior condição hidrológica do sistema nacional, impactada pelo baixo nível dos reservatórios.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

Projetos em Geração

A Companhia possui projetos de geração com o objetivo de complementar sua capacidade instalada, que atualmente é de 937 MW. Segue abaixo uma breve descrição dos projetos de geração da Light:

Pequena Central Hidrelétrica Lajes - O projeto compreende a construção da PCH Lajes, com uma unidade geradora de 17 MW de capacidade instalada, ocupando a localização da antiga UHE Fontes Velha, definitivamente desativada em 1989. Para implementação, construção, operação e manutenção da PCH, foi criada a Sociedade de Propósito Específico – SPE, denominada Lajes Energia S.A., na forma de Sociedade Anônima de Capital Fechado e subsidiária integral da Light Energia S.A..

Ganhães Energia – Em fevereiro de 2012, a Light Energia adquiriu 51% de participação na Guanhães Energia S.A., sendo a Cemig detentora dos demais 49%. A Guanhães é responsável pela implantação e exploração das PCHs Dores de Guanhães (14MW), Senhora do Porto (12MW), Fortuna II (9MW) e Jacaré (9MW), totalizando 44MW de potência instalada. As PCHs estão localizadas nos rios Guanhães e Corrente Grande, no Estado de Minas Gerais.

Belo Monte - Em outubro de 2011, a Amazônia Energia, cujos sócios são Light (25,5%) e Cemig (74,5%), adquiriu 9,77% da Norte Energia, empresa responsável pela construção e operação da UHE Belo Monte. Localizada no Rio Xingu, no estado do Pará, a UHE Belo Monte é a quarta maior usina hidrelétrica do mundo e a maior 100% brasileira. Tem capacidade instalada de 11.233 MW e Garantia Física de 4.571 MW médio, energia suficiente para abastecer, aproximadamente, 18 milhões de residências.

Renova Energia – Empresa que Atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e usinas eólica e solar. A Renova Energia tem capacidade instalada de 2.661,5 MW, sendo 552,5 MW de capacidade instalada em operação. A participação da Light na Companhia é de 15,87%.

Em julho de 2015, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ação da Light Energia com a SunEdison, o qual estabelecia os termos e condições para alienação das 50.561.797 ações ordinárias atualmente detidas pela Light Energia na Renova Energia. A negociação não foi concluída, dado que em 01 de dezembro, a Light Energia recebeu uma notificação, por parte da SunEdison, informando da rescisão do CCVA devido ao não cumprimento de uma das condições precedentes e a condições adversas do mercado.

Comercialização

Em 2015, a comercialização de energia somou o montante de 5.158,0 GWh, 3,4% abaixo dos 5.338,4 GWh comercializados no ano anterior. A redução no volume comercializado é justificada pela redução da exposição do setor ao mercado de curto prazo.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

Investimentos

No ano de 2015, o total investido pela Light somou R\$ 943,9 milhões, 14,7% abaixo do investido em 2014, em função principalmente da redução dos investimentos da Companhia nas ações de reforço a rede e expansão.

O segmento de distribuição concentrou o maior volume, R\$ 773,9 milhões (representando 86,7% do investimento total), apresentando uma redução de 17,0% frente ao valor investido no ano de 2014. Dentre os investimentos realizados, se destacam: (i) o desenvolvimento de redes de distribuição e expansão, num montante de R\$ 408,2 milhões, com o intuito de atender ao crescimento de mercado, aumentar a robustez da rede e melhorar a qualidade, dos quais R\$ 56,3 milhões foram destinados a investimentos específicos para as Olimpíadas nesse período, (ii) o avanço no projeto de combate às perdas de energia (blindagem de rede, sistema de medição eletrônica e regularização de fraudes), no qual foi investido o montante de R\$ 358,9 milhões.

Os investimentos em geração cresceram 14,4%, principalmente, em função do início das obras da PCH Lajes.

Os aportes nas participações totalizaram R\$ 51 milhões.

Comentário Financeiro

Desempenho Financeiro

Receita Líquida

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 10.647 milhões, 15,7% acima da registrada em 2014. E, desconsiderando a receita de construção, totalizou R\$ 9.710 milhões, representando um crescimento de 17,6%, devido às bandeiras tarifárias faturadas na área de concessão da Light e aumento médio das tarifas em 2015.

Custos e despesas

No ano de 2015, os custos e despesas operacionais consolidados, já desconsiderando os custos de construção, totalizaram R\$ 8.939,6 milhões, 27,4% superior ao apurado em 2014. Tal variação pode ser explicada pelo aumento de custos e despesas não gerenciáveis, devido a custos com compra de energia e encargos e transmissão.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

EBITDA Ajustado ²

No ano, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 1.271,7 milhões, 25,2% menor que os R\$ 1.699,1 milhões de 2014, com margem EBITDA de 9,5%, redução 18,1 p.p. em comparação ao registrado ao ano anterior, explicado pela contabilização, no 4T14, de R\$ 334,2 milhões referente à CVA de 2013. Desconsiderando este efeito, a queda seria de 6,8%, devido ao aumento nos custos e despesas gerenciáveis, principalmente por um acréscimo de provisões.

Lucro Líquido

No ano, o resultado foi 93,6% abaixo de 2014, explicado pelo: (i) reconhecimento, em 2014, de R\$ 331,8 milhões referentes ao saldo da CVA, após impostos, de períodos anteriores, (ii) resultado de equivalência patrimonial positivo em R\$ 141,1 milhões, no 4T14, e (iii) resultado de equivalência patrimonial negativo em R\$ 121,8 milhões em 2015. Ajustando o resultado, a queda seria de 46,6%, explicada pelo aumento no PMSO e piora no resultado financeiro.

Endividamento

A dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 7.574,4 milhões, apresentando um aumento de 15,1%, ou R\$ 992,1 mil, em relação à posição em 31 de dezembro de 2014. A dívida líquida, considerando fundo de pensão (Braslight) e operações de swap, totalizou R\$ 6.502,0 milhões, redução de 4,0% em relação a 2014.

A relação dívida líquida/EBITDA passou de 4,23x em setembro de

2015 para 4,16x em dezembro de 2015. Para o indicador EBITDA/despesa de juros, o resultado obtido em dezembro de 2015 foi de 2,34x.

	Múltiplo para efeito de covenants R\$ MM	dez/15	set/15	dez/14
	Dívida Bruta	7.574,4	7.799,7	6.582,3
+	Operações de Swap	(582,3)	(579,7)	(194,5)
+	Fundo de Pensão	32,0	35,0	32,0
-	Disponibilidades	522,1	482,2	505,8
=	Dívida Líquida para covenants (a)	6.502,0	6.772,8	5.913,9
	EBITDA Societário (12 meses)	1.108,4	1.967,2	1.809,7
-	Equivalência Patrimonial	(121,8)	161,4	134,6
-	Provisões	(283,4)	(240,3)	(216,3)
-	Outras Receitas/Despesas Operacionais	(50,1)	(56,8)	(41,3)
+	Ativos e Passivos Regulatórios (CVA)	0,0	(501,9)	(334,2)
-	CVA Financeira	-	-	-
=	EBITDA para covenants (b)	1.563,7	1.601,0	1.598,5
	Juros (c)	668,0	633,5	595,1
	Dívida Líquida / EBITDA (a/b)	4,16	4,23	3,70
	EBITDA/Juros (b/c)	2,34	2,53	2,69

Em 11 de novembro de 2015, foram concluídas as negociações com todos os credores, alterando o limite dos indicadores, conforme tabela abaixo.

Período	Limite
dez/15, mar e jun/16	4,25x
set/16	4,00x
dez/16	3,75x

² O EBITDA Ajustado, adotado pela Companhia representa: receita operacional líquida menos custos e despesas operacionais, desconsiderando o resultado não operacional. A Companhia adotou o EBITDA Ajustado para realizar as análises descritas ao decorrer deste documento.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

O prazo médio de vencimento da dívida é de 3,6 anos e o custo médio nominal da dívida ficou em 14,3% a.a.

Governança Corporativa e Mercado de Capitais

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Light S.A. era composto por 203.934.060 ações ordinárias. Desse total, 78.488.667 encontrava-se em circulação.

As ações da Light são listadas no Novo Mercado da BM&F Bovespa desde Julho de 2005. As ações da Light S.A. compõem o IGC, IEE, IBrX, ISE, ITAG e IDIV. As ações da Light também são negociadas no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC), através de ADR Nível 1, sob o ticker LGSXY. As ações da Light S.A. (LIGT3) estavam cotadas a R\$ 9,90 ao final de dezembro de 2015. O valor de mercado (nº de ações x valor da ação) da Companhia encerrou o trimestre em aproximadamente R\$ 2.082 milhões.

O Conselho de Administração da Light é composto por 11 membros, sendo 2 deles eleitos de forma independente. Para auxílio do Conselho de Administração existem 5 comitês: Finanças, Gestão, Auditoria, Recursos Humanos e Governança e Sustentabilidade.

Composição acionária

A composição acionária da Light em 31 de dezembro de 2015 era: Grupo de Controle, com 52,13% e *free float*, com 47,87%, sendo 9,39% do BNDESPar e 39,49% sob o controle de acionistas minoritários. O Grupo de Controle é, por sua vez, constituído pelas empresas: Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), com 26,06%, Luce Empreendimentos e Participações S.A (LEPSA), com 13,03% e Rio Minas Energia S.A (RME), com 13,03%.

Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No dia 30 de dezembro de 2015 e 04 de janeiro foram pagos os dividendos aprovados pela Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 10 de abril de 2015, no montante de R\$ 157.422.432,59 (cento e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

Foi aprovada em 28 de março de 2016, pelo Conselho de Administração, a proposta de distribuição de R\$ 10,07 milhões, R\$ 0,049372368 por ação de dividendos, referentes ao resultado do exercício findo em dez/15, que representam um dividend yield de 0,5% e correspondem a um payout equivalente ao mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do ano ajustado pela reserva legal.

Compromisso com o Futuro

Gestão de Gente

Em 2015, foi renovado o Portal do Conhecimento, integrando o lançamento do novo portal à iniciativa de estímulo ao autodesenvolvimento, denominada Caminhos do Conhecimento. Esta



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

plataforma é uma oportunidade para o autodesenvolvimento e a autogestão, com a qual é possível impulsionar o aprendizado, aprimorar competências e compartilhar conhecimentos.

Como destaque, em 2015, a Light realizou avaliações de competências com base no novo Modelo de Competências da empresa, que reúne um conjunto de seis competências comportamentais envolvendo conhecimentos, habilidades e atitudes alinhados à estratégia da companhia.

O Programa Qualidade de Vida da Light contempla iniciativas para contribuir com o bem-estar e a motivação dos empregados. Iniciativas como 3ª edição do Levantamento do Perfil de Saúde dos Empregados com suporte do Programa Amil de Qualidade de Vida Digital (PAQV); a reestruturação do programa de prevenção ao uso indevido de drogas, denominado Bem Querer; e o programa Novos Ares - Cessação do Tabagismo são destaques em 2015.

Segurança no Trabalho

Comprometida com a valorização da vida, a Light continua investindo prioritariamente na promoção da saúde e na prevenção de acidentes. Por meio do Programa Vida!, avançou-se em quatro frentes: sensibilização da força de trabalho, com um plano contínuo de comunicação durante todo o ano; capacitação; avaliação e medição; e, por fim, revisão de processos.

Nas frentes de avaliação e medição, vale destacar a iniciativa Operação pela Vida, inspeções realizadas por um grupo de técnicos de segurança que vão a campo acompanhar turmas por amostragem. A revisão de processos, por sua vez, resultou na definição de um novo modelo de instrução de trabalho, com o passo a passo de diversas tarefas, e na estruturação de comitês com a participação de todos os gestores das áreas operacionais.

Em 2015, a taxa de frequência de acidentes reduziu 3% em relação a 2014, passando de 3,40 para 3,30. Por outro lado, a taxa de gravidade subiu 115%, passando de 490 para 1.057. Esse aumento se deve a duas ocorrências com acidentes fatais no trânsito, ocasionadas por situações que estão fora do controle da Light.

O absenteísmo reduziu 19% em relação a 2014, passando de 3,20 para 2,60. Externamente, foi realizado um conjunto de ações concretas que visam intensificar as campanhas quanto aos riscos da energia elétrica e à importância do comportamento seguro junto à rede.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A proposta do Programa de P&D é apoiar todos os setores da empresa no desenvolvimento de metodologias, softwares e sistemas para aprimorar as atividades da companhia, mas que também possam ser levados ao mercado e adquiridos pelo setor elétrico em geral, gerando royalties para a Light.

O maior desafio da Light, em 2015, foi realizar a auditoria técnica e econômica de 213 projetos, uma demanda regulatória da ANEEL. No que tange aos investimentos aplicou-se R\$ 13,5 milhões em projetos de pesquisa e desenvolvimento, sendo R\$ 12,9 milhões pela Light SESA e R\$ 631 mil



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

pela Light Energia. Vale destacar que as contas de P&D ficaram dentro do limite regulatório de não acumular em conta duas vezes o seu compromisso regulatório.

Responsabilidade com o Meio Ambiente

A Light é uma empresa que reconhece a importância do uso racional e adequado dos recursos naturais e de estar preparada para a transição para uma economia de baixo carbono. Esta visão é explicitada nos Compromissos com o Meio Ambiente e o Clima, que abrangem seis temas: energia, tecnologia, biodiversidade, emissões de gases de efeito estufa (GEE), resíduos sólidos e qualidade da água.

Nesse sentido, alguns fatos de 2015 merecem destaque, entre eles, a certificação, pela ISO 14001, de 12 novas unidades, entre subestações e linhas de transmissão. Essa conquista é fruto do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implantado em 2001, que estabelece padrões de qualidade ambiental para a Companhia.

Além da certificação ISO 14001, as usinas da Light são também certificadas pelas normas ISO 9001 e OHSAS 18001, voltadas à qualidade, saúde e segurança do trabalho. Esse conjunto de certificações, 100% renovadas em 2015, compõe o Sistema de Gestão Integrado (SGI), que, nos últimos 12 anos, vêm garantindo a excelência das atividades de manutenção e operação de geração de energia elétrica.

Responsabilidade Social

Por meio de parcerias com prefeituras e Governo do Estado, a Light viabiliza projetos que estimulam o desenvolvimento sustentável e melhoram a qualidade de vida da população da área de concessão. Esse compromisso rendeu à empresa mais uma vez, em 2015, o título de maior patrocinadora de eventos no interior do Estado do Rio de Janeiro, concedido pela Secretaria de Estado de Cultura. Esse reconhecimento é resultado de muitos esforços, especialmente quando a Light é a concessionária responsável por fornecer energia para os Jogos Olímpicos de 2016.

A decisão da empresa de aplicar recursos em determinados projetos está relacionada ao desenvolvimento da área de concessão, à geração de renda em comunidades pacificadas e à visibilidade da marca Light, o que também impacta na redução das perdas e na inadimplência. Orientando-se por esses critérios, em 2015, a companhia levantou recursos para patrocínio da ordem de R\$ 37,8 milhões. Desse montante, R\$ 7 milhões são da própria Light.

Em 2015, a Light deu continuidade a iniciativa Comunidade Eficiente na troca de geladeiras e lâmpadas incandescentes por outras mais eficientes e em ações educativas para estimular mudanças de hábitos em prol de um consumo racional e seguro da energia elétrica. Ao longo do ano, ampliamos as parcerias com as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro para identificar novos clientes do segmento de baixa renda a serem beneficiados com as ações de eficiência energética.

O projeto Light Recicla, projeto o qual consiste na troca de resíduo reciclável por descontos na conta de energia, recebeu R\$ 1,8 milhão em investimentos para operação dos 10 ecopontos já existentes e para implantação de um ecoponto no Complexo de São Carlos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

Em 2015 ocorreu a segunda etapa da campanha Por uma Conta Mais Light, o objetivo foi conscientizar a população a consumir energia com inteligência. Com o lançamento do sistema de Bandeiras Tarifárias, foi lançada uma campanha para que informasse o impacto na conta de energia.

Vale destacar a inauguração, em novembro de 2015, da usina laboratório de geração de energia fotovoltaica, no Museu Light da Energia, fruto de um projeto de P&D para a inovação na utilização de tecnologia fotovoltaica e sua integração inteligente com a rede de distribuição.

Em relação Programa de Eficiência Energética (PEE), a Light investiu R\$ 52,8 milhões em 18 projetos, sendo R\$ 40,5 milhões no segmento de baixa renda, o que representa 76,6% do total investido.

Outras Informações:

Auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa e revisão trimestral para o Grupo Light e que não realizou nenhum outro serviço não relacionado à auditoria para a Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O relatório da administração inclui informações relacionadas a investimentos projetados e dados não financeiros os quais não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e não foram examinados pelos auditores independentes.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT S.A.- 2015

Balanço Social Anual / 2015

Empresa: CONSOLIDADO

1 - Base de Cálculo	2015 Valor (mil reais)			2014 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	10.647.305			9.200.832		
Resultado operacional (RO)	760.627			1.377.607		
Folha de pagamento bruta (FPB)	338.246			284.975		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	29.139	9%	0%	26.411	9%	0%
Encargos sociais compulsórios	65.518	19%	1%	50.091	18%	1%
Previdência privada	9.261	3%	0%	8.196	3%	0%
Saúde	16.419	5%	0%	14.332	5%	0%
Segurança e saúde no trabalho	821	0%	0%	851	0%	0%
Educação	828	0%	0%	919	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.411	2%	0%	6.241	2%	0%
Creches ou auxílio-creche	1.198	0%	0%	986	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	25.088	7%	0%	26.508	9%	0%
Outros	4.677	1%	0%	4.354	2%	0%
Total - Indicadores sociais internos	158.360	47%	1%	138.889	49%	2%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	6.814	1%	0%	7.487	1%	0%
Cultura	36.255	5%	0%	22.228	2%	0%
Saúde e saneamento	5.619	1%	0%	0	0%	0%
Esporte	37.621	5%	0%	21.868	2%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	54.958	7%	1%	46.915	3%	1%
Total das contribuições para a sociedade	141.267	19%	1%	98.498	7%	1%
Tributos (excluídos encargos sociais)	5.130.025	674%	48%	3.816.727	277%	41%
Total - Indicadores sociais externos	5.271.292	693%	50%	3.915.225	284%	43%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	88.571	12%	1%	55.374	4%	1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0%	0%	0	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	88.571	12%	1%	55.374	4%	1%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2015			2014		
Nº de empregados(as) ao final do período	4.327			4.282		
Nº de admissões durante o período	378			409		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	8.394			9.301		
Nº de estagiários(as)	138			132		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.172			1.174		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.061			1.034		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	23,60%			23,70%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.953			1.923		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	19,30%			18,80%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	208			203		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015			Metas 2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	56,44			ND		
Número total de acidentes de trabalho	39			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 269.770	no Procon 3.676	na Justiça 36.466	na empresa Reduzir 10%	no Procon Reduzir 10%	na Justiça Reduzir 10%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 85%	no Procon 85%	na Justiça 53%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 65%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015: 9.452.027			Em 2014: 6.277.586		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	76,17% governo 3,93% colaboradores(as) 0,43% acionistas 18,08% terceiros 139% retido			69,05% governo 5,54% colaboradores(as) 2,51% acionistas 14,86% terceiros 8,03% retido		
7 - Outras Informações						

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS,
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**

Notas Explicativas

1.	CONTEXTO OPERACIONAL.....	3
2.	ENTIDADES DO GRUPO.....	3
3.	APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
4.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	31
5.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	31
6.	CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES.....	32
7.	TRIBUTOS A RECUPERAR.....	33
8.	TRIBUTOS DIFERIDOS.....	34
9.	PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS.....	35
10.	ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES.....	37
11.	OUTROS CRÉDITOS.....	38
12.	INVESTIMENTOS.....	38
13.	IMOBILIZADO.....	46
14.	INTANGÍVEL.....	48
15.	FORNECEDORES.....	50
16.	TRIBUTOS A PAGAR.....	51
17.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	52
18.	DEBÊNTURES.....	57
19.	ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	61
20.	PROVISÕES.....	61
21.	CONTINGÊNCIAS.....	66
22.	BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO.....	72
23.	OUTROS DÉBITOS.....	76
24.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	77
25.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	79
26.	DIVIDENDOS.....	80
27.	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS.....	81
28.	RESULTADO POR AÇÃO.....	82
29.	RECEITA LÍQUIDA.....	83
30.	FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	84
31.	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	85
32.	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA.....	85
33.	RESULTADO FINANCEIRO.....	86
34.	CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO.....	87
35.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	87
36.	SEGUROS.....	101
37.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	102
38.	REAJUSTE TARIFÁRIO.....	104
39.	PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO.....	104
40.	CONTRATOS DE LONGO PRAZO.....	106
41.	TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA.....	107
42.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	107

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light S.A. (Companhia ou “Light”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC) sob a sigla LGSXY.

2. ENTIDADES DO GRUPO

a) Controladas Diretas

Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light SESA - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.

Light Energia S.A. (Light Energia - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades principais: (a) estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. Compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova, com potência instalada total de 855 MW. A Light Energia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

- Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. (São Judas Tadeu - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 18 MW.
- Central Eólica Fontainha Ltda. (Fontainha - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW.

Notas Explicativas

- Lajes Energia S.A (Lajes Energia – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Piraí, Estado do Rio de Janeiro, que tem por objeto social a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW. Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia. As obras de construção da PCH Lajes foram iniciadas em setembro de 2014, com previsão de conclusão no terceiro trimestre de 2016⁽¹⁾.
- Renova Energia S.A. (Renova Energia – 15,9%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e solar. A Renova Energia tem participação direta ou indireta nessas fontes que totaliza 2.584 MW contratados, dos quais 576 MW estão em operação ou aptos a operar. A Renova Energia é controlada em conjunto pela Light Energia (15,9%), pela RR Participações S.A. (15,9% no bloco de controle), que não é parte relacionada, e pela Cemig Geração e Transmissão S.A – Cemig GT (27,3% no bloco de controle). Abaixo apresentamos as empresas nas quais a Renova Energia participa:

Participações - RENOVA ENERGIA					
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	(a)	100,00%	Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	(b)	99,99%
Energética Serra da Prata S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Amescia S.A.	(b)	99,99%
Renova PCH Ltda.	(a)	99,00%	Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	(b)	99,99%
Chipleay SP Participações S.A.	(a)	100,00%	Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	(b)	99,99%
Renova Eólica Participações S.A. (Holding)	(b)	100,00%	Centrais Eólicas Manineiro S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas da Prata S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	(a)	99,00%
Centrais Elétricas Morrão S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(a)	99,00%
Centrais Elétricas Seraima S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	(a)	99,00%
Centrais Elétricas Tanque S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Ametista S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Macambira S.A.	(a)	99,00%
Centrais Elétricas Borgo S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Caetité S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Tingui S.A.	(a)	99,00%
Centrais Elétricas Dourados S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Espigão S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Calianira S.A.	(a)	100,00%
Centrais Elétricas Maron S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Cansação S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Embiricu S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Pilões S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Ico S.A.	(a)	100,00%
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(a)	99,00%
Nova Energia S.A.	(a)	100,00%	Centrais Eólicas Jataí S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Abil S.A.	(b)	99,99%	Renovapar S.A.	(a)	100,00%
Centrais Eólicas Acácia S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Lençóis S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Angico S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Conquista S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	(b)	99,99%	Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	(b)	99,99%	Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding)	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas São Salvador S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Tabua S.A.	(b)	99,99%	Centrais Elétricas Botuquara S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Cedro S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	(b)	99,99%	Centrais Elétricas Itaparica S.A.	(a)	99,00%
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Bela Vista XIV LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 7 LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 8 LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 9 LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 10 LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 11 LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 12 LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 13 LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 14 LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 15 LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 16 LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Umburanas 18 LTDA.	(a)	99,00%
			Renova Comercializadora de Energia S.A.	(a)	100,00%
			Centrais Eólicas Bela Vista XV LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Itapua IV LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Itapua VII LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Itapua XV LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Itapua XX LTDA.	(a)	99,00%
			Centrais Eólicas Angelim S.A.	(b)	99,99%
			Centrais Eólicas Facheiro S.A.	(b)	99,99%
			Centrais Elétricas Sabiu S.A.	(b)	99,99%
			Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	(b)	99,99%
			Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	(b)	99,99%
			Centrais Eólicas Putumaju S.A.	(b)	99,99%
			Brasil PCH S.A.	(c)	51,00%
			Terraform Global Inc	(d)	11,37%

(a) Controlada direta da Renova

(b) Controlada indireta da Renova

(c) Controlada em conjunto da Renova

(d) Investida direta da Renova

⁽¹⁾ Os dados sobre a previsão da entrada em operação não foram revisados pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

- Guanhães Energia S.A. (Guanhães Energia - 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, com sede na cidade de Belo Horizonte – MG, criada com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44 MW de Potência Instalada. Controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%). O projeto foi impactado por questões geológicas e ambientais, ocasionando postergação na data prevista para entrada em operação das PCHs. Em 21 de agosto de 2015, as PCHs sagraram-se vencedoras no Leilão A-3, em que a energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018. A primeira Unidade Geradora tem previsão de entrar em operação em julho de 2016, enquanto a previsão da última é março de 2017⁽¹⁾.

Light Esco Prestação de Serviços S.A. (Light Esco - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. Participa do consórcio Maracanã Solar de exploração de uma usina fotovoltaica, instalada na cobertura do estádio do Maracanã (51%). A EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Ltda participa com os restantes 49%. A Light Esco obteve junto à Aneel autorização para tornar-se produtor independente de energia elétrica.

Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (Lightcom - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, que tem como objetivo a compra, venda, importação, exportação e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Itaocara Energia Ltda. (Itaocara Energia - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. Participa do Consórcio UHE Itaocara, constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig GT participa com 49%. Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I. O empreendimento será construído no Rio Paraíba do Sul e terá capacidade instalada de 150 MW. Em 23 de outubro de 2015, o contrato de concessão foi assinado pelo Consórcio UHE Itaocara. A primeira Unidade Geradora tem previsão de entrar em operação em maio de 2018, enquanto a previsão da última é julho de 2018⁽¹⁾. A Itaocara Energia possui participação societária na seguinte controlada em conjunto:

- Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (Hidrelétrica Itaocara – 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, com sede na cidade o Rio de Janeiro – RJ. Controlada em conjunto pela Itaocara Energia (51%) e pela Cemig GT (49%), a Companhia foi constituída para

construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União.

Light Soluções em Eletricidade Ltda. (Light Soluções - 100%) - Sociedade limitada que tem como atividade principal a prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.

Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (Instituto Light - 100%) - Pessoa Jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.

b) Controladas em conjunto

Lightger S.A. (Lightger) - Sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. A PCH Paracambi entrou em operação no terceiro trimestre de 2012. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig GT (49%).

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (Axxiom) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

Energia Olímpica S.A. (Energia Olímpica) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem por objetivo a implantação da subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV que se conectarão à subestação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (50,1%) e por Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas (49,9%). A construção da subestação Vila Olímpica foi concluída, e não são esperados efeitos materiais no processo de liquidação da Energia Olímpica.

Amazônia Energia Participações S.A. (Amazônia Energia) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital, com influência significativa na administração, mas sem controle em conjunto. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/10 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL). A NESA ainda dependerá de quantias

Notas Explicativas

significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A previsão para eventuais aportes pela Companhia na NESA nos próximos exercícios é de até R\$68.500. A previsão para a última Unidade Geradora entrar em operação é janeiro de 2019⁽¹⁾.

A Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), que detém 49,98% do capital social da Norte Energia, contratou escritório de advocacia especializado em investigação corporativa para apurar eventuais irregularidades em empreendimentos nos quais as Empresas do Grupo Eletrobras participam de forma corporativa ou minoritária. Este trabalho ainda está em andamento. Diante disso, as auditorias das demonstrações financeiras da Amazônia Energia e da NESA não foram finalizadas até a presente data. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma preliminar destas investigações. Conforme a evolução das investigações produzirem informações relevantes, a Companhia avaliará eventuais impactos sobre as demonstrações financeiras, os quais serão contabilizados e/ou divulgados quando aplicável.

c) Consolidação do Grupo Light

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as participações societárias da Companhia e suas controladas, que estão consolidadas nas seguintes bases abaixo apresentadas:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Indireta	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Indireta
Light Serviços de Eletricidade S.A.	100,0	-	100,0	-
Light Energia S.A.	100,0	-	100,0	-
Central Eólica Fontainha Ltda.	-	100,0	-	100,0
Central Eólica São Judas Tadeu Ltda.	-	100,0	-	100,0
Lajes Energia S.A.	-	100,0	-	100,0
Light Esco Prestação de Serviços S.A.	100,0	-	100,0	-
Lightcom Comercializadora de Energia S.A.	100,0	-	100,0	-
Light Soluções em Eletricidade Ltda.	100,0	-	100,0	-
Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social	100,0	-	100,0	-
Itaocara Energia Ltda.	100,0	-	100,0	-

d) Concessões e autorizações do Grupo Light

Seguem os principais aspectos do contrato de concessão relativo à controlada Light SESA:

Em 04 de junho de 1996 foi celebrado o Contrato de Concessão nº 001/96 entre a União (poder concedente, por intermédio da Aneel) e a controlada Light SESA, regulando a exploração do serviço público de energia elétrica no território do Estado do Rio de Janeiro, compreendendo a geração e a distribuição de energia elétrica. O referido contrato tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado,

⁽¹⁾ Os dados sobre a previsão da entrada em operação não foram revisados pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do poder concedente.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão, consistem em:

- i. Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, pelas tarifas homologadas pelo poder concedente, nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação;
- ii. Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade, a qualidade e a eficiência dos serviços;
- iii. Manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar pela sua integridade. A venda, cessão ou doação em garantia hipotecária dos bens imóveis ou de partes essenciais das instalações depende de prévia e expressa autorização do poder concedente;
- iv. Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo perante o poder concedente, os usuários e terceiros, pelas eventuais consequências danosas da exploração dos serviços;
- v. Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidos pelo poder concedente;
- vi. Permitir aos encarregados da fiscalização do poder concedente, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus registros contábeis;
- vii. Prestar contas ao poder concedente e aos usuários, segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, da gestão dos serviços concedidos;
- viii. Manter as reservas de água e de energia elétrica necessárias ao atendimento dos serviços de utilidade pública;
- ix. Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento;

Notas Explicativas

- x. Realizar programas de treinamento, de modo a assegurar, permanentemente, a melhoria da qualidade e maior eficiência na prestação dos serviços concedidos;
- xi. Participar do planejamento setorial e da elaboração dos planos de expansão do Sistema Elétrico Nacional, implementando e fazendo cumprir, em sua área de concessão, as recomendações técnicas e administrativas deles decorrentes;
- xii. Aderir ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição;
- xiii. Operar suas instalações de acordo com as regras vigentes, devendo a concessionária acatar e aplicar quaisquer novas resoluções, recomendações e instruções emitidas pela Aneel, Operador Nacional do Sistema (ONS) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE);
- xiv. Respeitar, nos termos da legislação em vigor, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante de seus aproveitamentos hidrelétricos, devendo considerar, nas regras operativas, a alocação de volume de espera nos reservatórios de suas usinas, de modo a minimizar os efeitos adversos das cheias;
- xv. Efetuar, quando determinado pelo poder concedente, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e às interligações que forem necessárias.

Pela execução dos serviços, a Light SESA tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo poder concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária da controlada Light SESA é novembro de 2018. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária. Não poderá

Notas Explicativas

ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

Segue abaixo um quadro resumo das concessões e autorizações do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2015:

Concessões / autorizações	Data do ato	Data de Vencimento
Light SESA e Light Energia	jun/1996	jun/2026
PCH Paracambi - Lightger	fev/2001	fev/2031
PCH Lajes - Lajes Energia	jul/2014	jun/2026
Centrais Eólicas - Renova Energia	mar/2011 até mai/2011	mar/2046 até mai/2046
Centrais Eólicas - Renova Energia	mar/2012 e abr/2012	mar/2047 e abril/2047
Centrais Eólicas - Renova Energia	mai/2013 até nov/2013	mai/2048 até nov/2048
Centrais Eólicas - Renova Energia	mar/2014 até ago/2014	mar/2049 até ago/2049
Centrais Eólicas - Renova Energia	mar/2015 até nov/2015	mar/2050 até nov/2050
PCH Cachoeira da Lixa - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
PCH Colino 2 - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
PCH Colino 1 - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
Brasil PCH S.A - Renova Energia	dez/1999 até nov/2003	dez/2029 até nov/2033
PCH Dolores de Guanhanes - Guanhanes Energia	nov/2002	nov/2032
PCH Senhora do Porto - Guanhanes Energia	out/2002	out/2032
PCH Jacaré - Guanhanes Energia	out/2002	out/2032
PCH Fortuna II - Guanhanes Energia	dez/2001	dez/2031
Consórcio UHE Itaocara	out/2015	out/2045

3. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 28 de março de 2016.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas *pelo International Accounting Standards Board – IASB*. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único

Notas Explicativas

conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Base de consolidação

i. Investimento em controladas e controladas em conjunto

Controladas são todas as entidades (incluindo as Sociedades de Propósito Específico) nas quais a Companhia possui os seguintes atributos: (i) poder sobre a investida; (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. Os acordos de *joint ventures*, que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação, são chamados de entidades controladas em conjunto. Nas demonstrações financeiras consolidadas as participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são reconhecidas como investimento e contabilizadas por meio do método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras da Companhia a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis adotadas pelas controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

ii. Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial, tanto nas demonstrações financeiras individuais como nas demonstrações financeiras consolidadas, e são reconhecidos inicialmente pelo custo. As demonstrações financeiras incluem variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para

Notas Explicativas

alinhar as suas políticas contábeis com aquelas do Grupo, a partir da data em que uma influência significativa começa a existir até a data em que ela cessa.

iii. Operações controladas em conjunto

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando à operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta.

iv. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida.

b) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados ao valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como ao valor justo por meio do resultado compreendem títulos e valores mobiliários.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, serviços prestados a receber, Parcela A e outros itens financeiros e outros créditos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros e ajuste de expectativas de fluxos de caixa são reconhecidos na demonstração de resultado, enquanto as demais variações a valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo.

Ativos financeiros disponíveis para venda compreendem o ativo financeiro de concessões. A opção pela designação deste instrumento como disponível para venda deve-se à sua não classificação nas demais categorias descritas. Pelo fato de a Administração acreditar que a indenização se dará conforme modelo atual de precificação de tarifas, o

registro deste instrumento como empréstimos e recebíveis não seria possível, uma vez que a indenização não será fixa ou determinável e pelo fato do valor de sua recuperação não ser conhecido nesta data, dadas outras razões que não a deterioração do crédito. Isto se deve principalmente ao risco de não reconhecimento de parte destes ativos pelo órgão regulador e de seus respectivos preços de reposição no término da concessão, conforme critério do Valor Novo de Reposição (VNR). Vide nota explicativa 10.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou extintas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outros débitos.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de riscos relativos à variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são contabilizadas imediatamente no resultado.

Os derivativos compreendem as operações de swap.

iv. Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

d) Ativo financeiro de concessões

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial (VNR) e classificados como disponíveis para venda. A Companhia adotou o modelo bifurcado para reconhecimento do ativo financeiro decorrente da indenização pelo Poder Concedente e o direito de exploração da concessão, que é classificado no intangível.

e) Parcela A e outros itens financeiros

A partir da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de distribuição ocorrida em dezembro de 2014, que garantiu que os saldos da parcela A e outros itens financeiros não recuperados ou ressarcidos pela tarifa serão incorporados no cálculo da indenização ao término da concessão, a Companhia efetuou o reconhecimento do montante desses saldos que deverão ser incluídos nos próximos reajustes tarifários em contrapartida à receita. A Parcela A e outros itens financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Após o reconhecimento inicial, a atualização dos ativos ou passivos relacionados a este item é reconhecida no resultado financeiro. Quando o montante é faturado aos consumidores, a parcela correspondente é amortizada do saldo de ativo ou passivo em contrapartida à receita.

f) Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a

Notas Explicativas

estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 06 - Consumidores, Concessionárias, permissionárias e clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa e rendas a faturar)

Nota 08 - Tributos diferidos

Nota 09 - Parcela A e outros itens financeiros

Nota 10 - Ativo financeiro de concessões

Nota 20 - Provisões

Nota 21 - Contingências

Nota 22 - Benefícios pós-emprego

Nota 29 – Receita líquida (Receita não faturada)

Nota 32 – Energia elétrica comprada para revenda

g) Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes

Incluem o fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada com base em estimativas da Administração em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia para os consumidores são: (i) consumidores com valores significativos, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico de recuperação da Companhia, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores, os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios estão de acordo com aqueles estabelecidos pela Aneel.

h) Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisões para perdas, quando aplicável, e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante – Imobilizado ou Intangível (depósito de obras).

Notas Explicativas

i) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas, controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas em conjunto e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição das participações, líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

j) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

É mensurado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos e condição necessária para colocar o ativo no local e condição necessária para que este seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com estes serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica

estimada de cada componente. Para a maior parte do imobilizado, a vida útil econômica estimada dos ativos está alinhada com aquelas estabelecidas pela Aneel, e os terrenos não são depreciados. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, como no caso dos ativos da Lightger, Lajes Energia e Renova Energia, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da autorização ou concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor, inclusive os terrenos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa 13. Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

k) Ativo intangível

i. Contratos de concessão e ativos de infraestrutura vinculados à concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão ou explorá-la. Um ativo intangível, recebido como contraprestação por serviços de construção fornecidos em um contrato de concessão, é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

ii. Pesquisa e Desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou

Notas Explicativas

vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

iii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

iv. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo intangível específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

v. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente estão demonstradas na nota explicativa 14.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado como mudança de estimativas contábeis.

I) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Notas Explicativas

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similar.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, face às condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos financeiros ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 além da provisão para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente de recebíveis.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a

Notas Explicativas

cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m) Benefícios a empregados

i. Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

ii. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios

anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado, na data das demonstrações financeiras, para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado, através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para a amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial líquida, conforme detalhado na nota explicativa 22.

Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais superávits ou déficits do plano são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

iii. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são registradas em contrapartida a despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas Explicativas

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para riscos é constituída mediante avaliação e quantificação das ações, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração e de seus assessores legais.

o) Reconhecimento de receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

i. Receita de venda de energia

É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. O faturamento de energia comercializada é efetuado mensalmente pelo suprimento de energia elétrica, conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

ii. Receita de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

iii. Receita de Construção

A receita do contrato compreende o valor inicial, acordado no contrato, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

Para as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível da concessão em curso é registrada no resultado, como custo de construção.

iv. Parcela A e outros itens financeiros – Receita não faturada

A receita de Parcela A e outros itens financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 3.e.

p) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou a receber esperado no caso de antecipações que excedam o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, assim como em relação a saldos existentes e recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam

Notas Explicativas

a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

r) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

s) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

t) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data de apresentação. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação ou início dos exercícios e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

u) Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes. A Companhia realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 12,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação da Companhia nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.

v) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP, aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

w) Reclassificações nos saldos comparativos

Com a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2015, do novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – “MCSE”, emitido pela Aneel, a Administração optou por alinhar a apresentação da demonstração do resultado com esta orientação por entender que essa retrata mais adequadamente as operações da Companhia, embora não fosse requerida para fins societários. Seguem as reclassificações efetuadas com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico conforme orientação Aneel: (i) reclassificações entre custos operacionais e despesas gerais e administrativas, eliminando-se as despesas de vendas; (ii) a variação cambial, pelo seu faturamento, sobre energia comprada de Itaipu como despesa ou receita financeira, ao invés de apresentá-la como aumento ou redução do custo com energia comprada; (iii) a multa por violação de indicadores de continuidade (DIC/FIC) classificada como despesa operacional, anteriormente apresentada como despesa financeira; (iv) o encargo setorial CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos como encargo do consumidor, apresentado na receita líquida, ao invés de apresentá-lo como custo operacional, apresentado como outros.

Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nas demonstrações do resultado consolidado e na demonstração do valor adicionado (DVA) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

- i. Demonstração do resultado consolidado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

	2014 Publicado	Reclassificações	2014 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	9.230.370	(29.538)	9.200.832
CUSTO DA OPERAÇÃO	(7.231.061)	(65.505)	(7.296.566)
Energia comprada para revenda	(5.447.953)	16.658	(5.431.295)
Pessoal	(206.832)	(5.105)	(211.937)
Materiais	(24.155)	(2.053)	(26.208)
Serviços de terceiros	(198.203)	(94.401)	(292.604)
Depreciações e amortizações	(368.963)	1.608	(367.355)
Custo de construção	(940.503)	-	(940.503)
Outras	(44.452)	17.788	(26.664)
LUCRO BRUTO	1.999.309	(95.043)	1.904.266
DESPESAS OPERACIONAIS	(739.051)	77.773	(661.278)
Despesas com vendas	(238.468)	238.468	-
Despesas gerais e administrativas	(459.284)	(160.695)	(619.979)
Outras receitas	170	-	170
Outras despesas	(41.469)	-	(41.469)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	134.619	-	134.619
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	1.394.877	(17.270)	1.377.607
RESULTADO FINANCEIRO	(459.750)	17.270	(442.480)
Receita	360.512	-	360.512
Despesa	(820.262)	17.270	(802.992)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	935.127	-	935.127
Imposto de renda e contribuição social correntes	(116.154)	-	(116.154)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(156.142)	-	(156.142)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	662.831	-	662.831

ii. Demonstração do valor adicionado consolidado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

	2014 Publicado	Reclassificações	2014 Reapresentado
Receitas	13.150.691	-	13.150.691
Venda de mercadorias, produtos e serviços	12.288.827	-	12.288.827
Receitas referentes à construção de ativos próprios	989.381	-	989.381
Provisão/reversão créditos de liquidação duvidosa	(127.517)	-	(127.517)
Insumos adquiridos de terceiros	(6.936.131)	(17.270)	(6.953.401)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(5.447.953)	16.658	(5.431.295)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.488.178)	(33.928)	(1.522.106)
Valor adicionado bruto	6.214.560	(17.270)	6.197.290
Retenções	(414.835)	-	(414.835)
Depreciação e amortização	(414.835)	-	(414.835)
Valor adicionado líquido produzido	5.799.725	(17.270)	5.782.455
Valor adicionado recebido em transferência	495.131	-	495.131
Resultado de equivalência patrimonial	134.619	-	134.619
Receitas financeiras	360.512	-	360.512
Valor adicionado total a distribuir	6.294.856	(17.270)	6.277.586
Distribuição do valor adicionado	6.294.856	(17.270)	6.277.586
Pessoal	347.671	-	347.671
Remuneração direta	261.931	-	261.931
Benefícios	54.903	-	54.903
FGTS	24.596	-	24.596
Outros	6.241	-	6.241
Impostos, taxas e contribuições	4.334.528	-	4.334.528
Federais	1.893.649	-	1.893.649
Estaduais	2.430.626	-	2.430.626
Municipais	10.253	-	10.253
Remuneração de capitais de terceiros	949.826	(17.270)	932.556
Juros	851.654	(17.270)	834.384
Aluguéis	80.182	-	80.182
Outras	17.990	-	17.990
Remuneração de capitais próprios	662.831	-	662.831
Dividendos e juros sobre capital próprio	157.422	-	157.422
Lucros retidos	505.409	-	505.409

Notas Explicativas

x) Normas e interpretações que entraram em vigor desde 1º de janeiro de 2015

- Modificações à IAS19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados.
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012.
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013.

A Administração não identificou impactos decorrentes dessas alterações às normas existentes.

y) Novos pronunciamentos emitidos e alterações nas normas, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2015, e ainda não adotados

Em vigor para períodos anuais iniciados ou após 1º de janeiro de 2016:

- IFRS 14 – Contas regulatórias diferidas.
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas (“Joint Operation”).
- Modificações à IAS 27 - Opção para Utilização do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas.
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e seu Associado ou “Joint Venture”.
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras.
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.

Em vigor para períodos anuais iniciados ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes.

Em vigor para períodos anuais iniciados ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Arrendamento mercantil.

Notas Explicativas

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data efetiva de adoção para 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Não são esperados impactos significativos quando das aplicações de nenhuma modificação às normas descritas acima.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Numerário disponível	264	287	24.650	21.677
Aplicações Financeiras de liquidez imediata				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	83.430	14.125	422.791	379.461
TOTAL	83.694	14.412	447.441	401.138

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média das aplicações é de 99,0% do CDI em 31 de dezembro de 2015 (100,2% do CDI em 31 de dezembro de 2014).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 35.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	9.124	104.698
Fundo de investimento - Fundo Pampulha		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	19.773	-
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	5.854	-
Letra Financeira (LF)	29.875	-
Debêntures	10.043	-
Outros	13	-
TOTAL	74.682	104.698

Notas Explicativas

São representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia, (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica, (iii) fundos de investimentos e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 99,8% do CDI em 31 de dezembro de 2015 (91,5% do CDI em 31 de dezembro de 2014).

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	Consolidado					
	31.12.2015			31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecimento faturado	1.990.156	-	1.990.156	1.265.411	-	1.265.411
Fornecimento não faturado	646.318	-	646.318	421.689	-	421.689
Parcelamento de débitos	100.050	163.942	263.992	84.191	147.008	231.199
Comercialização no ambiente livre	138.165	-	138.165	146.404	-	146.404
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	18.796	-	18.796	16.398	-	16.398
Outras contas a receber	11.034	54.585	65.619	1.730	64.539	66.269
	2.904.519	218.527	3.123.046	1.935.823	211.547	2.147.370
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(705.289)	-	(705.289)	(555.144)	-	(555.144)
TOTAL	2.199.230	218.527	2.417.757	1.380.679	211.547	1.592.226

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram realizadas baixas de clientes incobráveis no montante de R\$604 (R\$33.934 no exercício de 2014). As baixas foram realizadas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Os saldos de parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 12,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação da Companhia nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

FORNECIMENTO FATURADO E PARCELAMENTO	Saldos a vencer	Saldos vencidos				TOTAL		PCLD	
		Até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Residencial	336.259	179.450	68.425	97.480	109.041	790.655	528.314	(274.940)	(153.396)
Industrial	33.197	17.401	2.149	2.513	75.726	130.986	109.732	(84.411)	(71.594)
Comercial	247.779	65.359	17.574	15.979	245.272	591.963	527.504	(274.128)	(252.410)
Rural	1.892	1.492	451	177	589	4.601	2.287	(581)	(401)
Poder Público Federal	42.449	40.941	16.677	2.635	257	102.959	53.184	(251)	(234)
Poder Público Estadual	85.984	34.279	26.111	37.010	44.617	228.001	121.877	(45.387)	(46.724)
Poder Público Municipal	32.701	39.047	15.601	34.132	25.520	147.001	71.834	(14.133)	(19.269)
Iluminação Pública	33.388	32.231	8.819	5.887	17.053	97.378	49.264	(6.218)	(6.204)
Serviço Público	32.170	54.371	27.249	34.088	12.726	160.604	32.614	(5.240)	(4.912)
TOTAL	845.819	464.571	183.056	229.901	530.801	2.254.148	1.496.610	(705.289)	(555.144)

Seguem abaixo as movimentações da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD consolidada relativa ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

SALDO EM 01.01.2014	(461.561)
(Adições) / Reversões	(127.517)
Baixas	33.934
SALDO EM 31.12.2014	(555.144)
(Adições) / Reversões	(150.749)
Baixas	604
SALDO EM 31.12.2015	(705.289)

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na nota explicativa 35.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado					
	31.12.2015			31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	90.443	85.939	176.382	89.657	89.233	178.890
ICMS a compensar	66.218	84.876	151.094	66.082	88.171	154.253
PIS e COFINS a compensar	1.983	-	1.983	4.259	-	4.259
Outros	22.242	1.063	23.305	19.316	1.062	20.378
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	86.237	-	86.237	30.556	-	30.556
Imposto de Renda retido na fonte	68.454	-	68.454	30.147	-	30.147
Antecipações	17.783	-	17.783	409	-	409
TOTAL	176.680	85.939	262.619	120.213	89.233	209.446

Notas Explicativas

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado					
	31.12.2015			31.12.2014		
	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Líquido Diferido	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Líquido Diferido
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	938.384	(709.640)	228.744	751.461	(500.306)	251.155
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	239.789	-	239.789	182.743	-	182.743
Provisão para participação nos lucros e resultados	9.435	-	9.435	8.650	-	8.650
Provisões para riscos	184.088	-	184.088	163.937	-	163.937
Complemento plano de pensão - CVM 695/12	10.872	-	10.872	10.872	-	10.872
Outros	55.641	(692)	54.949	69.083	-	69.083
Prejuízos fiscais	320.064	-	320.064	230.257	-	230.257
Base negativa de contribuição social	118.250	-	118.250	85.919	-	85.919
Instrumentos financeiros derivativos	245	(198.221)	(197.976)	-	(70.743)	(70.743)
Remuneração do ativo financeiro	-	(309.655)	(309.655)	-	(217.787)	(217.787)
Custo atribuído Light Energia	-	(201.072)	(201.072)	-	(211.776)	(211.776)
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO BRUTO	938.384	(709.640)	228.744	751.461	(500.306)	251.155
Apresentação pelo líquido	(441.493)	441.493	-	(277.638)	277.638	-
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO LÍQUIDO	496.891	(268.147)	228.744	473.823	(222.668)	251.155

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Saldo em 01.01.2014	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2014	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2015
IR E CSLL DIFERIDOS - ATIVO							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	151.745	30.998	-	182.743	57.046	-	239.789
Provisão para participação nos lucros e resultados	12.357	(3.707)	-	8.650	785	-	9.435
Provisões para riscos	183.377	(19.440)	-	163.937	20.151	-	184.088
Ativos e passivos regulatórios não reconhecidos pelo IFRS	127.106	(127.106)	-	-	-	-	-
Complemento plano de pensão - CVM 695/12	39.109	(39.109)	10.872	10.872	-	-	10.872
Outros	17.760	51.323	-	69.083	(13.442)	-	55.641
Prejuízo fiscal	236.601	(6.344)	-	230.257	89.807	-	320.064
Base negativa de contribuição social	88.203	(2.284)	-	85.919	32.331	-	118.250
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	245	-	245
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - ATIVO	856.258	(115.669)	10.872	751.461	186.923	-	938.384
IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO							
Instrumentos financeiros derivativos	(43.386)	(27.357)	-	(70.743)	(127.478)	-	(198.221)
Remuneração do Ativo Financeiro	(194.536)	(23.251)	-	(217.787)	(91.868)	-	(309.655)
Custo atribuído Light Energia	(221.911)	10.135	-	(211.776)	10.704	-	(201.072)
Outros	-	-	-	-	(692)	-	(692)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO	(459.833)	(40.473)	-	(500.306)	(209.334)	-	(709.640)

Notas Explicativas

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos registrados, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de dezembro de 2015, o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal, aprovado pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, o qual está baseado nas projeções de negócios elaboradas em 2015, aprovadas pelo Conselho de Administração. O estudo de viabilidade de realizações fiscais indica a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2015 em até dez anos, conforme cronograma anual de realização a seguir:

2016	162.820
2017	247.181
2018	95.790
2019	63.762
2020	62.777
2021	58.499
2022	59.805
2023	63.094
2024	66.565
2025	58.091
TOTAL BRUTO - CONSOLIDADO	938.384

Em 31 de dezembro de 2015, a Light S.A possuía saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado, não reconhecido, no montante de R\$63.311 (R\$54.975 em 31 de dezembro de 2014), tendo em vista as incertezas na sua realização.

9. PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

A rubrica representa os saldos a receber e/ou a pagar relativos a parcela A e outros itens financeiros incorridos e ainda não realizados pela tarifa da distribuidora de energia (Light SESA).

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de concessão para distribuição pela controlada Light SESA, que assegurou o direito e o dever de que os saldos remanescentes de eventual insuficiência ou ressarcimento pela tarifa ao término deste contrato de concessão serão acrescentados ou abatidos do valor da indenização dos bens não depreciados ou amortizados, o que permitiu o reconhecimento dos saldos de tais ativos e passivos regulatórios.

Segue abaixo a composição do saldo de itens da Parcela A e outros itens financeiros:

	31.12.2015					
	Circulante		Não circulante		Total	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Itens da Parcela A	1.631.616	(161.972)	80.485	(32.684)	1.712.101	(194.656)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	766.638	-	79.089	-	845.727	-
Custo de aquisição de energia	836.608	(478)	-	(2.389)	836.608	(2.867)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(154.052)	-	(26.698)	-	(180.750)
PROINFA	-	(6.749)	-	(131)	-	(6.880)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	5.410	-	1.396	-	6.806	-
Transporte de energia pela rede básica	22.960	(693)	-	(3.466)	22.960	(4.159)
Itens Financeiros	50.329	(999.447)	6.411	(14.852)	56.740	(1.014.299)
Outros itens financeiros	49.644	(767.745)	2.987	-	52.631	(767.745)
Sobrecontratação de energia / exposição involuntária	685	(225.802)	3.424	(14.852)	4.109	(240.654)
Neutralidade da Parcela A	-	(5.900)	-	-	-	(5.900)
ATIVO / (PASSIVO) Parcela A e outros itens financeiros bruto	1.681.945	(1.161.419)	86.896	(47.536)	1.768.841	(1.208.955)
Apresentação pelo líquido	(1.161.419)	1.161.419	(47.536)	47.536	(1.208.955)	1.208.955
TOTAL LÍQUIDO (Sem majoração de PIS/COFINS)	520.526	-	39.360	-	559.886	-
Majoração de Alíquotas de PIS/COFINS (Nota 16)	48.149	-	3.641	-	51.790	-
ATIVO / (PASSIVO) Parcela A e outros itens financeiros líquido	568.675	-	43.001	-	611.676	-

	31.12.2014					
	Circulante		Não circulante		Total	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Itens da Parcela A	549.409	(139.170)	361.585	(127.059)	910.994	(266.229)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	23.033	-	9.022	-	32.055	-
Custo de aquisição de energia	488.852	-	330.632	-	819.484	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(139.170)	-	(127.059)	-	(266.229)
PROINFA	7.729	-	147	-	7.876	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	681	-	766	-	1.447	-
Transporte de energia pela rede básica	29.114	-	21.018	-	50.132	-
Itens Financeiros	148.987	(30.660)	256.743	-	405.730	(30.660)
Outros itens financeiros	16.632	(16.140)	-	-	16.632	(16.140)
Sobrecontratação de energia / exposição involuntária	132.355	-	256.743	-	389.098	-
Neutralidade da Parcela A	-	(14.520)	-	-	-	(14.520)
ATIVO / (PASSIVO) Parcela A e outros itens financeiros bruto	698.396	(169.830)	618.328	(127.059)	1.316.724	(296.889)
Apresentação pelo líquido	(169.830)	169.830	(127.059)	127.059	(296.889)	296.889
TOTAL LÍQUIDO (Sem majoração de PIS/COFINS)	528.566	-	491.269	-	1.019.835	-
Majoração de Alíquotas de PIS/COFINS (Nota 16)	48.892	-	45.443	-	94.335	-
ATIVO / (PASSIVO) Parcela A e outros itens financeiros líquido	577.458	-	536.712	-	1.114.170	-

Notas Explicativas

Segue abaixo a movimentação do saldo de itens da Parcela A e outros itens financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

SALDO EM 31.12.2014	1.114.170
(+) Constituição ^(a)	1.040.450
(-) Amortização ^(a)	(587.719)
(-) Recebimento de recursos de Conta ACR e CCRBT ^(a)	(1.049.263)
(+) Atualização Selic (Nota 33)	94.038
SALDO EM 31.12.2015	611.676

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em Receita Líquida, na rubrica Parcela A e outros itens financeiros – Receita não faturada (vide nota 29).

Segue abaixo a movimentação do saldo de itens da Parcela A e outros itens financeiros líquido e sem o efeito da majoração de PIS/COFINS por ciclo tarifário:

	Homologado pela Aneel no reajuste de 05.11.2015	Próximos Reajustes Tarifários	Total
Saldo Homologado pela Aneel no reajuste de 05.11.2015	603.772	-	603.772
Parcela A e Outros Itens Financeiros (Amortização/Constituição)	(91.116)	47.230	(43.886)
SALDO EM 31.12.2015	512.656	47.230	559.886

10. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da controlada Light SESA.

Movimentação dos saldos, líquidos de obrigações especiais, referentes ao ativo indenizável ao final da concessão, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

SALDO EM 01.01.2014	1.926.226
Adições ^(a)	453.599
Atualização a Valor Novo de Reposição (VNR)	68.385
Baixas	(1.767)
SALDO EM 31.12.2014	2.446.443
Adições ^(a)	461.583
Transferência de Obrigações Especiais ^(b)	(229.084)
Atualização a Valor Novo de Reposição (VNR) ^(c)	265.369
Baixas	(11.478)
SALDO EM 31.12.2015	2.932.833

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 (vide nota explicativa 14).

^(b) Obrigação especial referente ao valor recebido na tarifa para ser investido no programa de combate a perda (vide nota explicativa 14).

^(c) A Resolução Normativa da Aneel 686/2015 alterou o Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), modificando o índice de atualização do ativo financeiro indenizável homologado desde o último processo de revisão tarifária, de IGPM para IPCA.

11. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado					
	31.12.2015			31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Fornecedores	25.295	-	25.295	91.166	-	91.166
Contribuição Iluminação Pública	45.010	-	45.010	35.768	-	35.768
Dispêndios a Reembolsar	74.342	-	74.342	27.140	-	27.140
Subvenção Baixa Renda	4.453	-	4.453	18.614	-	18.614
Subvenção CDE ^(a)	29.328	-	29.328	63.462	-	63.462
Aporte Bandeiras Tarifárias ^(b)	456	-	456	-	-	-
Bens e Direitos Destinados a Alienação	-	2.147	2.147	-	2.147	2.147
Outros ^(c)	50.984	-	50.984	46.473	639	47.112
TOTAL	229.868	2.147	232.015	282.623	2.786	285.409

^(a) Inclui subvenção decorrente dos Decretos nº 7.945/13 e 8.221/14.

^(b) Resolução Normativa da Aneel 649/2015 (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária – CCRBT). Vide nota explicativa 29.

^(c) Referente a outros créditos de naturezas diversas.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Avaliados por equivalência patrimonial: *				
Light SESA	2.549.436	2.481.594	-	-
Light Energia	690.991	777.818	-	-
Renova Energia ^(b)	-	-	480.275	514.543
Guanhães Energia ^{(a)(b)}	-	-	11.858	86.766
Light Esco	100.074	100.826	-	-
Lightcom	13.574	28.100	-	-
Light Soluções	3.228	3.097	-	-
Lightger	38.983	40.488	38.983	40.488
Itaocara Energia ^(a)	33.361	24.797	-	-
Axxiom	24.685	24.598	24.685	24.598
Amazônia Energia ^(a)	174.445	138.631	174.445	138.631
Energia Olímpica	2.497	-	2.497	-
SUBTOTAL	3.631.274	3.619.949	732.743	805.026
Ágio por rentabilidade futura	2.034	2.034	2.034	2.034
Outros Investimentos permanentes	-	-	19.427	19.587
SUBTOTAL	2.034	2.034	21.461	21.621
TOTAL DO INVESTIMENTO	3.633.308	3.621.983	754.204	826.647

^(a) Empresa em fase pré-operacional

^(b) Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido ajustado para fins de equivalência patrimonial

* Instituto Light possui saldo inferior a R\$1 nos exercícios apresentados.

Notas Explicativas

Informações sobre as companhias controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial e saldos proporcionais) apresentados abaixo:

Controladora											
Controladas e controladas em conjunto - Participações		Patrimônio Líquido		Recursos destinados a aumento de capital		Dividendos a receber		Dividendos recebidos		Lucro / (Prejuízo) do exercício	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Light SESA	100,0%	2.549.436	2.481.594	-	-	-	(82.906)	(82.906)	(201.005)	(39.158)	349.076
Light Energia	100,0%	690.991	777.818	-	-	(3.834)	(66.917)	(173.917)	(163.752)	15.335	267.670
Light Esco	100,0%	100.074	100.826	-	-	-	-	-	(1.511)	(436)	(2.091)
Lightcom	100,0%	13.574	28.100	-	-	-	-	(95.416)	(50.482)	80.888	61.285
Light Soluções	100,0%	3.228	3.097	-	-	(369)	(329)	-	-	172	787
Lightger	51,0%	38.983	40.488	-	-	-	-	-	(1.168)	(1.505)	(56)
Itacara Energia	100,0%	33.361	24.797	-	-	-	-	-	-	(1.170)	(452)
Axiom	51,0%	24.685	24.598	-	14.994	-	-	(227)	-	420	(624)
Amazônia Energia	25,5%	174.445	138.631	-	-	-	-	-	-	(1.661)	(2.175)
Energia Olímpica	50,1%	2.497	-	-	-	-	-	-	-	2.497	-
		3.631.274	3.619.949	-	14.994	(4.203)	(150.152)	(352.466)	(417.918)	55.382	673.420

Consolidado									
Controladas em conjunto - Participações		Patrimônio líquido		Recursos destinados a aumento de capital		Dividendos recebidos		Lucro / (Prejuízo) do exercício	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Light Energia									
Renova Energia	15,9%	417.050	402.137	-	-	-	-	18.757	(1.734)
Guanhães Energia	51,0%	11.858	70.180	-	-	-	-	(36.554)	-
Light Esco									
EBL Energia	33,3% ^(a)	-	-	-	-	-	-	-	(147)
Lightger	51,0%	38.983	40.488	-	-	-	-	(1.505)	(56)
Axiom	51,0%	24.685	24.598	-	14.994	(227)	-	420	(624)
Amazônia Energia	25,5%	174.445	138.631	-	-	-	-	(1.661)	(2.175)
Energia Olímpica	50,1%	2.497	-	-	-	-	-	2.497	-
		669.518	676.034	-	14.994	(227)	-	(18.046)	(4.736)

^(a) Participação de 33,3% até novembro de 2014, mas 0,0% em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

Outras informações:

Controladora				
Controladas e controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total do Ativo	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Light SESA	2.189.365	2.082.365	11.996.311	10.929.522
Light Energia	77.422	77.422	2.306.651	2.206.971
Light Esco	79.584	79.584	240.833	259.569
Lightcom	4.500	4.500	125.723	110.559
Light Soluções	1.350	1.350	6.327	4.331
Lightger	40.408	40.408	93.941	97.810
Itaocara Energia	40.597	30.865	36.744	27.832
Axxiom	23.766	8.772	45.032	42.697
Amazônia Energia	184.469	143.481	174.276	139.323
Energia Olímpica	-	-	5.463	-

Consolidado				
Controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total do Ativo	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Light Energia				
Renova Energia	407.543	407.480	955.923	885.159
Guanhães Energia	70.180	70.180	119.970	160.794
Lightger	40.408	40.408	93.941	97.810
Axxiom	23.766	8.772	45.032	42.697
Amazônia Energia	184.469	143.481	174.276	139.323
Energia Olímpica	-	-	5.463	-

Movimentação dos investimentos nas controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Controladora							31.12.2015
	31.12.2014	Aumento de capital	Recursos destinados a aumento de capital	Dividendos	Resultados Abrangentes ^(a)	Equivalência Patrimonial		
						Outros	Resultado	
Light SESA	2.481.594	107.000	-	-	-	-	(39.158)	2.549.436
Light Energia	777.818	-	-	(110.834)	8.671	1	15.335	690.991
Light Esco	100.826	-	-	-	-	(316)	(436)	100.074
Lightcom	28.100	-	-	(95.416)	-	2	80.888	13.574
Light Soluções	3.097	-	-	(40)	-	(1)	172	3.228
Lightger	40.488	-	-	-	-	-	(1.505)	38.983
Itaocara Energia	24.797	9.732	-	-	-	2	(1.170)	33.361
Axiom	24.598	14.994	(14.994)	(227)	-	(106)	420	24.685
Amazônia Energia	138.631	41.116	-	-	-	(3.641)	(1.661)	174.445
Energia Olímpica	-	-	-	-	-	-	2.497	2.497
TOTAL	3.619.949	172.842	(14.994)	(206.517)	8.671	(4.059)	55.382	3.631.274

^(a) O resultado abrangente da controlada Light Energia é referente ao efeito de conversão de moeda da investida indireta Renova Energia proveniente de investimentos no exterior.

	Controladora							31.12.2014
	01.01.2014	Aumento de capital	Recursos destinados a aumento de capital	Dividendos / JCP	Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial		
						Outros	Resultado	
Light SESA	2.436.463	-	-	(283.911)	(20.034)	-	349.076	2.481.594
Light Energia	707.236	-	-	(196.017)	(1.070)	(1)	267.670	777.818
Light Esco	104.339	-	-	(1.422)	-	-	(2.091)	100.826
Lightcom	16.263	-	-	(49.447)	-	(1)	61.285	28.100
Light Soluções	2.497	-	-	(187)	-	-	787	3.097
Lightger	41.712	-	-	(1.168)	-	-	(56)	40.488
Itaocara Energia	23.945	1.304	-	-	-	-	(452)	24.797
Axiom	8.207	1.785	14.994	236	-	-	(624)	24.598
Amazônia Energia	106.380	34.424	-	-	-	2	(2.175)	138.631
TOTAL	3.447.042	37.513	14.994	(531.916)	(21.104)	-	673.420	3.619.949

	Consolidado							
	31.12.2014	Aumento de capital	Recursos destinados a aumento de capital	Dividendos	Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial ^(a)		31.12.2015
						Outros	Resultado	
Light Energia								
Renova Energia	514.543	-	-	-	8.671	(61.696)	18.757	480.275
Guanhães Energia	86.766	-	-	-	-	(38.354)	(36.554)	11.858
Lightger	40.488	-	-	-	-	-	(1.505)	38.983
Axiom	24.598	14.994	(14.994)	(227)	-	(106)	420	24.685
Amazônia Energia	138.631	41.116	-	-	-	(3.641)	(1.661)	174.445
Energia Olímpica	-	-	-	-	-	-	2.497	2.497
TOTAL	805.026	56.110	(14.994)	(227)	8.671	(103.797)	(18.046)	732.743

^(a) O principal efeito na Renova Energia foi a realização da mais valia da concessão que estava alocada aos parques eólicos vendidos para a TerraForm Global após o reconhecimento da perda no investimento da Renova Energia na TerraForm Global. O principal efeito na Guanhães Energia foi a provisão para *impairment* do investimento realizada em 31 de dezembro de 2015.

	Consolidado							31.12.2014
	01.01.2014	Aumento de capital	Recursos destinados a aumento de capital	Dividendos / JCP	Equivalência Patrimonial			
					Ganho na diluição de participação	Outros	Resultado	
Light Energia								
Renova Energia	376.923	-	-	-	143.161	(3.807)	(1.734)	514.543
Guanhães Energia	86.766	-	-	-	-	-	-	86.766
Light Esco								
EBL Energia	406	-	-	(259)	-	(147)	-	-
Lightger	41.712	-	-	(1.168)	-	-	(56)	40.488
Axiom	8.207	1.785	14.994	-	-	236	(624)	24.598
Amazônia Energia	106.380	34.424	-	-	-	2	(2.175)	138.631
TOTAL	620.394	36.209	14.994	(1.427)	143.161	(3.716)	(4.589)	805.026

Notas Explicativas

Os saldos integrais das principais controladas em conjunto que foram registrados por meio do método de equivalência patrimonial nos exercícios de 2015 e 2014, são como segue:

31.12.2015	Axiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães	Energia Olímpica
ATIVO						
Circulante	73.977	464	23.254	550.630	2.012	10.871
Caixa e Equivalente Caixa	6.885	453	18.381	66.147	1.460	8.269
Outros	67.092	11	4.873	484.483	552	2.602
Não Circulante	14.322	682.970	160.944	5.472.831	233.224	33
TOTAL DO ATIVO	88.299	683.434	184.198	6.023.461	235.236	10.904

PASSIVO						
Circulante	33.827	94	14.457	1.497.006	211.985	5.920
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.367	-	8.460	762.584	211.502	-
Outros	27.460	94	5.997	734.422	483	5.920
Não Circulante	5.819	-	93.303	1.898.539	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.006	-	93.303	1.609.672	-	-
Outros	813	-	-	288.867	-	-
Patrimônio líquido	48.653	683.339	76.438	2.627.916	23.251	4.984
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	88.299	683.433	184.198	6.023.461	235.236	10.904

2015	Axiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães	Energia Olímpica
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita líquida de vendas	58.933	-	7.251	409.830	-	91.371
Custos das vendas	(51.749)	-	-	(213.385)	-	(77.773)
LUCRO BRUTO	7.184	-	7.251	196.445	-	13.598
Despesas gerais e administrativas	(6.296)	(1.523)	(2.010)	(128.626)	(418)	(4.911)
Equivalência Patrimonial	-	(5.026)	-	(3.662)	(37.641)	(701)
Ganho na venda de ativos	-	-	-	672.351	-	-
Perda no investimento	-	-	-	(279.144)	-	-
Outras receitas	-	-	-	13.406	-	-
Resultado financeiro líquido	-	34	(6.505)	(132.121)	(33.606)	(471)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	888	(6.515)	(1.264)	338.649	(71.665)	7.515
Imposto de renda e contribuição social	(65)	-	(1.687)	(220.457)	(9)	(2.531)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	823	(6.515)	(2.951)	118.192	(71.674)	4.984

31.12.2014	Axiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães
ATIVO					
Circulante	72.434	593	20.575	692.655	1.159
Caixa e Equivalente Caixa	8.976	581	16.441	86.599	1.142
Outros	63.458	12	4.134	606.056	17
Não Circulante	11.286	543.035	171.209	4.874.385	314.124
TOTAL DO ATIVO	83.720	543.628	191.784	5.567.040	315.283
PASSIVO					
Circulante	29.285	-	10.082	517.274	171.831
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.103	-	7.148	356.326	170.716
Outros	23.182	-	2.934	160.948	1.115
Não Circulante	6.205	-	102.314	2.515.436	5.844
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.006	-	102.314	2.489.366	-
Outros	1.199	-	-	26.070	5.844
Patrimônio líquido	48.230	543.628	79.388	2.534.330	137.608
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	83.720	543.628	191.784	5.567.040	315.283

Notas Explicativas

2014	AXXIOM	AMAZÔNIA	LIGHTGER	RENOVA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Receita líquida de vendas	55.397	-	9.384	327.665
Custos das vendas	(46.144)	-	-	(141.013)
LUCRO BRUTO	9.253	-	9.384	186.652
Despesas gerais e administrativas	(6.736)	(1.636)	(2.108)	(97.268)
Equivalência Patrimonial	-	(6.919)	-	(24.842)
Resultado financeiro líquido	(920)	26	(5.664)	(60.060)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	1.597	(8.529)	1.612	4.482
Imposto de renda e contribuição social	291	-	(1.713)	(15.407)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.888	(8.529)	(101)	(10.925)

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante da controlada indireta em conjunto Guanhães Energia estava superior ao ativo circulante em R\$209.973 (R\$170.672 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Guanhães Energia vem conduzindo ações com o objetivo de concluir as liberações dos financiamentos de longo prazo junto ao BNDES e alongamento das suas dívidas existentes.

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante da controlada indireta em conjunto Renova Energia estava superior ao ativo circulante em R\$946.376 (em 31 de dezembro de 2014 o ativo circulante era superior ao passivo circulante). A Administração da Renova Energia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro, entre essas o enquadramento junto ao BNDES do alongamento de sua dívida por meio da contratação de financiamento de longo prazo, substituindo os empréstimos ponte tomados e a injeção de capital por parte de seus acionistas.

a) Consórcios

- Consórcio UHE Itaocara

A Companhia, por meio da controlada Itaocara Energia, participa do consórcio UHE Itaocara, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, 49,0%. O consórcio destina-se à exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara. Os saldos ativos e passivos referentes à participação no Consórcio são incorporados aos saldos da controlada. Em 28 de dezembro de 2011, foi concedida a licença prévia pelo IBAMA e, em 29 de julho de 2013, a UHE Itaocara obteve a licença de instalação, que permite o início das obras. Em 23 de outubro de 2015, o contrato de concessão foi assinado pelo Consórcio UHE Itaocara, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I, com energia vendida por 30 anos, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), ao preço de R\$154,99/MWh (data base abril de 2015). O Consórcio tem previsão de entrar em operação no segundo trimestre de 2018⁽¹⁾.

- Consórcio Maracanã Solar

A Companhia, por meio da controlada Light Esco, participa do Consórcio Maracanã Solar, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da EDF Consultoria, 49,0%. O consórcio destina-se ao desenvolvimento, construção e operação de uma usina fotovoltaica, com capacidade de 391 kWp, instalada na cobertura do estádio do Maracanã. A construção foi finalizada no segundo trimestre de 2013.

O contrato original assinado com o Estado do Rio de Janeiro previa a recuperação do valor investido através de comercialização de energia. Em Agosto de 2013, foi assinado aditivo com o Estado do Rio de Janeiro, alterando a forma de recuperação do investimento realizado para comercialização de cotas de patrocínio da usina fotovoltaica, por meio do selo Maracanã Solar. No entanto, considerando que as cotas ainda estão em negociação, a Administração provisionou, em 31 de dezembro de 2013, 100% do investimento por não ter expectativa de recuperabilidade dos ativos imobilizados referentes aos investimentos feitos pelo Consórcio.

- Consórcio UHE Água Limpa

A Companhia, por meio da controlada Light Energia, participa do Consórcio UHE Água Limpa, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da Cemig GT, 49,0%. O consórcio tem por objeto o estudo na participação do projeto para a implantação, operação, manutenção e exploração comercial do empreendimento. Nenhum gasto significativo foi incorrido até 31 de dezembro de 2015.

b) Venda de Ativos da controlada em conjunto Renova Energia para TerraForm Global, Inc. ("TerraForm Global")

Em 19 de setembro de 2015, ocorreu o fechamento de parte da primeira fase da operação entre a Renova Energia e a TerraForm Global com a venda dos ativos operacionais eólicos dos projetos Bahia e Salvador. Os ativos dos projetos foram alienados pelo montante de R\$451.000 e R\$845.026, respectivamente. O resultado dessa transação gerou um ganho de R\$70.433 para a controlada Light Energia, reconhecido como resultado de equivalência patrimonial em decorrência da participação da Light Energia na Renova Energia.

c) Rescisão do Contrato de Compra e Venda das Ações da Renova ("CCVA") entre a controlada Light Energia e a SunEdison, INC. ("SunEdison")

Em 01 de dezembro de 2015, a Light Energia recebeu a notificação da SunEdison que informou a rescisão do CCVA.

Nos termos do Contrato, caso o fechamento da Operação não ocorresse até 30 de novembro de 2015, quaisquer das Partes poderia, por meio de notificação à outra parte, dar por terminado o CCVA, sem ônus. A realização da Operação estava sujeita a uma série de condições precedentes e, apesar de algumas dessas condições não terem

Notas Explicativas

sido integralmente satisfeitas, a SunEdison e a Light Energia estavam em negociação visando concluir a Operação. Porém, devido às condições adversas de mercado, a negociação não prosperou.

Adicionalmente, está automaticamente extinto, o Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de Emissão da Renova Energia, entre a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e a Light Energia, onde as partes negociaram que, em contrapartida ao não exercício do Direito de Venda Conjunta pela BNDESPAR, a Light Energia concederia à BNDESPAR uma Opção de Venda sobre a totalidade das *units* de emissão da Renova Energia de sua titularidade.

d) Cancelamento da Fase II do Acordo da Renova Energia com a TerraForm Global

Em 01 de dezembro de 2015, a Renova Energia recebeu a notificação da TerraForm Global que informou o cancelamento da segunda fase do seu Acordo com a TerraForm Global e SunEdison. Uma das condições precedentes para a realização desta fase do Acordo era a conclusão da venda da participação da Light Energia no bloco de controle da Renova Energia para a SunEdison. Com a não consumação da venda desta participação, a segunda fase do Acordo foi automaticamente cancelada.

e) Celebração do Contrato de Suporte de Acionistas da Renova Energia

Em 11 de dezembro de 2015, ocorreu a celebração do Contrato de Suporte de Acionistas entre a controlada Light Energia, RR Participações, Cemig GT, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., tendo como interveniente a Renova Energia. Os membros do Bloco de Controle da Renova Energia se comprometeram a aportar recursos na controlada sob a forma de capital social se houver insuficiência de recursos disponíveis na Renova Energia para o pagamento de juros da sua 3ª Emissão de debêntures. De acordo com a participação da Light Energia no capital social da Renova Energia, o valor estimado dessa possível obrigação futura é de R\$11.300, sem previsão de liquidação.

f) Aumento de capital na controlada Light SESA

Em 30 de dezembro de 2015, a controladora Light S.A. efetuou aporte, no montante de R\$107.000, na controlada Light SESA.

g) Reversão da mais valia da controlada em conjunto Guanhães Energia

A Companhia reavaliou em 31 de dezembro de 2015 a recuperabilidade da mais valia registrada na controlada em conjunto Guanhães Energia e, em função dos resultados estimados, decidiu baixar o ágio registrado no montante de R\$16.229, na linha de equivalência patrimonial.

13. IMOBILIZADO

	Consolidado				
	31.12.2015				31.12.2014
	Taxa Média Anual	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Geração	2,67	2.788.063	(1.697.856)	1.090.207	1.113.963
Transmissão	3,07	57.984	(44.747)	13.237	13.912
Distribuição ^(a)	9,68	26.174	(25.037)	1.137	1.935
Administração	9,68	380.992	(215.066)	165.926	165.781
Comercialização	9,18	99.230	(17.217)	82.013	81.697
EM SERVIÇO		3.352.443	(1.999.923)	1.352.520	1.377.288
Geração		231.921	-	231.921	206.505
Administração		125.192	-	125.192	121.294
EM CURSO		357.113	-	357.113	327.799
TOTAL DO IMOBILIZADO		3.709.556	(1.999.923)	1.709.633	1.705.087

^(a) Imobilizado da distribuição refere-se a equipamentos não elétricos

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2014	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	Saldos em 31.12.2015
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.976	-	-	-	104.976
Reservatório, barragens e adutoras	1.265.186	-	(135)	11.655	1.276.706
Edificações, obras civis e benfeitorias	286.532	-	-	6.310	292.842
Máquinas e equipamentos	1.497.460	-	(5.013)	47.640	1.540.087
Veículos	14.053	-	-	138	14.191
Móveis e utensílios	129.994	-	(6.384)	31	123.641
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.298.201	-	(11.532)	65.774	3.352.443
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(840.743)	(21.281)	37	-	(861.987)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(170.107)	(6.122)	-	-	(176.229)
Máquinas e equipamentos	(782.945)	(55.167)	687	-	(837.425)
Veículos	(13.330)	(381)	-	-	(13.711)
Móveis e utensílios	(113.788)	(3.167)	6.384	-	(110.571)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIÇÃO	(1.920.913)	(86.118)	7.108	-	(1.999.923)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Terreno	228	277	-	-	505
Reservatório, barragens e adutoras	43.229	10.001	-	(13.295)	39.935
Edificações, obras civis e benfeitorias	53.951	7.372	(2.589)	(7.137)	51.597
Máquinas e equipamentos	191.679	83.899	-	(45.342)	230.236
Veículos	20	142	-	-	162
Móveis e utensílios	1.394	645	(209)	-	1.830
Estudos e Projetos	37.298	274	(4.724)	-	32.848
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	327.799	102.610	(7.522)	(65.774)	357.113
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.705.087	16.492	(11.946)	-	1.709.633

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Saldos em 01.01.2014	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	Saldos em 31.12.2014
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.976	-	-	-	104.976
Reservatório, barragens e adutoras	1.265.186	-	-	-	1.265.186
Edificações, obras civis e benfeitorias	268.130	-	(4.288)	22.690	286.532
Máquinas e equipamentos	1.327.711	-	(1.680)	171.429	1.497.460
Veículos	15.199	-	(1.752)	606	14.053
Móveis e utensílios	135.314	-	(7.108)	1.788	129.994
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.116.516	-	(14.828)	196.513	3.298.201
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(819.640)	(21.103)	-	-	(840.743)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(163.967)	(6.140)	-	-	(170.107)
Máquinas e equipamentos	(733.890)	(50.336)	1.281	-	(782.945)
Veículos	(14.130)	(423)	1.223	-	(13.330)
Móveis e utensílios	(115.822)	(5.041)	7.075	-	(113.788)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIÇÃO	(1.847.449)	(83.043)	9.579	-	(1.920.913)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Terreno	162	66	-	-	228
Reservatório, barragens e adutoras	88.511	10.837	-	(56.119)	43.229
Edificações, obras civis e benfeitorias	68.687	9.748	-	(24.484)	53.951
Máquinas e equipamentos	212.200	94.490	-	(115.011)	191.679
Veículos	183	443	-	(606)	20
Móveis e utensílios	946	741	-	(293)	1.394
Estudos e Projetos	38.966	1.295	(2.963)	-	37.298
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	409.655	117.620	(2.963)	(196.513)	327.799
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.678.722	34.577	(8.212)	-	1.705.087

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$4.865 (R\$3.686 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), cuja taxa média de capitalização foi de 10,4% ao ano.

(i) Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens e de acordo com a Resolução Aneel nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	3,33	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	2,70
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Reserv., barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados em 2015 e 2014. Os contratos de concessão das usinas hidrelétricas da controlada Light Energia preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, de forma que a Administração entende que o valor do imobilizado não depreciado ao final da concessão será

reembolsado pelo Poder Concedente.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da autorização ou concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor.

14. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	31.12.2015				31.12.2014
	Taxa Média Anual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso da concessão	3,81	7.230.812	(4.056.294)	3.174.518	3.281.132
Outros ^(a)	20,0	703.999	(532.561)	171.438	154.051
EM SERVIÇO		7.934.811	(4.588.855)	3.345.956	3.435.183
Direito de uso da concessão		450.406	-	450.406	291.008
Outros ^(a)		262.843	-	262.843	217.666
EM CURSO		713.249	-	713.249	508.674
TOTAL INTANGÍVEL		8.648.060	(4.588.855)	4.059.205	3.943.857

^(a) Inclui basicamente softwares e servidão de passagem

O Intangível está líquido de obrigações especiais, que representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O saldo das obrigações especiais em 31 de dezembro de 2015 totalizava R\$600.584 (R\$468.202 em 31 de dezembro de 2014).

Os investimentos na rede de distribuição são inicialmente registrados no intangível em curso, durante o período de construção. Quando finalizados, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrado no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo de concessão, e a outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebido como indenização ao final da concessão.

O intangível em curso inclui os estoques de materiais destinados a projetos, cujo montante em 31 de dezembro de 2015 totalizava R\$126.882 (R\$116.460 em 31 de dezembro de 2014) e respectiva provisão para desvalorização de R\$4.880 (R\$5.131 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável nos demais ativos intangíveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi incorporado ao ativo intangível, a título de capitalização de juros, o montante de R\$29.957 (R\$28.170 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), cuja taxa média de capitalização foi de 10,4% ao ano.

Notas Explicativas

A infraestrutura, utilizada pela controlada Light SESA, é vinculada ao serviço de distribuição, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador, sendo que, se ocorrer, deve atender à Resolução Aneel nº 20/99.

Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2014	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Saldos em 31.12.2015
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	7.028.350	-	(27.725)	230.187	7.230.812
Outros	633.806	-	-	70.193	703.999
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	7.662.156	-	(27.725)	300.380	7.934.811
(-) Amortização					
Direito de uso da concessão	(3.747.218)	(320.427)	11.351	-	(4.056.294)
Outros	(479.755)	(52.806)	-	-	(532.561)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(4.226.973)	(373.233)	11.351	-	(4.588.855)
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	291.008	630.233	-	(470.835)	450.406
Outros	217.666	124.849	(17.628)	(62.044)	262.843
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	508.674	755.082	(17.628)	(532.879)	713.249
TOTAL	3.943.857	381.849	(34.002)	(232.499)	4.059.205

^(a) Transferência para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 e transferência do Ativo Financeiro da Concessão referente às Obrigações Especiais, vide nota explicativa 10.

	Consolidado				
	Saldos em 01.01.2014	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Saldos em 31.12.2014
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	6.511.987	-	(39.867)	556.230	7.028.350
Outros	552.062	-	(402)	82.146	633.806
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	7.064.049	-	(40.269)	638.376	7.662.156
(-) Amortização					
Direito de uso da concessão	(3.490.125)	(293.569)	36.476	-	(3.747.218)
Outros	(442.331)	(37.822)	398	-	(479.755)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(3.932.456)	(331.391)	36.874	-	(4.226.973)
Em Curso					
Direito de uso da concessão	663.393	696.294	-	(1.068.679)	291.008
Outros	167.122	73.840	-	(23.296)	217.666
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	830.515	770.134	-	(1.091.975)	508.674
TOTAL	3.962.108	438.743	(3.395)	(453.599)	3.943.857

^(a) Transferência para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01, vide nota explicativa 10.

A Aneel é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa,

Notas Explicativas

bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente, sendo utilizada para efeitos contábeis e regulatórios, e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

As principais taxas de amortização, de acordo com a Resolução Aneel nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Banco de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Disjuntor	3,03
Edificações	3,33
Estrutura do sistema	3,57
Medidor	7,69
Regulador de tensão	4,35
Religador	4,00
Transformador	4,00

15. FORNECEDORES

CIRCULANTE	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Comercialização no mercado de curto prazo	379.639	629.166
Encargos de uso da rede elétrica	32.049	40.050
Encargos do serviço do sistema	-	2.215
Energia livre – ressarcimento às geradoras	78.564	69.360
Leilões de energia	244.278	207.290
Itaipu binacional	357.112	151.097
UTE Norte Fluminense	155.622	104.304
Materiais e serviços	202.378	356.908
TOTAL	1.449.642	1.560.390

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a fornecedores é divulgada na nota explicativa 35.

Notas Explicativas

16. TRIBUTOS A PAGAR

	Consolidado					
	31.12.2015			31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	356.860	183.183	540.043	253.571	232.525	486.096
ICMS a pagar	93.287	-	93.287	114.775	-	114.775
Parcelamento - Lei 11.941/09	21.485	179.542	201.027	19.932	187.082	207.014
PIS e COFINS a pagar	177.733	-	177.733	57.761	-	57.761
PIS e COFINS diferido ^(a)	48.149	3.641	51.790	48.892	45.443	94.335
INSS	5.343	-	5.343	2.955	-	2.955
Outros	10.863	-	10.863	9.256	-	9.256
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15.262	-	15.262	35.548	-	35.548
IRRF a pagar	851	-	851	574	-	574
Provisão de IRPJ / CSLL	14.411	-	14.411	34.974	-	34.974
TOTAL	372.122	183.183	555.305	289.119	232.525	521.644

^(a) Refere-se a PIS e COFINS oriundos da receita não faturada da Parcela A e outros itens financeiros, vide nota explicativa 9.

Notas Explicativas

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Consolidado								
Financiador	Controlada	Circulante			Não Circulante		Total	
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2015	31.12.2014
TN - Par Bond	Light SESA	-	1.963	1.963	151.973	151.973	153.936	104.713
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(125.313)	(125.313)	(125.313)	(82.815)
TN - Discount Bond	Light SESA	-	315	315	106.042	106.042	106.357	72.348
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(87.639)	(87.639)	(87.639)	(57.881)
4131 Bank Merrill Lynch 2011	Light SESA	52.715	163	52.878	-	-	52.878	99.241
4131 Citibank 2012	Light SESA	-	841	841	390.480	390.480	391.321	266.151
4131 Citibank 2014	Light SESA	-	718	718	390.480	390.480	391.198	266.083
4131 Bank Tokyo 2013	Light SESA	234.288	279	234.567	-	-	234.567	159.561
4131 Bank Tokyo 2014	Light SESA	-	236	236	78.096	78.096	78.332	53.260
4131 Itaú 2014	Light SESA	-	-	-	-	-	-	68.560
4131 Itaú 2015	Light SESA	59.023	66	59.089	9.837	9.837	68.926	-
4131 Santander 2015	Light SESA	172.721	4.009	176.730	-	-	176.730	-
4131 Bank BNP 2015	Light SESA	-	836	836	95.294	95.294	96.130	-
4131 Citibank 2012	Light Energia	-	1.481	1.481	312.384	312.384	313.865	213.470
4131 Bank BNP 2014	Light Energia	209.876	791	210.667	-	-	210.667	163.948
4131 Itaú 2014	Light Energia	194.826	327	195.153	-	-	195.153	133.103
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL		923.449	12.025	935.474	1.321.634	1.321.634	2.257.108	1.459.742
Eletrobras - Luz para Todos	Light SESA	207	-	207	172	172	379	586
Eletrobras - PRONI	Light SESA	-	-	-	-	-	-	1
Eletrobras - Reluz	Light SESA	1.183	-	1.183	3.154	3.154	4.337	5.520
CCB Bradesco	Light SESA	74.624	731	75.355	74.687	74.687	150.042	230.884
CCB Banco do Brasil	Light SESA	-	8.035	8.035	150.000	150.000	158.035	156.477
BNDES - Capex 2009/10 Sub A	Light SESA	28.193	123	28.316	9.398	9.398	37.714	65.998
BNDES - Capex 2009/10 Sub B	Light SESA	28.193	138	28.331	9.398	9.398	37.729	66.026
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light SESA	11.938	88	12.026	32.831	32.831	44.857	56.818
BNDES - Capex 2009/10 Sub D	Light SESA	25	-	25	8	8	33	59
BNDES - Capex 2009/10 Sub E	Light SESA	25	-	25	8	8	33	59
BNDES - Capex 2009/10 Sub N	Light SESA	52	-	52	17	17	69	121
BNDES - Capex 2009/10 Sub O	Light SESA	52	-	52	17	17	69	121
BNDES - Capex 2009/10 Sub P	Light SESA	180	1	181	60	60	241	422
BNDES - Capex 2009/10 Sub Q	Light SESA	180	1	181	60	60	241	423
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light SESA	717	6	723	1.613	1.613	2.336	3.054
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	34.990	333	35.323	78.645	78.645	113.968	149.140
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	42.070	434	42.504	94.520	94.520	137.024	179.363
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	42.070	470	42.540	94.520	94.520	137.060	178.946
BNDES - Capex 2011/12 Sub 13	Light SESA	-	-	-	1	1	1	1
BNDES - Capex 2011/12 Sub 14	Light SESA	-	-	-	1	1	1	1
BNDES - Capex 2011/12 Sub 17	Light SESA	4	-	4	10	10	14	18
BNDES - Capex 2011/12 Sub 18	Light SESA	4	-	4	10	10	14	18
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	31.977	562	32.539	135.904	135.904	168.443	179.332
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	15.576	525	16.101	66.197	66.197	82.298	76.693
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	13.936	309	14.245	106.843	106.843	121.088	94.807
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	654	11	665	2.779	2.779	3.444	3.939
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	319	11	330	1.357	1.357	1.687	1.685
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	3.992	68	4.060	15.969	15.969	20.029	19.544
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	3.992	76	4.068	15.969	15.969	20.037	19.553
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	3.195	94	3.289	12.779	12.779	16.068	15.676
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	1.531	35	1.566	7.654	7.654	9.220	2.626
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	1.531	39	1.570	7.654	7.654	9.224	2.627
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	1.227	47	1.274	6.135	6.135	7.409	2.107
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	1.217	15	1.232	8.520	8.520	9.752	2.535
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	15.462	246	15.708	125.626	125.626	141.334	141.334
Nota Promissória - 3ª NP	Light SESA	273.951	22.778	296.729	-	-	296.729	-
Conta Garantida - CEF 2015	Light SESA	-	1.294	1.294	99.000	99.000	100.294	-
BNDES - Capex 2009/10 Sub A	Light Energia	1.201	5	1.206	400	400	1.606	2.811
BNDES - Capex 2009/10 Sub B	Light Energia	1.201	6	1.207	400	400	1.607	2.812
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light Energia	742	5	747	2.040	2.040	2.787	3.531
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light Energia	4.365	29	4.394	5.456	5.456	9.850	14.228
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light Energia	2.600	17	2.617	3.251	3.251	5.868	8.476
BNDES PROESCO	Light Esco	12.828	169	12.997	53.279	53.279	66.276	62.591
RGR	Light SESA	-	246	246	-	-	246	246
Fianças bancárias diversas		-	541	541	-	-	541	546
MOEDA NACIONAL - TOTAL		656.204	37.488	693.692	1.226.342	1.226.342	1.920.034	1.751.755
TOTAL		1.579.653	49.513	1.629.166	2.547.976	2.547.976	4.177.142	3.211.497

Notas Explicativas

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015:

Financiador	Controlada	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a. ^(a)	Taxa Efetiva	Amortização do Principal		
						Início	Forma de pagamento	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	83,29% CDI	11,01%	2024	Única	2024
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	U\$ Treasury	-	2024	Única	2024
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	82,65% CDI	10,92%	2024	Única	2024
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	U\$ Treasury	-	2024	Única	2024
4131 Bank Merrill Lynch 2011	Light SESA	07.11.2011	US\$	CDI + 0,65%	14,09%	2014	Semestral	2016
4131 Citibank 2012	Light SESA	23.08.2012	US\$	CDI + 1,0%	14,49%	2017	Semestral	2018
4131 Citibank 2014	Light SESA	21.02.2014	US\$	CDI + 1,15%	14,66%	2018	Única	2018
4131 Bank Tokyo 2013	Light SESA	11.03.2013	US\$	CDI + 0,9%	14,38%	2016	Única	2016
4131 Bank Tokyo 2014	Light SESA	19.11.2014	US\$	CDI + 0,88%	14,35%	2017	Única	2017
4131 Itaú 2015	Light SESA	11.12.2015	US\$	CDI + 3,5%	17,32%	2016	Mensal	2017
4131 Santander 2015	Light SESA	03.02.2015	US\$	CDI + 2,0%	15,62%	2016	Única	2016
4131 Bank BNP 2015	Light SESA	01.04.2015	US\$	CDI + 1,9%	15,51%	2017	Única	2017
4131 Citibank 2012	Light Energia	02.10.2012	US\$	CDI + 1,1%	14,60%	2017	Semestral	2018
4131 Bank BNP 2014	Light Energia	22.10.2014	EURO	CDI + 1,4%	14,94%	2016	Única	2016
4131 Itaú 2014	Light Energia	11.12.2014	US\$	CDI + 1,75%	15,34%	2016	Única	2016
Eletrobras - Luz para Todos	Light SESA	30.06.2008	R\$	5,00%	5,00%	2008	Mensal	2017
Eletrobras - Reluz	Light SESA	22.03.2010	R\$	5,00%	5,00%	2014	Mensal	2019
CCB Bradesco	Light SESA	18.10.2007	R\$	CDI + 0,85%	14,32%	2012	Anual	2017
CCB Banco do Brasil	Light SESA	25.02.2013	R\$	109,3% do CDI	14,68%	2017	Única	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub A	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	9,58%	2011	Mensal	2019
BNDES - Capex 2009/10 Sub B	Light SESA	05.11.2007	URTJLP	TJLP + 3,58%	10,58%	2009	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light SESA	30.11.2009	R\$	4,50%	4,50%	2011	Mensal	2019
BNDES - Capex 2009/10 Sub D	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	9,58%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub E	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 3,58%	10,58%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub N	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	9,58%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub O	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 3,58%	10,58%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub P	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	9,58%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub Q	Light SESA	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 3,58%	10,58%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light SESA	06.12.2011	URTJLP	TJLP	7,00%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 1,81%	8,81%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 2,21%	9,21%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 3,21%	10,21%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 13	Light SESA	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 2,21%	9,21%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 14	Light SESA	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 3,21%	10,21%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 17	Light SESA	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 2,21%	9,21%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 18	Light SESA	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 3,21%	10,21%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	28.11.2014	URTJLP	TJLP + 2,78%	9,78%	2015	Mensal	2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	16,54%	2015	Mensal	2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	28.11.2014	R\$	6,00%	6,00%	2015	Mensal	2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	28.11.2014	URTJLP	TJLP + 2,78%	9,78%	2015	Mensal	2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	16,54%	2015	Mensal	2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	16.12.2013	URTJLP	TJLP + 2,58%	9,58%	2015	Mensal	2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	16.12.2013	URTJLP	TJLP + 3,58%	10,58%	2015	Mensal	2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	16,31%	2015	Mensal	2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	16.12.2013	URTJLP	TJLP + 2,58%	9,58%	2016	Mensal	2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	16.12.2013	URTJLP	TJLP + 3,58%	10,58%	2016	Mensal	2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	16,31%	2016	Mensal	2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	16.12.2013	R\$	3,50%	3,50%	2016	Mensal	2023
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16.04.2014	R\$	4,00%	4,00%	2016	Mensal	2022
Nota Promissória - 3ª NP	Light SESA	18.06.2015	R\$	CDI + 1,63%	13,4%	2016	Única	2016
Conta Garantida - CEF 2015	Light SESA	30.12.2014	R\$	CDI + 3,66%	17,50%	2015	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub A	Light Energia	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 2,58%	9,58%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub B	Light Energia	30.11.2009	URTJLP	TJLP + 3,58%	10,58%	2011	Mensal	2017
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light Energia	30.11.2009	URTJLP	4,50%	4,50%	2011	Mensal	2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light Energia	10.04.2012	URTJLP	TJLP + 1,81%	8,81%	2013	Mensal	2018
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light Energia	10.04.2012	URTJLP	TJLP + 1,81%	8,81%	2013	Mensal	2018
BNDES PROESCO	Light Esco	16.09.2008	R\$/URTJLP	TJLP + 0,53%	6,53%	2009	Mensal	2023

^(a) As taxas de juros divulgadas representam o custo efetivo da dívida, uma vez que a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos.

As principais captações e pagamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram:

- Captação referente ao contrato de financiamento do Capex 2013-14 com o BNDES no montante de R\$55.693 pela controlada Light SESA;
- Captação referente à operação via resolução 4131 com o Banco Santander no montante de R\$120.000 pela controlada Light SESA;
- Captação referente à operação via resolução 4131 com o Banco BNP Paribas no montante de R\$80.000 pela controlada Light SESA;
- Captação de R\$275.000 referente à 3ª emissão de Notas Promissórias da controlada Light SESA, série única, sendo os Coordenadores o Bradesco BBI e Caixa Econômica Federal, com R\$100.000 cada, e o Banco Itaú BBA, com R\$75.000;
- Pagamento realizado no terceiro trimestre, no montante de R\$100.000, sendo que tinha sido captado em maio de 2015, junto à Caixa Econômica Federal pela controlada Light SESA;
- Captação de R\$99.000 referente à Conta Garantida junto à Caixa Econômica Federal pela controlada Light SESA;
- Em 15 de dezembro de 2015, foi realizada a rolagem da Operação 4131 da controlada Light SESA com o Itaú, no montante de R\$68.000.

Além das cauções destacadas no quadro acima, os empréstimos estão garantidos por recebíveis, no montante de R\$137.578 (R\$278.277 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, a Light S.A tem avais, fianças ou garantias corporativas, emitidas em favor de suas controladas, controladas em conjunto ou coligadas, no montante de R\$6.801.663 (R\$6.122.586 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos em 31 de dezembro de 2015:

	Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2017	499.538	651.803	1.151.341
2018	347.841	624.768	972.609
2019	152.084	-	152.084
2020	109.393	-	109.393
2021	60.916	-	60.916
após 2021	56.570	45.063	101.633
TOTAL	1.226.342	1.321.634	2.547.976

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios:

	31.12.2015	31.12.2014
Variação do exercício		
USD - Dólar Americano	47,0%	13,4%
EUR	31,7%	0,0%
IGP-M	10,5%	3,7%
IPCA	10,7%	6,4%
Taxa no fim do exercício		
SELIC	14,3%	11,7%
CDI	14,1%	11,6%
TJLP	7,0%	5,0%

Notas Explicativas

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 01.01.2014	2.392.169	22.798	2.414.967
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.248.619	-	1.248.619
Variação monetária e cambial	116.923	-	116.923
Encargos financeiros provisionados	-	166.516	166.516
Encargos financeiros pagos	-	(172.519)	(172.519)
Amortização de financiamentos	(569.530)	-	(569.530)
Amortização custo captação	253	-	253
Encargos financeiros capitalizados ao principal	720	(720)	-
Encargos capitalizados ao intangível/ imobilizado	-	6.268	6.268
SALDO EM 31.12.2014	3.189.154	22.343	3.211.497
Empréstimos e financiamentos obtidos	850.955	-	850.955
Variação monetária e cambial	718.196	-	718.196
Encargos financeiros provisionados	-	249.175	249.175
Encargos financeiros pagos	-	(222.827)	(222.827)
Amortização de financiamentos	(627.248)	-	(627.248)
Custo de captação	(4.814)	-	(4.814)
Amortização custo de captação	1.386	-	1.386
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	822	822
SALDO EM 31.12.2015	4.127.629	49.513	4.177.142

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Financiador	Controlada	Custo Total	MOVIMENTAÇÃO DOS CUSTOS DE CAPTAÇÃO					
			Saldo a amortizar em 01.01.2014	Amortização do custo de captação	Saldo a amortizar em 31.12.2014	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Saldo a amortizar em 31.12.2015
BNDES - Capex 2009/10 Sub A	Light SESA	425	193	(58)	135	-	(58)	77
BNDES - Capex 2009/10 Sub B	Light SESA	425	193	(58)	135	-	(58)	77
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light SESA	226	133	(23)	110	-	(23)	87
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	310	222	(43)	179	-	(42)	137
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	310	222	(43)	179	-	(42)	137
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	182	129	(24)	105	-	(25)	80
BNDES - Capex 2009/10 - Sub A	Light Energia	11	5	(1)	4	-	(2)	2
BNDES - Capex 2009/10 - Sub B	Light Energia	11	5	(1)	4	-	(2)	2
BNDES - Capex 2009/10 - Sub C	Light Energia	22	13	(2)	11	-	(3)	8
4131 Bank BNP 2015	Light SESA	496	-	-	-	496	(56)	440
4131 Itaú 2014	Light SESA	383	-	-	-	383	(383)	-
CCB Bradesco	Light SESA	752	-	-	-	752	(63)	689
Nota Promissória - 3ª NP	Light SESA	1.399	-	-	-	1.399	(349)	1.050
4131 Bank BNP 2014	Light Energia	1.085	-	-	-	1.085	(180)	905
4131 Itaú 2014	Light Energia	699	-	-	-	699	(100)	599
TOTAL		6.736	1.115	(253)	862	4.814	(1.386)	4.290

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa 35.

Notas Explicativas

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a um dos indicadores em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. As notas promissórias junto ao Bradesco, Caixa e Itaú, a cédula de crédito bancário do Bradesco, os empréstimos com o Merrill Lynch, BNP, Citibank, Bank Tokyo, Itaú, Santander e com o BNDES preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/ebitda e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atendeu a todos os indicadores requeridos contratualmente.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia não havia atendido aos indicadores de endividamento e cobertura de juros requeridos contratualmente. Como não tinha ocorrido descumprimento dos indicadores em nenhum dos trimestres anteriores a 30 de junho de 2015 para os empréstimos e financiamentos que naquela data estavam em abertos, o descumprimento em 30 de junho de 2015 refletia a primeira vez em que ocorreu este fato.

Em 11 de novembro de 2015, a Companhia concluiu negociações com todos os credores e obteve os respectivos *waivers*, alterando o limite dos indicadores inclusive para a data de 30 de setembro de 2015 ou obtendo *waiver* até o final do referido contrato. Com base nesta negociação, não ficou caracterizado um descumprimento dos indicadores de dívida líquida/ebitda e cobertura de juros requeridos contratualmente em 30 de setembro de 2015, o que de fato não gerou o direito de antecipação de vencimento para nenhum dos contratos.

18. DEBÊNTURES

Consolidado									
Emissão	Controlada	Circulante			Não Circulante			Total	
		Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	31.12.2015	31.12.2014
Debêntures 4ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	-	-	-	8
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	38.925	4.454	43.379	389.556	-	389.556	432.935	473.739
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	-	18.414	18.414	991.430	-	991.430	1.009.844	1.010.740
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	-	5.145	5.145	607.185	110.461	717.646	722.791	655.099
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	-	16.936	16.936	742.225	-	742.225	759.161	758.129
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	105.442	22.932	128.374	316.604	-	316.604	444.978	442.961
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	2.475	284	2.759	24.775	-	24.775	27.534	30.128
TOTAL		146.842	68.165	215.007	3.071.775	110.461	3.182.236	3.397.243	3.370.804

Notas Explicativas

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas em 31 de dezembro de 2015:

Emissão	Controlada	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do Principal		
						Início	Forma de pagamento	Término
Debêntures 4ª Emissão	Light SESA	30.06.2005	URTJLP	TJLP + 4%	10,50%	2009	Mensal	2015
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	14,69%	2015	Anual	2026
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	15.06.2013	R\$	CDI + 1,15%	14,66%	2018	Semestral	2021
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	16,82%	2020	Semestral	2023
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	30.04.2014	R\$	115% CDI	15,51%	2018	Anual	2020
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	29.12.2011	R\$	CDI + 1,18%	14,69%	2016	Anual	2019
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	14,69%	2015	Anual	2026

As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidados, classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos em 31 de dezembro de 2015:

	Total
2017	146.892
2018	635.301
2019	643.896
2020	680.704
2021	433.976
após 2021	531.006
TOTAL	3.071.775

Notas Explicativas

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 01.01.2014	3.349.333	51.011	3.400.344
Debêntures emitidas	750.000	-	750.000
Variação Monetária	-	40.163	40.163
Encargos financeiros provisionados	-	397.859	397.859
Encargos financeiros pagos	-	(421.197)	(421.197)
Amortização de debêntures	(820.026)	-	(820.026)
Transferência para Encargos	(2.768)	2.768	-
Custo de emissão	(5.830)	-	(5.830)
Amortização custo de emissão	3.903	-	3.903
Encargos capitalizados ao intangível/ imobilizado	-	25.588	25.588
SALDO EM 31.12.2014	3.274.612	96.192	3.370.804
Variação monetária	-	70.298	70.298
Encargos financeiros provisionados	-	388.680	388.680
Encargos financeiros pagos	-	(410.544)	(410.544)
Amortização de debêntures	(41.661)	-	(41.661)
Custo de emissão	(16.972)	-	(16.972)
Amortização custo de emissão	2.638	-	2.638
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	34.000	34.000
SALDO EM 31.12.2015	3.218.617	178.626	3.397.243

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Emissão	Controlada	Custo Total	MOVIMENTAÇÃO DOS CUSTOS DE EMISSÃO					
			Saldo a amortizar em 01.01.2014	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Saldo a amortizar em 31.12.2014	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão
Debêntures 4ª Emissão	Light SESA	7.468	7	-	(5)	2	-	(2)
Debêntures 7ª Emissão	Light SESA	3.621	1.694	-	(1.694)	-	-	-
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	423	383	-	(31)	352	2.063	(47)
Debêntures 9ª Emissão A	Light SESA	4.986	4.648	-	(623)	4.025	5.328	(783)
Debêntures 9ª Emissão B	Light SESA	2.991	2.829	-	(299)	2.530	3.630	(379)
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	5.830	-	5.830	(613)	5.217	3.638	(1.081)
Debêntures 1ª Emissão	Light Energia	849	387	-	(387)	-	-	-
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	1.831	1.344	-	(239)	1.105	2.182	(334)
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	159	144	-	(12)	132	131	(12)
TOTAL		28.158	11.436	5.830	(3.903)	13.363	16.972	(2.638)

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa 35.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a um indicador em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. As 8ª, 9ª e 10ª emissões de debêntures da controlada Light SESA e as 2ª e 3ª emissões de debêntures da controlada Light Energia preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/ebitda e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atendeu a todos os indicadores requeridos contratualmente.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia não havia atendido aos indicadores de endividamento e cobertura de juros requeridos contratualmente. Como não tinha ocorrido descumprimento dos indicadores em nenhum dos trimestres anteriores a 30 de junho de 2015 para as debêntures que naquela data estavam em aberto, o descumprimento em 30 de junho de 2015 refletia a primeira vez em que ocorreu este fato.

Em 11 de novembro de 2015, a Companhia concluiu negociações com todos os credores e obteve os respectivos *waivers*, alterando o limite dos indicadores inclusive para a data de 30 de setembro de 2015 ou obtendo *waiver* até o final do referido contrato. Com base nesta negociação, não ficou caracterizado um descumprimento dos indicadores de dívida líquida/ebitda e cobertura de juros requeridos contratualmente em 30 de setembro de 2015, o que de fato não gerou o direito de antecipação de vencimento para nenhum dos contratos.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE		
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE ^(a)	331.345	10.168
Quota de reserva global de reversão – RGR	951	798
Encargos de capacidade e aquisição emergencial	27.863	48.012
TOTAL	360.159	58.978

^(a) O aumento da quota da CDE foi definido pela Resolução Homologatória Aneel nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015.

20. PROVISÕES

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para riscos e as provisões para honorários de êxito:

TOTAL PROVISÕES	31.12.2015			31.12.2014		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	126.370	-	126.370	127.921	-	127.921
Cíveis	133.392	37.035	170.427	153.317	22.341	175.658
Fiscais	197.047	25.991	223.038	174.709	26.180	200.889
Outras	21.599	-	21.599	8.318	-	8.318
TOTAL	478.408	63.026	541.434	464.265	48.521	512.786

Notas Explicativas

Provisões para riscos:

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, estão compostas da seguinte forma:

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
SALDO EM 01.01.2014	133.383	145.189	201.774	20.357	500.703
Adições	12.707	78.879	-	5.330	96.916
Atualizações	-	14.222	3.590	2.475	20.287
Transferências	-	(7.589)	18.536	(10.947)	-
Baixas por pagamentos	(4.408)	(71.101)	(8.297)	(8.897)	(92.703)
Baixas por reversões	(13.761)	(6.283)	(40.894)	-	(60.938)
SALDO EM 31.12.2014	127.921	153.317	174.709	8.318	464.265
Adições	23.460	67.691	49.463	13.840	154.454
Atualizações	-	6.277	835	2.559	9.671
Baixas por pagamentos	(11.583)	(68.767)	-	(1.414)	(81.764)
Baixas por reversões	(13.428)	(25.126)	(27.960)	(1.704)	(68.218)
SALDO EM 31.12.2015	126.370	133.392	197.047	21.599	478.408
Depósitos Judiciais em 31.12.2015	26.604	3.668	3.554	-	33.826

- a) Em 31 de dezembro de 2015, está registrado em Depósitos vinculados a litígios o total de R\$240.304 (R\$233.073 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$33.826 (R\$33.070 em 31 de dezembro de 2014) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Trabalhistas	64.890	65.353
Cíveis	91.827	88.104
Fiscais	83.587	79.616
Total	240.304	233.073

Provisões Trabalhistas:

	31.12.2015	31.12.2014
Funcionários próprios	80.862	96.974
Funcionários terceirizados	45.508	30.947
TOTAL	126.370	127.921

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios é maior em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da empresa prestadora de serviço não honrar seus compromissos.

Provisões Cíveis:

	31.12.2015	31.12.2014
Ações Cíveis ^(a)	98.035	119.260
Juizado Especial Cível ^(b)	14.027	14.666
Plano Cruzado ^(c)	21.330	19.391
TOTAL	133.392	153.317

- (a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são rés, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.

Em 2015, a controlada Light SESA efetuou reversão de provisão no montante de R\$25.076, referente a processo movido por um escritório de advocacia contra a Companhia. A reversão ocorreu em razão do recurso da Companhia contra a decisão de primeira instância ter sido julgado procedente por unanimidade e, como resultado, a probabilidade de perda passou a ser classificada como remota.

- (b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite

Notas Explicativas

perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos oito principais motivos ofensores para a Companhia e suas controladas – que representam 72,4% das entradas de processos; um bloco com todos os motivos relacionados a acidentes; bem como um bloco para os demais motivos. Para os seis principais ofensores e o bloco de Demais Motivos é utilizada uma média ajustada – considerando 95% da amostra, ou seja, desconsiderando os 2,5% dos valores mais altos e mais baixos – do valor de condenação nos últimos 12 meses. No caso do bloco de acidentes é considerada a média do valor de condenação nos últimos 12 meses.

- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

Provisões Fiscais:

	31.12.2015	31.12.2014
INSS – auto de infração ^(c)	-	13.332
INSS – trimestralidade	-	539
ICMS – Limitação de Crédito ^(a)	139.249	134.073
ICMS – Créditos homologados ^(b)	46.232	-
Outros ^(d)	11.566	26.765
TOTAL	197.047	174.709

- (a) A provisão constituída refere-se, principalmente, à discussão judicial sobre a aplicabilidade da Lei Estadual nº 3.188/99, que restringiu a apropriação dos créditos de ICMS incidentes nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, exigindo que o creditamento fosse diferido em parcelas, enquanto que tal restrição não era prevista na Lei Complementar nº 87/96.

- (b) A Controlada Light SESA provisionou, no último trimestre de 2015, o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O débito remonta atualmente a R\$555.522, dos quais R\$42.029 referem-se ao principal (imposto), R\$103.846 referem-se à correção monetária, R\$356.418 aos juros incidentes e R\$50.229 referem-se aos honorários advocatícios da procuradoria (estes últimos, correspondentes a

Notas Explicativas

10% do valor atualizado do débito). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor relativo ao principal (imposto) , assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à Companhia, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a Light SESA apresentado apólice de seguro em garantia e, na sequência, oposto Embargos à Execução Fiscal os quais aguardam por julgamento.

- (c) Em 2015, a Controlada Light SESA reverteu a provisão do valor de R\$13.870, em razão da reavaliação dos prognósticos de perda dos processos referentes a esta provisão por seus assessores jurídicos com base nas últimas decisões do STJ, sendo que alguns foram considerados como possíveis e outros como remotos de perda. Os referidos processos discutem contribuição previdenciária incidente sobre os salários pagos por empresas prestadoras de serviços a seus empregados, em razão de solidariedade, bem como a incidência da referida contribuição sobre demais verbas híbridas.
- (d) A Controlada Light SESA efetuou no último trimestre de 2015 a reversão da provisão de IPTU no valor de R\$11.399 em razão: (i) da reavaliação dos prognósticos de perda de processos por seus assessores jurídicos internos e externos, alterando seus riscos para perda possível; e (ii) do trânsito em julgado favorável à Light SESA, de um dos processos que compunha esta provisão.

Outras Provisões:

Neste tópico a Companhia ressalta as contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a Aneel:

- Auto de Infração Aneel nº 084/2015 – SFE - O Auto de Infração foi recebido pela controlada Light SESA em 06 de agosto de 2015. A SFE/Aneel fiscalizou o cumprimento dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (“PRODIST”) no que se refere aos níveis de tensão de atendimento das unidades consumidoras com medições amostrais por parte da Light SESA, nos anos de 2012 e 2013, aplicou a penalidade de multa no valor de R\$4.475 por três não conformidades identificadas. O recurso foi protocolado pela Light SESA na Aneel em 17 de agosto de 2015. Em 09 de setembro de 2015, foi publicado o despacho nº3.117/2015, que reduziu a multa de R\$4.475 para R\$4.375. A Companhia tem provisionado R\$3.237, que é a melhor estimativa para perda, e aguarda decisão da Aneel;

Notas Explicativas

Provisões de honorários de êxito:

A Administração reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis e remotas. Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 01.01.2014	20.946	22.006	42.952
Adições	5.574	5.107	10.681
Atualizações	1.386	1.663	3.049
Baixas por pagamentos	(258)	(1.906)	(2.164)
Baixas por reversões	(5.307)	(690)	(5.997)
SALDO EM 31.12.2014	22.341	26.180	48.521
Adições	12.283	2.019	14.302
Atualizações	3.464	1.734	5.198
Baixas por pagamentos	(166)	(1.076)	(1.242)
Baixas por reversões	(887)	(2.866)	(3.753)
SALDO EM 31.12.2015	37.035	25.991	63.026

21. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Saldo	Quantidade de Processos	Saldo	Quantidade de Processos
Cíveis	279.707	15.416	231.982	14.483
Trabalhistas	305.419	928	273.790	956
Fiscais	4.263.900	468	4.314.300	494
TOTAL	4.849.026	16.812	4.820.072	15.933

Notas Explicativas

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

a) Cíveis

- Irregularidades – A controlada Light SESA possui diversas ações cíveis onde se discutem irregularidades, decorrentes de perdas comerciais (não técnicas) ocorridas em razão de alteração de medidores, furto de equipamentos, ligações irregulares e ligações clandestinas. As discussões, em sua grande maioria, pautam-se na comprovação da irregularidade e nos valores cobrados pela concessionária em razão da constatação da mesma. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$29.664 (R\$33.301 em 31 de dezembro de 2014).
- Valores cobrados e faturas – Diversas discussões judiciais tramitam atualmente onde se discutem os valores cobrados pela controlada Light SESA para a prestação do serviço, como valores de demanda, valores de consumo, encargos financeiros, taxas, seguros, entre outros. O montante atualmente quantificável para estas ações é de R\$60.880 (R\$47.394 em 31 de dezembro de 2014).
- Acidentes - A controlada Light SESA figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço, pelas mais diversas causas. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$31.717 (R\$27.644 em 31 de dezembro de 2014).
- Interrupção e suspensão – Existem em trâmite diversas ações discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja em razão de inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores da suspensão. O montante atualmente quantificável referente às ações é na ordem de R\$39.025 (R\$27.416 em 31 de dezembro de 2014).
- Equipamentos e redes – A controlada Light SESA possui discussões judiciais em razão dos medidores eletrônicos utilizados pela concessionária para aferir o consumo de energia. As discussões versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores, aprovação pelo órgão metrológico, entre outros e, também, discussões acerca de sua rede, em razão de extensão, remoção ou ainda participação financeira do cliente para instalação da rede. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$7.261 (R\$7.522 em 31 de dezembro de 2014).
- Em relação às discussões cíveis, ressaltamos as ações propostas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN): no primeiro trimestre de 2012 a CSN ajuizou ação pleiteando, aproximadamente, R\$100.000 a título de indenização em razão de interrupções ocorridas na sua Unidade Consumidora de Volta

Notas Explicativas

Redonda. Destaca-se que, do valor total requerido, R\$88.700 são relativos somente à interrupção ocorrida em 10 de novembro de 2009, que atingiu 40% do território brasileiro e mais de 90% do território paraguaio, o que, por si só, demonstra que suas causas fogem ao âmbito de atuação da Light SESA, como distribuidora de energia elétrica. Ademais, o relatório da ONS concluiu que a origem e causa da referida interrupção foi de responsabilidade de Furnas. Assim, a exposição do risco para a Companhia é de R\$35.531 (R\$35.531 em 31 de dezembro de 2014).

- A controlada Light SESA celebrou acordo com um reclamante em determinado processo relacionado a IPTU, em que o advogado da contraparte está pleiteando o pagamento de honorários de sucumbência. A Companhia entende que estes honorários não são devidos. O montante atualmente quantificável é de R\$11.800 (R\$11.100 em 31 de dezembro de 2014).

b) Fiscais

- ICMS Perdas Comerciais (Autos de Infração nº 03326780-8, 04011949-7, 03.326.784-0, 04.028.752-6, 03.380329-7, 03.380330-5 e 601367) - lavrados para cobrar ICMS, Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF) e multa (relativos aos períodos de jan/1992 a jun/1993, jan/1999 a dez/2003 e jan/2006 a dez/2013) supostamente incidentes sobre valores relativos às perdas de energia elétrica em operações anteriores à sua distribuição, realizadas entre as empresas geradoras e a controlada Light SESA. A controlada Light SESA apresentou impugnações em face destas autuações, as quais foram julgadas improcedentes, tendo sido, na sequência, interpostos Recursos Voluntários. Nos autos de infração nºs 03.326.784-0 e 04.028.752-6 a fiscalização manifestou-se formalmente para reconhecer que as perdas incorporadas na tarifa devem ser excluídas da base de cálculo autuada, de modo que estes dois processos seguirão para o Conselho de Contribuintes para julgamento. No auto de infração nº 601367 houve decisão definitiva que excluiu da base de cálculo elementos estranhos às perdas comerciais. Contra esta decisão, a Light SESA interpôs recurso para questionar o valor remanescente. O montante atualmente quantificável destes autos é de R\$2.290.600 (R\$2.081.800 em 31 de dezembro de 2014).
- LIR/LOI - IRPJ/CSLL – (Processos 16682.720216/2010-83, 15374-001.757/2008-13, 16682.721091/2011-90 e 16682.720203/2014-38) - A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia, especialmente, a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros, e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial (conceito mais amplo que inclui variações cambiais e previsto na IN 213/02). Para se valer dos benefícios do programa do REFIS, a Light SESA desistiu integralmente do mandado de segurança que, em razão deste fato, transitou em julgado com decisão desfavorável à Light SESA. Diante disto, alterou-se o

Notas Explicativas

procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial, em consonância com o que fora decidido no Mandado de Segurança. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2008 passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para 2004, foi ajuizada Execução Fiscal a qual aguarda julgamento dos Embargos à Execução. Para 2005 foi dado provimento ao Recurso Voluntário da Light SESA para cancelar a autuação. Aguarda-se o julgamento do Recurso Especial da União. Já para 2006 a 2008, aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF. Em abril de 2014, a Light SESA foi autuada com relação ao ano de 2009, tendo apresentado impugnação. O prognóstico de perda é considerado possível pelos assessores jurídicos e o montante atualmente quantificável é de R\$600.800 (R\$560.300 em 31 de dezembro de 2014).

- IN 86 - 2003 a 2005 (Processo 10707000751/2007-15) - Auto de infração lavrado para cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O processo administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição em Dívida Ativa da União do débito objeto desta cobrança. Em julho de 2015 foi deferida liminar que suspendeu a exigibilidade do aludido débito, contra a qual não houve interposição de recursos por parte da Fazenda Nacional. Aguarda-se pelo proferimento de sentença. O montante atualmente quantificável, é de R\$352.900 (R\$329.100 em 31 de dezembro de 2014).
- Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos (TFOP) – A controlada Light SESA possui diversos processos discutindo TFOP, lançada pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa. A Light SESA apresentou exceção de pré-executividade nesses processos e no Supremo Tribunal Federal – STF obteve liminar determinando a suspensão das cobranças até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 640286. Foi proferida decisão pelo STF dando provimento ao Recurso Extraordinário da Companhia. O Município apresentou Embargos de Declaração em face desta decisão, o qual aguarda por julgamento. O montante atualmente quantificado dos processos é de R\$373.000 (R\$277.300 em 31 de dezembro de 2014).
- ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda” (Processos 0342346-60.2015.8.19.0001, 0354511-42.2015.8.19.0001, E-04/036.121/2014 e E-04/036.122/2014) - Autos de Infração lavrados para cobrança de ICMS incidente sobre os valores recebidos pela controlada Light SESA a título de subvenção econômica relativa aos consumidores de energia da subclasse baixa-renda oriundos do Fundo de Reserva Global de Reversão. Os processos nºs E-04/059.150/2004 e E-04/054.753/2011 se encerraram na esfera administrativa desfavoravelmente à Companhia e geraram inscrições em Dívida Ativa, contra as quais foram ajuizadas ações anulatórias, nas quais houve deferimento de liminar para suspensão da exigibilidade dos aludidos créditos.

Notas Explicativas

Os demais processos administrativos acima citados, encerraram-se na esfera administrativa com decisão desfavorável à Light SESA, mas ainda aguardam serem inscritos em dívida ativa. O montante atualmente quantificável em todos esses processos é de R\$169.100 (R\$152.600 em 31 de dezembro de 2014).

- Despachos Decisórios (70 processos) proferidos pela Receita Federal para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA apresentou Manifestações de Inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em alguns casos já houve trânsito em julgado favorável a Light SESA e em outros casos houve decisões desfavoráveis, contra as quais recorremos. O montante atualmente quantificável é de R\$203.200 (R\$192.200 em 31 de dezembro de 2014).

c) Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial e reflexos, horas extras e reflexos, acidente de trabalho, diferença de adicional de periculosidade e dano moral.

Destacamos abaixo cada um destes pedidos:

- Equiparação salarial e reflexos – com este pedido os reclamantes pretendem receber diferenças salariais alegando que exercem ou exerceram atividades idênticas a outro empregado ou ex-empregado, com a mesma produtividade e perfeição técnica, e que, no entanto, recebiam salários diferentes. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$15.322 (R\$17.298 em 31 de dezembro de 2014).
- Horas extras e reflexos – pretendem os reclamantes o pagamento de horas extras alegando que teriam realizado suas atividades em jornada extraordinária, e que essas horas não teriam sido pagas e nem compensadas. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$65.788 (R\$63.458 em 31 de dezembro de 2014).
- Acidente de trabalho - Acidentes de trabalho de empregados/ex-empregados ou prestadores de serviço alegando responsabilidade da Light, pretendendo indenizações e pensões vitalícias. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$16.507 (R\$20.659 em 31 de dezembro de 2014).
- Diferença de adicional de periculosidade – a Companhia, no passado, praticou o pagamento do referido adicional de 30% do salário base até abril de 2012, conforme disposto em Acordo Coletivo 2011/2012. O montante, atualmente

Notas Explicativas

quantificável, referente a esses pedidos é de R\$59.166 (R\$55.792 em 31 de dezembro de 2014).

- Dano moral – pedido feito com diferentes fundamentações: perseguição, assédio moral, falta de segurança (atuação em área de risco) e outros. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$53.040 (R\$36.344 em 31 de dezembro de 2014).

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$16.757, e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

A seguir destacamos os processos em andamento, cujo prognóstico de perda é remoto, com valores significativos em discussão, os quais, em caso de decisão desfavorável, podem impactar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto:

a) Fiscais

- PASEP/PIS (Processo 15374002130/2006-18) – Glosa de Compensação efetuada pela controlada Light SESA de créditos de PASEP com débitos de PIS. Julgada improcedente a impugnação da Companhia. Interposto Recurso Voluntário. Proferida decisão pelo Conselho determinando a baixa do processo à 1ª instância para apuração do crédito em discussão no processo. O montante atualmente quantificável é de R\$291.200 (R\$280.900 em 31 de dezembro de 2014).
- IRRF Glosa de Compensação LIR/LOI (Processo 10768.002.435/2004-11) - Não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF sobre pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, compensados em função de saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica no ano-base 2002. Julgada improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela controlada Light SESA. Aguarda-se

Notas Explicativas

julgamento do Recurso Voluntário interposto. Considerando a decisão favorável obtida, em agosto de 2012, do processo 18471002113/2004-09, que impacta diretamente neste caso, o prognóstico de perda é remoto. O montante atualmente quantificável, é de R\$231.700 (R\$220.700 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia não considera os demais processos individualmente relevantes para divulgação.

Conforme Comunicados ao Mercado, divulgados em 30 de março de 2015 e 14 de abril de 2015, a Companhia informou, no âmbito das notícias veiculadas na imprensa sobre a “Operação Zelotes”, que não tem conhecimento das supostas irregularidades, que a envolvam, ou às suas subsidiárias, não foi notificada até o momento e que todos os julgamentos de processos nos quais suas subsidiárias obtiveram êxito foram baseados em teses jurídicas de conhecimento geral, fundamentadas em pareceres de personalidades renomadas no meio jurídico, bem como por meio da apresentação de documentos idôneos que comprovaram a improcedência das autuações fiscais.

Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado em 20 de outubro de 2015, a Companhia informou, no âmbito de notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição de participação na Guanhães Energia, que não tem conhecimento de pagamentos a intermediários, sendo que interagiu diretamente com a Investminas Participações S.A. (“Investminas”) e Cemig GT, reconhecendo apenas o pagamento realizado à Investminas como vendedora da participação acionária de 51% na Guanhães Energia.

22. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A Braslight foi instituída em abril de 1974 e possui quatro planos – A, B, C e D – implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010, respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo Contribuição Definida.

Notas Explicativas

Seguem abaixo as obrigações registradas no Balanço Patrimonial da Companhia com benefícios de plano de pensão:

	Consolidado					
	31.12.2015			31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida contratual com fundo de pensão	-	37.189	37.189	-	31.976	31.976
Outros	67	-	67	123	-	123
TOTAL	67	37.189	37.256	123	31.976	32.099

Em 13 de fevereiro de 2014, a Companhia concluiu a quitação dos Instrumentos Particulares de Distrato dos Contratos para Equacionamento de Déficit Técnico, Refinanciamento das Reservas a Amortizar com a Braslight, pelo valor total de R\$1.228.205, incluindo a atualização pelo CDI.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia assumiu uma dívida de R\$31.976 em decorrência do déficit técnico acumulado pelo plano C saldado, oriundo de alteração da tabela de mortalidade mediante teste anual de aderência da tabela, conforme estabelecido no contrato de Assunção de Obrigação sujeita à Condição e a Termo, assinado em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2015, nenhum valor foi incorporado ao contrato, uma vez que não ocorreu déficit técnico acumulado decorrente de alteração de tabela de mortalidade ou taxa de desconto.

Os saldos decorrentes deste contrato são atualizados por IPCA mais 5,58%. O vencimento deste contrato é em 2019.

Abaixo, a movimentação ocorrida no passivo contratual nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
SALDO EM 01.01.2014	1.224.666	-	1.224.666
Atualizações no resultado do exercício	3.539	-	3.539
Amortizações no exercício	(1.228.205)	-	(1.228.205)
Atualizações no resultado abrangente	-	31.976	31.976
SALDO EM 31.12.2014	-	31.976	31.976
Atualizações no resultado do exercício	-	5.213	5.213
SALDO EM 31.12.2015	-	37.189	37.189

a) Descrição dos planos

Plano A/B - os benefícios são do tipo "benefício definido" e correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Plano C - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Plano D - aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social - PREVIC/MPS, em 22 de março de 2010, e teve sua primeira contribuição no mês de abril de 2010. Neste plano, os benefícios são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

	31.12.2015	31.12.2014
Valor Presente das obrigações atuariais	(2.424.898)	(2.263.205)
Valor justo dos ativos do plano	2.588.321	2.563.457
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(195.399)	(300.252)
Complemento referente a dívida com a Braslight	(5.213)	(31.976)
PASSIVO LÍQUIDO	(37.189)	(31.976)
Passivo líquido, CVM nº 695/12	-	-
Saldo do contrato ajustado com a Braslight	(37.189)	(31.976)

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	31.12.2015	31.12.2014
Valor justo dos ativos no início do ano	2.563.457	1.227.819
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	293.968	202.224
Ganho (perda) atuariais nos ativos do plano	(19.204)	141.533
Contribuições da patrocinadora	659	1.229.511
Contribuições dos participantes	44	46
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(250.603)	(237.676)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS NO FINAL DO ANO	2.588.321	2.563.457

Notas Explicativas

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	31.12.2015	31.12.2014
Valor das obrigações no início do ano	2.263.205	2.097.653
Custo do serviço corrente	324	957
Juros sobre a obrigação atuarial	257.917	232.130
Contribuições de participantes	44	46
(Ganho)/perda atuariais reconhecidas	154.011	170.095
Benefícios pagos	(250.603)	(237.676)
VALOR JUSTO DAS OBRIGAÇÕES NO FINAL DO ANO	2.424.898	2.263.205

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Custo do serviço corrente	324	957
Juros sobre as obrigações atuariais	257.917	232.130
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(293.968)	(202.224)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	40.940	(27.324)
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	5.213	3.539

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31.12.2015	31.12.2014
Passivo líquido no início do ano	31.976	1.224.666
Despesa reconhecida no resultado	5.213	3.539
Contribuições pagas	-	(1.228.205)
Complemento referente a dívida com a Braslight, no OCI	-	31.976
PASSIVO LÍQUIDO NO FINAL DO ANO	37.189	31.976

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	2016
Custo do serviço corrente	324
Juros sobre as obrigações atuariais	257.917
Rendimento esperado dos ativos do plano	(257.534)
	707

Notas Explicativas

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	31.12.2015	31.12.2014
Renda Fixa	92,09%	91,61%
Renda Variável	1,30%	1,92%
Investimentos Estruturados	1,15%	0,90%
Imóveis	4,63%	4,83%
Empréstimos e Financiamentos	0,91%	0,84%
Outros Realizáveis	0,06%	0,06%
Provisões Contingenciais	-0,14%	-0,16%
	100,00%	100,00%

O resultado real sobre os ativos dos planos foi uma perda de R\$19.204 no exercício de 2015 (ganho de R\$141.533 no exercício de 2014).

Premissas Atuariais:

	31.12.2015	31.12.2014
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	13,21%(A/B) e 13,18%(C)	11,97%(A/B) e 12,00%(C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	13,21%(A/B) e 13,18%(C)	11,97%
Taxa anual de inflação	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento salarial nominal	8,14%	8,14%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	5,50%	5,50%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Taxa rotativa	Baseado na idade	Baseado na idade
Tábua geral de mortalidade ^(a)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Média	LIGHT - Forte
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Média	LIGHT - Forte
Tábua de mortalidade de inválidos	1/2(IAPB55+AT83Masculina)*0,70	1/2(IAPB55+AT83Masculina)*0,70
Participantes ativos	2.203	2.386
Participantes aposentados e pensionistas	5.612	5.639

^(a) Tábua sem agravamento

23. OUTROS DÉBITOS

	Consolidado					
	31.12.2015			31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento de Clientes	36.451	-	36.451	1.714	-	1.714
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.864	-	2.864	2.637	-	2.637
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.142	-	2.142	1.810	-	1.810
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.735	-	1.735	2.558	-	2.558
Programa de Eficiência Energética – PEE	60.628	-	60.628	66.218	-	66.218
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	42.387	-	42.387	30.986	-	30.986
Taxa de Iluminação Pública	69.862	-	69.862	55.495	-	55.495
Reserva para reversão	-	70.320	70.320	-	70.320	70.320
Outros ^(a)	51.562	5.781	57.343	49.183	5.778	54.961
TOTAL	267.631	76.101	343.732	210.601	76.098	286.699

^(a) Referente a outros débitos de naturezas diversas

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015, a Light S.A. tinha como grupo controlador a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, Luce Empreendimentos e Participações S.A. e Rio Minas Energia Participações S.A. (RME) - Sociedade controlada pela Redentor Energia S.A.

As participações em controladas e controladas em conjunto estão descritas na nota explicativa 2.

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios apresentados:

a.1) Ativos e receitas

Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
						31.12.2015	31.12.2014	2015	2014
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A	58	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	58	54	737	763
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light SESA com a Lightger - Está sob controle comum	N/A	29	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	29	26	327	302
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light Energia com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A	11	A partir de dez/2002	Preço praticado no mercado regulado	N/A	11	13	142	141
Cliente - Cobrança referente a prestação de serviços da Light Energia com a Lightger - Está sob controle comum	N/A	68	dez/2012 a abr/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	68	186	1.345	1.805

a.2) Fundo de renda fixa – Pampulha

A Companhia é cotista do Fundo Pampulha (“Fundo”), que se constitui em um fundo exclusivo entre a Companhia e outras partes relacionadas. A Companhia, por meio do Fundo, realiza algumas aplicações em títulos emitidos por entidades relacionadas, conforme detalhado a seguir:

Notas Explicativas

Fundo Pampulha	Período de vigência	Condições contratuais	Ativo correspondente a participação da Light	
			31.12.2015	31.12.2014
Aplicação em fundo de investimento por parte da Companhia no Fundo Pampulha - Fundo Araxá x Cemig GT	dez/2013 a dez/2016	CDI + 0,84% a.a.	2.572	-
Aplicação em fundo de investimento por parte da Companhia no Fundo Pampulha - Fundo Araxá x Cemig GT	fev/2012 a fev/2017	CDI + 0,72% a.a.	489	-
Aplicação em fundo de investimento por parte da Light SESA no Fundo Pampulha - Fundo Araxá x Cemig GT	jul/2015 a jul/2018	CDI + 1,60% a.a.	2.438	-
Aplicação em fundo de investimento por parte da Companhia no Fundo Pampulha - Fundo Ouro Preto x Axiom	jan/2013 a jan/2017	109% do CDI a.a.	536	-
Aplicação em fundo de investimento por parte da Companhia no Fundo Pampulha - Fundo Araxá x Ativas	jan/2015 a jul/2017	CDI + 3,49% a.a.	2.270	-
Aplicação em fundo de investimento por parte da Companhia no Fundo Pampulha - Fundo Tiradentes x Brasnorte	dez/2014 a jun/2016	CDI + 1,64% a.a.	134	-
Aplicação em fundo de investimento por parte da Companhia no Fundo Pampulha - Fundo Tiradentes x ETAU	dez/2014 a dez/2019	CDI + 1,53% a.a.	475	-

b) Passivos e despesas

Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
						31.12.2015	31.12.2014	2015	2014
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	614.049	264.162	jan/2006 a dez/2038	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	790	758	(28.140)	(9.496)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	61.830	61.054	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	335	291	(2.457)	(2.291)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A	594	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	594	686	(5.491)	(4.918)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light Energia com a Lightger - Está sob controle comum	217.213	154.457	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	(17.712)	(16.681)
Fornecedor - Compromisso com prestação de serviços da Ativa Data Center com a Light SESA e Light Energia - Participa do grupo controlador	16.393	639	Ago/2011 a Jan/2016	Termos e condições acordados entre as partes	Não atendimento de algum índice contratual por 3 meses consecutivos	426	407	(2.528)	(5.836)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da Light SESA com a Axiom - Está sob controle comum	N/A	6.856	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	6.856	21.650	(24.525)	(4.580)
Plano Previdenciário - Compromisso da Light S.A., Light SESA, Light Energia, Light Esco e Lightcom com a Fundação de Seguridade Social Braslight - Patrocinadora da fundação	42.726	37.513	A partir de jun/2001. Vencimento indeterminado	IPCA + 5,58% a.a.	N/A	42.726	32.099	(5.213)	(3.539)

A controlada Lightcom possui contratos de compra e venda de energia incentivada de 67 MW médios com início do suprimento, de forma escalonada, de julho de 2014 a agosto de 2035. A energia será proveniente de projetos do portfólio da controlada em conjunto Renova Energia.

Durante o exercício de 2015, a Companhia manteve aplicações em fundo exclusivo (Fundo Pampulha) em conjunto com outras partes relacionadas. O rendimento obtido em 2015 em razão dessas aplicações foi de R\$16.726 (R\$21.582 no exercício de 2014).

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entres as partes.

i. Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados se referem à remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal (consolidado), reconhecidos pelo regime de competência, em cada um dos exercícios apresentados.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Honorários e benefícios de curto prazo	1.679	1.450	10.516	8.767
Bônus	644	565	6.614	5.962
Encargos Sociais	520	342	3.944	2.281
Benefícios pós-emprego	31	32	386	384
Benefícios assistenciais	62	57	547	428
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	476	-	4.757	-
VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO	3.412	2.446	26.764	17.822

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Light S.A. está representado por 203.934.060 ações ordinárias escriturais sem valor nominal (203.934.060 em 31 de dezembro de 2014), sendo o seu capital social de R\$2.225.822 (R\$2.225.822 em 31 de dezembro de 2014), conforme a seguir:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação
ACIONISTAS				
GRUPO CONTROLADOR	106.304.597	52,12	106.304.597	52,12
RME Rio Minas Energia Participações S.A.	26.576.150	13,03	26.576.150	13,03
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	53.152.298	26,06	53.152.298	26,06
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	26.576.149	13,03	26.576.149	13,03
OUTROS	97.629.463	47,88	97.629.463	47,88
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	19.140.808	9,39	19.140.808	9,39
Público	78.488.655	38,49	78.488.655	38,49
TOTAL GERAL	203.934.060	100,00	203.934.060	100,00

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 203.965.072 ações ordinárias.

b) Reserva de Lucros

A Light S.A. possui duas reservas de lucro, destacadas abaixo:

- Reserva Legal – Constituída à base de 5% do Lucro Líquido de cada exercício, conforme legislação em vigor.
- Reserva de Retenção de Lucros – Constituída com o Lucro Líquido de exercícios anteriores remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias dos anos anteriores.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado da controlada Light Energia registrado na data de transição da adoção do IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

d) Outros Resultados Abrangentes

São reconhecidos a equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas em conjunto e ganhos ou perdas os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos. Os montantes apresentados estão líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

26. DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, limitados a 50% do resultado do exercício.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10 de abril de 2015, foram aprovados dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$157.422, dos quais R\$116.392 foram pagos em 30 de dezembro de 2015 e R\$41.030 pagos em 04 de janeiro de 2016.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS	2015	2014
Lucro Líquido do exercício	42.395	662.831
Constituição de reserva legal	(2.120)	(33.142)
BASE DE CÁLCULO DOS DIVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS	40.275	629.689
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	10.069	157.422
Constituição de reserva legal sobre o lucro do exercício	(2.120)	(33.142)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(10.069)	(157.422)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	19.507	19.674
LUCROS RETIDOS	49.713	491.941

A formação dos saldos de dividendos a pagar, é como segue:

SALDO EM 01.01.2014	32.019	R\$/ AÇÃO
Dividendos deliberados na AGO de 24.04.2014	332.819	1,6320
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	157.422	0,7719
Pagos no exercício	(364.838)	
SALDO EM 31.12.2014	157.422	
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	10.069	0,0494
Pagos no exercício	(116.392)	
SALDO EM 31.12.2015	51.099	

27. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados, implantado em 1997, é corporativo e está atrelado principalmente ao resultado de Lucro Líquido e EBITDA consolidado da Companhia. O pagamento é composto por duas partes, sendo uma fixa e outra variável. O Programa vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos empregados na melhoria dos resultados operacionais da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo provisionado de participação nos lucros ou resultados da Companhia, na rubrica de obrigações estimadas, era de R\$27.749 (R\$26.508 em 31 de dezembro de 2014), com pagamento previsto para abril de 2016.

Notas Explicativas**28. RESULTADO POR AÇÃO**

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	2015	2014
NUMERADOR		
Lucro líquido do exercício	42.395	662.831
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.934.060	203.934.060
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	0,208	3,250

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possui nenhum instrumento dilutivo.

Notas Explicativas

29. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2015	2014 Reapresentado
Fornecimento/Suprimento (nota 30)	15.208.217	10.398.758
Arrendamentos, aluguéis e outras	75.969	59.163
Receita de Uso da Rede	818.892	542.330
Receita de construção	936.829	940.503
Renda de prestação de serviço	51.592	75.096
Subvenção CDE	117.859	95.318
Serviço taxado	5.427	3.993
Receita não faturada - Aportes da Conta ACR e CCRBT (Nota 9)	1.049.263	-
Parcela A e outros itens financeiros - Receita não faturada (Nota 9)	(596.532)	1.114.170
RECEITA BRUTA	17.667.516	13.229.331
ICMS	(3.682.959)	(2.430.534)
PIS / COFINS	(1.360.781)	(1.113.897)
Outros	(5.515)	(5.716)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(5.049.255)	(3.550.147)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.584.212)	(113.497)
Reserva Global de Reversão - RGR	(10.703)	(7.369)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE	(8.702)	(7.263)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(17.408)	(14.534)
Eficiência Energética - PEE	(37.954)	(30.479)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(17.408)	(14.534)
Obrigações Especiais	(246.786)	(236.697)
Outros encargos - Proinfra	(20.829)	(24.441)
Outros encargos	(26.955)	(29.538)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(1.970.957)	(478.352)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(7.020.212)	(4.028.499)
RECEITA LÍQUIDA	10.647.304	9.200.832

A receita da Companhia possui certo grau de sazonalidade em função da variação da temperatura na sua área de concessão. O faturamento aumenta nos períodos que apresentam maiores temperaturas.

A Receita não faturada – Aportes da Conta ACR e CCRBT refere-se ao reconhecimento de receita dos valores correspondentes aos recursos relativos ao Decreto 8.221/2014 (Conta ACR), no montante de R\$545.000, e à Resolução Normativa da Aneel 649/2015 (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária – CCRBT), no montante de R\$504.263, homologados pela Aneel no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Estes montantes foram inicialmente reconhecidos como “Parcela A e outros itens financeiros – Receita não faturada”, e, quando definido que seriam recebidos diretamente por meio de aportes da Conta ACR e CCRBT, foram baixados desta rubrica

e reconhecidos como “Receita não faturada – Aportes da Conta ACR e CCRBT”.

As obrigações especiais referem-se a receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos cobrada dos consumidores, no montante de R\$58.010 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$50.169 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), e ao diferencial tarifário relativo ao tratamento especial das perdas não técnicas da área de concessão da Light SESA, no montante de R\$188.776 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$186.528 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), que, embora sejam faturados aos consumidores, não impactam a receita líquida da Companhia desde a última revisão tarifária da controlada Light SESA, ocorrida em novembro de 2013.

A controlada Light SESA conduziu discussões com a Aneel com o objetivo de manter a neutralidade tarifária do PIS/COFINS para a concessionária, cujos créditos de aquisição de imobilizado e intangível vem sendo repassados aos consumidores por meio da alíquota efetiva. Após a concordância do regulador, por meio da emissão do Ofício 591/2015 – SFF/Aneel em 05 de outubro de 2015, a controlada Light SESA reconstituiu o custo do ativo imobilizado e intangível, em contrapartida com a despesa de PIS/COFINS, uma vez que o custo do PIS/COFINS é recuperado efetivamente pela Light SESA por meio da base de remuneração regulatória, quando do processo de revisão tarifária.

30. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado					
	N.º de Contas faturadas ^{(a) (b)}		GWh ^(a)		R\$	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Residencial	3.942.220	3.864.608	8.778	8.950	4.660.012	3.190.209
Industrial	7.366	7.807	1.274	1.396	484.795	332.805
Comércio, serviços e outras	325.873	322.852	7.567	7.449	3.735.070	2.346.167
Rural	12.054	11.740	73	72	6.987	3.867
Poder público	11.857	11.870	1.521	1.619	794.265	513.185
Iluminação pública	741	782	860	731	224.467	123.751
Serviço público	1.603	1.516	1.170	1.174	420.651	239.052
Consumo próprio	465	447	119	109	-	-
FORNECIMENTO FATURADO	4.302.179	4.221.622	21.362	21.500	10.326.247	6.749.036
ICMS	-	-	-	-	3.621.793	2.373.263
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	224.631	104.679
TOTAL FORNECIMENTO ^(c)	4.302.179	4.221.622	21.362	21.500	14.172.671	9.226.978
Comercialização de energia/outros	-	-	4.291	4.556	977.804	1.007.804
Energia de curto prazo	-	-	568	454	57.742	163.976
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	4.859	5.010	1.035.546	1.171.780
TOTAL GERAL	4.302.179	4.221.622	26.221	26.510	15.208.217	10.398.758

^(a) Não examinadas pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas em dezembro, com e sem consumo

^(c) Light SESA

Notas Explicativas

31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS	Consolidado					
	CUSTOS				DESPESAS	
	Custos com energia		Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado	2015	2014 Reapresentado
Pessoal e administradores	-	-	(191.210)	(211.937)	(149.299)	(90.118)
Material	-	-	(17.976)	(26.208)	(189)	(835)
Serviço de Terceiros	-	-	(298.388)	(292.604)	(180.668)	(159.228)
Energia elétrica comprada para revenda (nota 32)	(7.160.923)	(5.431.295)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(411.647)	(367.355)	(47.754)	(47.480)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	-	-	-	-	(153.188)	(127.517)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais/ êxito/ depósitos judiciais	-	-	-	-	(138.888)	(88.739)
Custo de construção	-	-	(936.829)	(940.503)	-	-
Multa por violação de indicadores de continuidade	-	-	-	-	(41.164)	(33.928)
Outras	-	-	(47.729)	(26.664)	(59.200)	(72.134)
TOTAL	(7.160.923)	(5.431.295)	(1.903.779)	(1.865.271)	(770.350)	(619.979)

OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS)	Consolidado	
	2015	2014
Outras receitas operacionais	1.276	170
Outras despesas operacionais	(51.346)	(41.469)
TOTAL	(50.070)	(41.299)

32. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Consolidado			
	GWh ^(a)		R\$	
	2015	2014	2015	2014 Reapresentado
Encargos de conexão	-	-	(11.011)	(8.697)
Encargos uso da Rede Distribuição - CUSD	-	-	(2.555)	-
Energia de Curto Prazo (Spot)	1.645	3.281	(1.126.405)	(2.519.189)
Encargos Uso da Rede	-	-	(311.209)	(294.949)
UTE Norte Fluminense	6.351	6.351	(1.301.208)	(1.139.856)
Itaipu - Binacional	5.099	5.239	(1.427.757)	(694.955)
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	(22.801)	(19.020)
O.N.S.	-	-	(20.713)	(19.706)
PROINFA	525	521	(127.191)	(132.720)
ESS	-	-	(253.280)	(95.135)
Outros contratos e Leilão de Energia	17.438	16.181	(3.167.006)	(2.676.234)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	610.213	513.290
Aporte CDE				
Risco Hidrológico	-	-	-	82.801
Exposição involuntária	-	-	-	1.335.922
Disponibilidade (Térmicas)	-	-	-	312.214
CONER (Energia de Reserva)	-	-	-	(83.446)
ESS	-	-	-	13.433
Energia de Reserva	-	-	-	(5.048)
TOTAL	31.058	31.573	(7.160.923)	(5.431.295)

^(a) Não examinada pelos auditores independentes

Notas Explicativas

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2015	2014 Reapresentado
RECEITA		
Acréscimo moratório s/ contas de energia e parcelamento de débitos	115.426	76.593
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	60.843	110.922
Operações de swap	520.608	21.618
Atualização de Depósitos Judiciais	18.003	9.464
Atualização a VNR (nota 10)	265.369	68.385
Atualização da Parcela A e outros itens financeiros (nota 9)	94.038	-
Outras receitas financeiras	24.656	73.530
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	1.098.943	360.512
DESPESA		
Atualização de provisão para contingências	(9.671)	(20.287)
Despesas com passivos tributários	(20.177)	(11.179)
Encargos de dívida	(647.092)	(572.070)
Variação cambial e monetária	(788.494)	(157.086)
AVP de contas a receber	(30.840)	944
Variação Cambial sobre Faturas de Energia	(65.796)	(16.658)
Outras despesas financeiras	(48.425)	(26.656)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(1.610.495)	(802.992)
RESULTADO FINANCEIRO	(511.552)	(442.480)

Em 1º de abril de 2015, foi publicado o Decreto nº 8.426/15, que revogou o Decreto nº 5.442/05 e majorou a alíquota do PIS/COFINS sobre as receitas financeiras para 4,65% a partir de 1º de julho de 2015. Posteriormente, foi publicado o Decreto nº 8.451, de 19 de maio de 2015, o qual, entre outras medidas, manteve em zero a alíquota especificamente para as receitas registradas em razão da variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e operações hedge. A Companhia está recolhendo o PIS/COFINS sobre as receitas financeiras, exceto sobre as receitas de operações de *swap* e as receitas das atualizações oriundas do Contrato de Concessão que são excluídas pela Lei 12.973/2014.

Notas Explicativas

34. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	42.395	662.831	128.789	935.127
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	(14.414)	(225.363)	(43.788)	(317.943)
Equivalência patrimonial	17.557	228.963	(41.426)	45.770
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02 - Light S.A.	(2.942)	(3.687)	(2.942)	(3.687)
Incentivos Fiscais ^(a)	-	-	4.539	5.313
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social s/ as adições e exclusões permanentes	(201)	87	(2.777)	(1.749)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	-	-	(86.394)	(272.296)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	-	-	(63.983)	(116.154)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	(22.411)	(156.142)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	N/A	N/A	67,1%	29,1%

^(a) Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), que possibilita a aplicação de até 4% do Imposto de Renda devido em ações culturais.

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Controladora			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	83.694	83.694	14.412	14.412
Serviços prestados a receber	134	134	140	140
Outros créditos	1.005	1.005	4.248	4.248
TOTAL	84.833	84.833	18.800	18.800
PASSIVO				
Fornecedores	526	526	1.351	1.351
Outros débitos	1.761	1.761	3.630	3.630
TOTAL	2.287	2.287	4.981	4.981

Notas Explicativas

ATIVO	Consolidado			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	447.441	447.441	401.138	401.138
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	74.682	74.682	104.698	104.698
Consumidores, Concessionárias, Permissionárias e Clientes (nota 6)	2.417.757	2.417.757	1.592.226	1.592.226
Serviços prestados a receber	23.597	23.597	38.009	38.009
Swaps	583.003	583.003	211.291	211.291
Parcela A e outros itens financeiros (nota 9)	611.676	611.676	1.114.170	1.114.170
Ativo financeiro de concessões (nota 10)	2.932.833	2.932.833	2.446.443	2.446.443
Outros créditos (nota 11)	232.015	232.015	285.409	285.409
TOTAL	7.323.004	7.323.004	6.193.384	6.193.384
PASSIVO				
Fornecedores (nota 15)	1.449.642	1.449.642	1.560.390	1.560.390
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	4.177.142	3.893.751	3.211.497	2.934.240
Debêntures (nota 18)	3.397.243	3.130.643	3.370.804	3.364.127
Swaps	720	720	16.770	16.770
Outros débitos (nota 23)	343.732	343.732	286.699	286.699
TOTAL	9.368.479	8.818.488	8.446.160	8.162.226

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, estão identificadas nessa nota explicativa.

- Equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários são classificadas como “empréstimos e recebíveis”.

- Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e outros títulos de liquidez imediata, são classificadas como “mantidas para negociação”, mensuradas a valor justo por meio de resultado.

- Consumidores, concessionárias e permissionárias (clientes)

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, mensurados ao custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

- Serviços prestados a receber

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, mensurados ao custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas quando aplicável.

Notas Explicativas

- Parcela A e outros itens financeiros

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, mensurados ao custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos dos correspondentes encargos, atualizações monetárias e sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.

- Ativo financeiro de concessões

São classificados como “disponíveis para venda”, mensurados pelo seu valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os juros são calculados pelo método da taxa efetiva de juros e reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado financeiro, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Estes saldos estão classificados como outros passivos financeiros e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

São mensurados ao custo amortizado. O valor justo, para fins de divulgação, foi calculado utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos. O valor justo para o financiamento do BNDES é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “outros passivos financeiros”.

- Dividendos a pagar

Dividendos a pagar, classificados como outros passivos, são mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos.

- Outros créditos e outros débitos

Outros créditos e outros débitos, classificados como “empréstimos e recebíveis” e “outros passivos”, são mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço ou sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.

- *Swaps*

São mensurados pelo valor justo. A determinação do valor justo foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis e a metodologia usual de precificação: para a ponta ativa (em dólares norte-americanos) a avaliação do valor nominal (nocional) até a data de vencimento e descontado a valor presente às taxas de cupom limpo, publicadas nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA.

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Instrumentos Financeiros por categoria:

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
ATIVO		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	83.694	14.412
Serviços prestados a receber	134	140
Outros créditos	1.005	4.248
TOTAL	84.833	18.800

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
	Outros passivos	Outros passivos
PASSIVO		
Fornecedores	526	1.351
Outros débitos	1.761	3.630
TOTAL	2.287	4.981

	31.12.2015			31.12.2014		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	447.441	-	-	401.138	-	-
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	-	74.682	-	-	104.698	-
Consumidores, Concessionárias, Permissionárias e Clientes (nota 6)	2.417.757	-	-	1.592.226	-	-
Serviços prestados a receber	23.597	-	-	38.009	-	-
Swaps	-	583.003	-	-	211.291	-
Parcela A e outros itens financeiros (nota 9)	611.676	-	-	1.114.170	-	-
Ativo financeiro de concessões (nota 10)	-	-	2.932.833	-	-	2.446.443
Outros créditos (nota 11)	232.015	-	-	285.409	-	-
TOTAL	3.732.486	657.685	2.932.833	3.430.952	315.989	2.446.443

	Consolidado			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Outros passivos	Valor justo através do resultado	Outros passivos	Valor justo através do resultado
PASSIVO				
Fornecedores (nota 15)	1.449.642	-	1.560.390	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	4.177.142	-	3.211.497	-
Debêntures (nota 18)	3.397.243	-	3.370.804	-
Swaps	-	720	-	16.770
Outros débitos (nota 23)	343.732	-	286.699	-
TOTAL	9.367.759	720	8.429.390	16.770

b) Política para utilização de derivativos

A Companhia possui uma política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração que determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia não possui opções *swaptions*, *swaps* com opção de arrendimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. Ademais, fica evidenciado através do quadro mais abaixo que a Companhia utiliza o *swap* cambial sem caixa (US\$ versus CDI), cujo Valor Nominal Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses.

c) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

d) Risco de Mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Composição da dívida (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	31.12.2015		31.12.2014	
	R\$	%	R\$	%
USD	2.035.207	27,7	1.291.410	20,0
EUR	209.876	2,9	163.335	2,5
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	2.245.083	30,6	1.454.745	22,5
CDI	3.283.694	44,7	3.039.168	47,1
IPCA	607.185	8,3	610.436	9,4
TJLP	756.150	10,3	937.048	14,5
Outros	454.134	6,1	422.369	6,5
TOTAL - MOEDA NACIONAL	5.101.163	69,4	5.009.021	77,5
TOTAL	7.346.246	100,0	6.463.766	100,0

Em 31 de dezembro de 2015, de acordo com o quadro acima, o montante de dívida denominada em moeda estrangeira é de R\$2.245.083, ou 30,6% do principal da dívida (R\$1.454.745, equivalente a 22,5% em 31 de dezembro de 2014).

Para o montante de serviço da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, cujo valor notional em 31 de dezembro de 2015 era de US\$546.431 mil (US\$491.407 mil em 31 de dezembro de 2014) e de €50.000 mil (€50.000 mil em 31 de dezembro de 2014), de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial passa a 0,67% do total da dívida em 31 de dezembro de 2015 (0,45% em 31 de dezembro de 2014).

A seguir, destacam-se algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio das empresas do Grupo Light:

- Risco de taxa de câmbio

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos é denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses além do *swap* de taxas anteriormente mencionado. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131, junto ao Merrill Lynch, BNP, Citibank, Itaú, Santander e Bank Tokyo, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas

As operações de derivativos, compreendendo os *swaps* de moedas e juros, este último demonstrado mais abaixo no relatório, apresentaram um ganho de R\$520.608 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (ganho de R\$21.618 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014). O valor líquido das operações de swap vigentes em 31 de dezembro de 2015, considerando o valor justo, é positivo em R\$582.283 (positivo em R\$194.521 em 31 de dezembro de 2014), conforme demonstrado nos quadros a seguir de *swap* de moeda e taxas:

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (US\$/EURO) Mil	Valor Justo Dez.2015 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez.2015 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez.2015 (R\$) Saldo
Bank Tokyo	Light SESA	US\$	US\$ + 2,45%	100% CDI + 0,95%	11.03.2013	11.03.2016	60.000	36.756	-	36.756
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2017	33.333	43.021	(1.457)	41.564
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.08.2017	33.333	42.257	(1.431)	40.826
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2018	33.333	41.864	(1.418)	40.446
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor + 1,51%	100% CDI + 1,15%	25.02.2014	26.02.2018	100.000	127.191	(7.798)	119.393
Citibank	Light Energia	US\$	US\$ + Libor + 1,60%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2017	26.666	33.505	(1.693)	31.812
Citibank	Light Energia	US\$	US\$ + Libor + 1,60%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	02.10.2017	26.667	33.042	(1.669)	31.373
Citibank	Light Energia	US\$	US\$ + Libor + 1,60%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2018	26.667	32.798	(1.657)	31.141
BNP	Light Energia	EUR	Eur + 2,27%	CDI + 1,40%	22.10.2014	24.10.2016	50.000	52.343	-	52.343
Itaú	Light Energia	US\$	US\$ + 3,54%	CDI + 1,75%	16.12.2014	12.12.2016	50.047	62.743	-	62.743
Merrill Lynch	Light SESA	US\$	Libor + 2,15%	100% CDI + 0,65%	10.11.2011	10.11.2016	32.250	11.540	-	11.540
Bank Tokyo	Light SESA	US\$	US\$ + 2,85%	100% CDI + 0,88%	24.11.2014	21.11.2017	20.000	26.900	(1.397)	25.503
Itaú	Light SESA	US\$	US\$ + 3,03%	100% CDI + 1,50%	15.12.2014	12.12.2016	17.635	294	(23)	271
Santander	Light SESA	US\$	US\$ + 3,39%	100% CDI + 2,00%	05.02.2015	02.02.2016	44.233	44.105	-	44.105
BNP	Light SESA	US\$	US\$ + 4,07%	100% CDI + 1,90%	01.04.2015	03.04.2017	24.517	13.911	(724)	13.187
TOTAL								602.270	(19.267)	583.003

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (US\$/EURO) Mil	Valor Justo Dez.2014 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez.2014 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez.2014 (R\$) Saldo
Bank Tokyo	Light SESA	US\$	US\$ + 2,33%	100% CDI + 0,90%	11.03.2013	11.03.2016	60.000	40.823	(508)	40.315
Itaú	Light SESA	US\$	US\$ + 2,42%	100% CDI	11.04.2012	11.04.2014	2.715	-	-	-
HSBC	Light SESA	US\$	US\$	83,29% CDI	20.09.2013	10.04.2015	1.431	611	(354)	257
HSBC	Light SESA	US\$	US\$	82,65% CDI	20.09.2013	09.10.2015	1.433	601	(348)	253
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2017	33.333	20.105	(638)	19.467
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.08.2017	33.333	20.254	(640)	19.614
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2018	33.333	20.546	(642)	19.904
Citibank	Light SESA	US\$	US\$ + Libor + 1,51%	100% CDI + 1,15%	25.02.2014	26.02.2018	100.000	24.777	(2.353)	22.424
Citibank	Light Energia	US\$	US\$ + Libor + 1,60%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2017	26.666	15.669	(1.253)	14.416
Citibank	Light Energia	US\$	US\$ + Libor + 1,60%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	02.10.2017	26.667	15.760	(1.257)	14.503
Citibank	Light Energia	US\$	US\$ + Libor + 1,60%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2018	26.667	15.976	(1.261)	14.715
BNP	Light Energia	EUR	Eur + 2,27%	CDI + 1,40%	22.10.2014	24.10.2016	50.000	908	(3.089)	(2.181)
Itaú	Light Energia	US\$	US\$ + 3,54%	CDI + 1,75%	16.12.2014	12.12.2016	50.047	-	(2.772)	(2.772)
Merrill Lynch	Light SESA	US\$	Libor + 2,53%	100% CDI + 0,65%	10.11.2011	10.11.2016	50.000	33.835	(587)	33.248
Bank Tokyo	Light SESA	US\$	US\$ + 2,85%	100% CDI + 0,88%	24.11.2014	21.11.2017	20.000	1.080	(475)	605
Itaú	Light SESA	US\$	US\$ + 3,03%	100% CDI + 1,50%	15.12.2014	12.12.2016	25.782	-	(593)	(593)
TOTAL								210.945	(16.770)	194.175

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2015. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía contratos de *swap*, cujas posições de ativos apresentavam os seguintes valores na curva (*accrual*) e valores de mercado (contábil):

Notas Explicativas

Instituição	Controlada	Moeda	Data de Início	Data de Vencimento	Principal - R\$	Principal (US\$/EURO) Mil	Ativo Líquido Swap		Ajuste
							Accrual	Mercado	
Bank Tokyo	Light SESA	US\$	11.03.2013	11.03.2016	116.880	60.000	33.551	36.756	3.205
Citibank	Light SESA	US\$	23.08.2012	23.02.2017	67.333	33.333	42.399	41.564	(835)
Citibank	Light SESA	US\$	23.08.2012	23.08.2017	67.333	33.333	42.399	40.826	(1.573)
Citibank	Light SESA	US\$	23.08.2012	23.02.2018	67.333	33.333	42.399	40.446	(1.953)
Citibank	Light SESA	US\$	25.02.2014	26.02.2018	235.750	100.000	127.266	119.393	(7.873)
Citibank	Light Energia	US\$	02.10.2012	03.04.2017	54.133	26.666	33.161	31.812	(1.349)
Citibank	Light Energia	US\$	02.10.2012	02.10.2017	54.133	26.667	33.161	31.373	(1.788)
Citibank	Light Energia	US\$	02.10.2012	03.04.2018	54.133	26.667	33.161	31.141	(2.020)
BNP	Light Energia	EUR	22.10.2014	24.10.2016	156.935	50.000	51.319	52.343	1.024
Itaú	Light Energia	US\$	16.12.2014	12.12.2016	132.000	50.047	62.942	62.743	(199)
Merrill Lynch	Light SESA	US\$	10.11.2011	10.11.2016	87.400	32.250	11.115	11.540	425
Bank Tokyo	Light SESA	US\$	24.11.2014	21.11.2017	50.782	20.000	26.913	25.503	(1.410)
Itaú	Light SESA	US\$	15.12.2014	12.12.2016	68.000	17.635	442	271	(171)
Santander	Light SESA	US\$	05.02.2015	02.02.2016	120.000	44.233	42.823	44.105	1.282
BNP	Light SESA	US\$	01.04.2015	03.04.2017	217.032	24.517	13.966	13.187	(779)
TOTAL							597.017	583.003	(14.014)

O valor na curva do ativo líquido de *swap* de R\$597.017 é referente às operações vigentes de dívida via Resolução CVM 4.131 e foi constituído devido à desvalorização do real frente ao dólar no exercício, anulando os efeitos da perda da variação cambial das dívidas em moeda estrangeira.

Em consonância ao critério adotado pelas práticas contábeis brasileiras e pelo IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos deve ser registrado a valor de mercado e não pela curva dos instrumentos. Diante disso, foi registrado o ativo líquido de *swap* de R\$583.003 gerando uma despesa de ajuste de valor a mercado no total de R\$14.014 até 31 de dezembro de 2015 (R\$26.280 até 31 de dezembro de 2014).

O valor de mercado do ativo líquido de *swap* ficou abaixo do valor da curva principalmente pelo aumento do cupom cambial ocorrido no segundo semestre de 2015. O cupom cambial é a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de mercado dos derivativos cambiais. No caso de uma redução do cupom cambial durante os próximos meses, a perda reconhecida em 2015 pelo ajuste de valor a mercado poderá ser parcial ou totalmente revertida. Ao contrario, caso ocorra uma elevação do cupom cambial durante os próximos meses, a perda reconhecida em 2015 pelo ajuste de valor a mercado poderá gerar incremento.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o exercício.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2016. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2015. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de

Notas Explicativas

dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da Taxa de Câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: BM&FBOVESPA (em 17 de fevereiro de 2016), BNDES (em 18 de fevereiro de 2016), FOCUS (em 12 de fevereiro de 2016) e Bloomberg (em 18 de fevereiro de 2016).

OPERAÇÃO	Controlada	Risco	Dívida (US\$ e EUR) Mil	R\$		
				Provável Cenário (I)	Cenário (II) - 25%	Cenário (III) - 50%
PASSIVOS FINANCEIROS				(282.414)	352.467	987.344
TN - Par Bond	Light SESA	US\$	39.422	(18.733)	24.434	67.601
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	US\$	(32.092)	15.250	(19.891)	(55.032)
TN - Discount Bond	Light SESA	US\$	27.237	(12.943)	16.882	46.707
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	US\$	(22.444)	10.665	(13.911)	(38.487)
4131 Bank Merrill Lynch 2011	Light SESA	US\$	13.542	(6.435)	8.394	23.221
4131 Citibank 2012	Light SESA	US\$	100.216	(47.622)	62.114	171.849
4131 Citibank 2014	Light SESA	US\$	100.184	(47.607)	62.094	171.795
4131 Bank Tokyo 2013	Light SESA	US\$	60.071	(28.546)	37.232	103.010
4131 Bank Tokyo 2014	Light SESA	US\$	20.060	(9.533)	12.433	34.400
4131 Itaú 2015	Light SESA	US\$	17.652	(8.388)	10.941	30.269
4131 Santander 2015	Light SESA	US\$	45.260	(21.507)	28.052	77.611
4131 Bank BNP 2015	Light SESA	US\$	24.619	(11.699)	15.259	42.216
4131 Citibank 2012	Light Energia	US\$	80.379	(38.196)	49.819	137.834
4131 Bank BNP 2014	Light Energia	EURO	49.973	(33.371)	27.639	88.648
4131 Itaú 2014	Light Energia	US\$	49.978	(23.749)	30.976	85.702
DERIVATIVOS				308.329	(386.269)	(1.080.863)
Swaps de moeda (ponta ativa)		US\$	578.619	274.958	(358.630)	(992.215)
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light Energia	EURO	49.973	33.371	(27.639)	(88.648)
TOTAL DE GANHO (PERDA)				25.915	(33.802)	(93.519)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros					-25%	-50%
Cotação R\$/US\$ (Fim do exercício)				4,2500	3,1875	2,1250
Cotação R\$/EURO (Fim do exercício) ^(a)				4,9691	3,7268	2,4845

^(a) Taxa de câmbio paridade Euro/Dólar do Banco Central Europeu, convertida para reais pela Ptax do Banco Central do Brasil.

Diante do quadro acima, é possível identificar proteção para toda a dívida em moeda estrangeira (considerando os próximos 24 meses), sem considerar os saldos de depósito caução. No entanto, considerando os saldos de depósito caução, a Companhia apresenta um saldo de dívida inferior ao montante atrelado aos derivativos, tendo impacto negativo no seu resultado quando a cotação R\$/US\$ apresenta queda.

- Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade

Notas Explicativas

dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2015, a operação de *swap* de taxa de juros associada ao vencimento de CCB Bradesco com o valor nominal de R\$150.000 (R\$150.000 em 31 de dezembro de 2014), devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, apresentou valor líquido, considerando o valor justo, o montante negativo de R\$720 (positivo de R\$346 em 31 de dezembro de 2014), conforme quadro abaixo:

Instituição	Controlada	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (R\$)	Valor Justo Dez.2015 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez.2015 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez.2015 (R\$) Saldo
HSBC	Light SESA	CDI + 0,85%	101,9% CDI + (TJLP-6%)	18.10.2011	18.10.2017	150.000	-	(720)	(720)
TOTAL							-	(720)	(720)

Instituição	Controlada	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (R\$)	Valor Justo Dez.2014 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez.2014 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez.2014 (R\$) Saldo
HSBC	Light SESA	CDI + 0,85%	101,9%CDI + (TJLP-6%)	18.10.2011	18.10.2017	150.000	346	-	346
TOTAL							346	-	346

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o exercício.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2016. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: BM&FBOVESPA (em 17 de fevereiro de 2016), BNDES (em 18 de fevereiro de 2016), FOCUS (em 12 de fevereiro de 2016) e Bloomberg (em 18 de fevereiro de 2016).

OPERAÇÃO	Controlada	Risco	R\$		
			Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS			(123)	14.301	28.724
Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários		CDI	(123)	14.301	28.724
PASSIVOS FINANCEIROS			17.289	(145.087)	(306.376)
TN - Discount Bond	Light SESA	Libor6M	52	(162)	(376)
CCB Bradesco	Light SESA	CDI	45	(5.292)	(10.630)
BNDES - Capex 2009/10 Sub A	Light SESA	TJLP	(189)	(987)	(1.712)
BNDES - Capex 2009/10 Sub B	Light SESA	TJLP	(189)	(1.023)	(1.755)
BNDES - Capex 2009/10 Sub D	Light SESA	TJLP	-	(1)	(2)
BNDES - Capex 2009/10 Sub E	Light SESA	TJLP	-	(1)	(1)
BNDES - Capex 2009/10 Sub N	Light SESA	TJLP	-	(2)	(3)
BNDES - Capex 2009/10 Sub O	Light SESA	TJLP	-	(2)	(3)
BNDES - Capex 2009/10 Sub P	Light SESA	TJLP	(1)	(6)	(11)
BNDES - Capex 2009/10 Sub Q	Light SESA	TJLP	(1)	(7)	(11)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light SESA	TJLP	(12)	(55)	(99)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	TJLP	(570)	(2.900)	(5.076)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	TJLP	(685)	(3.254)	(5.824)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	TJLP	(685)	(3.668)	(6.320)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 17	Light SESA	TJLP	-	-	(1)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 18	Light SESA	TJLP	-	-	(1)
4131 Bank Merrill Lynch 2011	Light SESA	Libor3M	(86)	(190)	(295)
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	CDI	131	(15.321)	(30.773)
4131 Citibank 2012	Light SESA	Libor3M	(634)	(1.402)	(2.170)
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	TJLP	(842)	(4.440)	(7.686)
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	SELIC	(85)	(3.098)	(6.111)
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	TJLP	(17)	(91)	(157)
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	SELIC	(2)	(63)	(125)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	TJLP	(100)	(524)	(909)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	TJLP	(100)	(543)	(932)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	SELIC	(16)	(604)	(1.191)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	TJLP	(46)	(241)	(419)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	TJLP	(46)	(250)	(429)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	SELIC	(8)	(278)	(549)
CCB Banco do Brasil	Light SESA	CDI	52	(6.124)	(12.318)
Conta Garantida - CEF 2015	Light SESA	CDI	31	(3.636)	(7.304)
Nota Promissória - 3ª NP	Light SESA	CDI	90	(10.547)	(21.185)
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	CDI	306	(35.725)	(71.757)
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	IPCA	21.935	7.394	(7.146)
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	CDI	267	(31.214)	(62.837)
4131 Citibank 2014	Light SESA	Libor3M	(633)	(1.399)	(2.166)
BNDES - Capex 2009/10 Sub A	Light Energia	TJLP	(8)	(42)	(73)
BNDES - Capex 2009/10 Sub B	Light Energia	TJLP	(8)	(44)	(75)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light Energia	TJLP	(49)	(251)	(439)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light Energia	TJLP	(29)	(149)	(261)
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	CDI	135	(15.747)	(31.629)
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	CDI	8	(974)	(1.957)
4131 Citibank 2012	Light Energia	Libor3M	(508)	(1.124)	(1.739)
BNDES - Quartier 2010 Sub A	Light Esco	TJLP	(102)	(524)	(913)
BNDES - Iguatemi 2010 Sub A	Light Esco	TJLP	(23)	(117)	(204)
BNDES - Iguatemi 2010 Sub C	Light Esco	TJLP	(13)	(67)	(117)
BNDES - Castelo Branco 2010 Sub A	Light Esco	TJLP	(1)	(3)	(5)
BNDES - Castelo Branco 2010 Sub C	Light Esco	TJLP	-	(1)	(2)
BNDES - São Bento 2011	Light Esco	TJLP	-	-	(1)
BNDES - Centro Médico Botafogo 2011 Sub B	Light Esco	TJLP	-	(2)	(4)
BNDES - SP Market 2012	Light Esco	TJLP	(1)	(6)	(10)
BNDES - Coca-Cola 2013 Sub A	Light Esco	TJLP	(3)	(13)	(23)
BNDES - Coca-Cola 2013 Sub C	Light Esco	TJLP	(2)	(8)	(14)
BNDES - Nova América 2013 Sub A	Light Esco	TJLP	(10)	(50)	(88)
BNDES - Nova América 2013 Sub C	Light Esco	TJLP	(33)	(170)	(296)
BNDES - Hotel HSC 2014 Sub A	Light Esco	TJLP	(5)	(28)	(49)
BNDES - Hotel HSC 2014 Sub C	Light Esco	TJLP	(8)	(44)	(76)
BNDES - Leblon 2015 Sub A	Light Esco	TJLP	(1)	(3)	(6)
BNDES - Leblon 2015 Sub B	Light Esco	TJLP	(12)	(64)	(111)
DERIVATIVOS			2.545	(81.471)	(165.453)
Swaps de moedas (ponta passiva)		CDI	735	(85.679)	(172.055)
Swaps de taxas (ponta ativa)		Libor6M	1.353	2.992	4.631
Swap de taxas (ponta ativa)		Libor3M	456	1.286	2.115
Swap de taxas (ponta ativa)		CDI	(45)	5.292	10.630
Swap de taxas (ponta passiva)		TJLP/CDI	46	(5.362)	(10.774)
TOTAL DE PERDA			19.711	(212.257)	(443.105)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS				+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)			14,11%	17,64%	21,17%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS				+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)			14,11%	17,64%	21,17%
TJLP (% fim do exercício)			7,50%	9,38%	11,25%
IPCA (% fim do exercício)			7,61%	9,51%	11,42%
Selic (% média do exercício)			14,25%	17,81%	21,38%
Libor3M (% fim do exercício)			0,77%	0,96%	1,16%
Libor6M (% fim do exercício)			0,80%	1,00%	1,20%

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia.

Apresentamos no item “a” desta nota, um quadro resumo dos instrumentos financeiros por categoria, cuja informação contempla o risco de crédito máximo da Companhia.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas notas explicativas 17 e 18.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros (*covenants*).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava capital circulante negativo consolidado em R\$423.135 (em 31 de dezembro de 2014, capital circulante positivo em R\$30.480). A Companhia espera melhora na geração operacional de caixa durante o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016 em função dos ajustes tarifários obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conjuntamente com a

Notas Explicativas

redução esperada de investimentos em 2016 e com a melhora no cenário hidrológico. Adicionalmente, a Companhia vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida, conforme descrito na nota explicativa 42. A Administração entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo. Cabe destacar, também, que a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R\$979.481 em 2015 e R\$585.474 em 2014.

As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de Publicação
Fitch	A+	-	08.12.2015
S&P	brA/Negativa/brA-2	-	23.12.2015
Moody's	A2.br	Ba3	25.02.2016

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Dentro do processo normal de compra de energia e contratos de uso do sistema de transmissão, foram dados como garantia, principalmente em leilões de energia, no ambiente de comercialização regulado (ACR), conforme previstos nos contratos, recebíveis futuros da controlada Light SESA, no montante de R\$5.417.420, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Notas Explicativas

Consolidado					
Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(333.736)	(1.654.763)	(5.418.108)	(1.373.357)	(8.779.964)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(242.271)	(47.512)	(296.820)	(83.639)	(670.242)
Fornecedores	(1.449.642)	-	-	-	(1.449.642)
Swap	53.088	7.723	337.712	-	398.523

e) Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento.

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	7.574.385	6.582.301
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	447.441	401.138
DÍVIDA LÍQUIDA (A)	7.126.944	6.181.163
Patrimônio líquido (B)	3.669.622	3.628.625
ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA - % (A÷ (B+A))	66%	63%

f) Valor Justo Hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Consolidado				
Mensuração do Valor Justo				
	31.12.2015	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
ATIVO				
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	74.682	-	74.682	-
Ativo financeiro de concessões (nota 10)	2.932.833	-	-	2.932.833
Swaps	583.003	-	583.003	-
TOTAL	3.590.518	-	657.685	2.932.833
PASSIVO				
Swaps	720	-	720	-
TOTAL	720	-	720	-

Consolidado				
Mensuração do Valor Justo				
	31.12.2014	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
ATIVO				
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	104.698	-	104.698	-
Ativo financeiro de concessões (nota 10)	2.446.443	-	-	2.446.443
Swaps	211.291	-	211.291	-
TOTAL	2.762.432	-	315.989	2.446.443
PASSIVO				
Swaps	16.770	-	16.770	-
TOTAL	16.770	-	16.770	-

O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como disponível para venda, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os exercícios e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do exercício estão evidenciados na nota explicativa 10, sendo que não houve nenhum efeito no patrimônio líquido.

36. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2015, o grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Notas Explicativas

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguro Garantia Financeira – Comercialização de Energia e Judicial, Seguro Patrimonial – Compreensivo Empresarial (Imóveis Alugados), Seguro de Transporte Internacional – Importação, Seguro Viagem Corporativo e Seguro de Pessoas.

A composição dos principais seguros considerada pela Administração é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Bruto (considerando Custo de apólice + IOF)
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2015	10.08.2016	40.350	160
Responsabilidade Civil e Geral	31.10.2015	31.10.2016	20.000	772
Riscos Operacionais ^(a)	31.10.2015	31.10.2016	6.968.852	3.058

^(a) Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$300.000 - Indenização

^(a) Valor Total em Risco de R\$6.968.852

37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: distribuição de energia, geração de energia, comercialização de energia e outros (inclusive a holding). As eliminações compreendem os saldos, transações e participações acionárias entre os segmentos. A Companhia está segmentada de acordo com sua operação, que tem riscos e remunerações diferentes. A Companhia não possui nenhum cliente que corresponda a mais que 10% da receita ou contas a receber, bem como opera apenas no Brasil.

Notas Explicativas

As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão apresentadas a seguir:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2015
Ativos :						
Ativo circulante	3.419.128	402.486	178.252	96.088	(119.718)	3.976.236
Outros ativos não circulantes	4.234.131	101.318	70.844	408	-	4.406.701
Investimento	19.264	492.298	-	3.633.308	(3.390.666)	754.204
Imobilizado	269.331	1.346.534	93.004	764	-	1.709.633
Intangível	4.054.457	2.935	1.676	137	-	4.059.205
TOTAL DOS ATIVOS	11.996.311	2.345.571	343.776	3.730.705	(3.510.384)	14.905.979

Passivos e Patrimônio Líquido:						
Passivo circulante	3.614.557	670.733	176.846	56.953	(119.718)	4.399.371
Passivo não circulante	5.832.319	950.485	53.282	900	-	6.836.986
Patrimônio líquido	2.549.435	724.353	113.648	3.672.852	(3.390.666)	3.669.622
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.996.311	2.345.571	343.776	3.730.705	(3.510.384)	14.905.979

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2014
Ativos :						
Ativo circulante	2.628.993	238.221	186.749	173.510	(272.221)	2.955.252
Outros ativos não circulantes	4.074.284	49.602	79.153	312	-	4.203.351
Investimento	19.424	601.473	-	3.621.983	(3.416.233)	826.647
Imobilizado	266.263	1.343.259	94.774	791	-	1.705.087
Intangível	3.940.558	2.248	906	145	-	3.943.857
TOTAL DOS ATIVOS	10.929.522	2.234.803	361.582	3.796.741	(3.688.454)	13.634.194

Passivos e Patrimônio Líquido:						
Passivo circulante	2.640.571	210.518	181.502	164.402	(272.221)	2.924.772
Passivo não circulante	5.807.357	1.221.670	50.869	901	-	7.080.797
Patrimônio líquido	2.481.594	802.615	129.211	3.631.438	(3.416.233)	3.628.625
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.929.522	2.234.803	361.582	3.796.741	(3.688.454)	13.634.194

Resultados por segmento:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2015
RECEITA LÍQUIDA	9.750.858	567.931	867.514	11.567	(550.566)	10.647.304
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(9.396.540)	(254.869)	(762.104)	(22.175)	550.566	(9.885.122)
Equivalência Patrimonial	-	(119.351)	-	49.147	(51.637)	(121.841)
RESULTADO FINANCEIRO	(414.607)	(112.611)	13.709	1.957	-	(511.552)
Receita Financeira	896.763	189.076	19.812	2.068	(8.776)	1.098.943
Despesa Financeira	(1.311.370)	(301.687)	(6.103)	(111)	8.776	(1.610.495)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(60.289)	81.100	119.119	40.496	(51.637)	128.789
Contribuição Social	5.616	(18.405)	(10.658)	(190)	-	(23.637)
Imposto de Renda	15.515	(50.033)	(28.010)	(229)	-	(62.757)
RESULTADO LÍQUIDO	(39.158)	12.662	80.451	40.077	(51.637)	42.395

Notas Explicativas

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2014 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	8.248.851	581.482	899.199	5.320	(534.020)	9.200.832
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(7.372.491)	(282.454)	(820.965)	(15.954)	534.020	(7.957.844)
Equivalência Patrimonial	-	137.565	(147)	670.621	(673.420)	134.619
RESULTADO FINANCEIRO	(350.136)	(105.349)	11.964	1.041	-	(442.480)
Receita Financeira	332.694	20.872	15.803	1.181	(10.038)	360.512
Despesa Financeira	(682.830)	(126.221)	(3.839)	(140)	10.038	(802.992)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	526.224	331.244	90.051	661.028	(673.420)	935.127
Contribuição Social	(48.303)	(17.762)	(8.495)	(130)	-	(74.690)
Imposto de Renda	(128.845)	(46.319)	(22.363)	(79)	-	(197.606)
RESULTADO LÍQUIDO	349.076	267.163	59.193	660.819	(673.420)	662.831

38. REAJUSTE TARIFÁRIO

Em 27 de fevereiro de 2015, devido ao desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos, resultante de alterações nos custos não gerenciáveis, foi aprovado pela Aneel um índice médio de reajuste extraordinário de 22,48%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 02 de março de 2015.

Em 05 de novembro de 2015, foi aprovado pela Aneel o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado homologado representa um reajuste tarifário médio de 24,92%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) Estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 16,97%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) Financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, de 7,95%. Considerando a retirada do componente financeiro presente nas tarifas da Light SESA, de 8,64%, os consumidores observaram um aumento médio em suas contas de luz de 16,78%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 07 de novembro de 2015.

39. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO

Plano de Incentivo em “Opções Fantasma”

A Modalidade de “Opções Fantasma” foi oferecida aos executivos elegíveis indicados pelo Conselho de Administração e está diretamente atrelada à criação de valor da Light, medida por meio da variação da Unidade de Valor da Light (UVL). O cálculo da UVL é resultante da ponderação dos seguintes fatores:

1. Valor de mercado das ações da Light S.A.;
2. Valor econômico (múltiplo do EBITDA);
3. Valor de dividendos distribuídos.

Notas Explicativas

A diferença entre a UVL prevista no Programa para o ano de outorga e a UVL verificada no ano de exercício multiplicado pela quantidade de opções exercidas pelo participante montará o total do bônus de longo prazo a ser pago a cada participante.

A Companhia efetuou os cálculos referentes à UVL para 31 de dezembro de 2015 e de 2014. Visto que o valor ficou inferior à UVL no ano de outorga, não existe nenhuma obrigação constituída em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

40. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

a) Contratos de venda de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia convencional contratada Total (MW médio)	Energia incentivada contratada Total (MW médio)
2016	492,90	9,95
2017	505,90	9,95
2018	509,90	-
2019	494,90	-
2020	449,64	-
2021	449,64	-
2022	449,64	-
2023	449,64	-
2024	449,64	-
2025	449,64	-
2026	449,64	-

b) Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía compromissos de compra de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Mw médio Contrato bilateral	Mw médio Itaipu	Mw médio PROINFA	Mw médio Leilões de Energia	Mw médio Total Contratos
2016	725	583	61	2.270	3.639
2017	725	590	60	2.381	3.756
2018	725	586	60	2.449	3.820
2019	725	582	60	2.389	3.756
2020	725	578	60	2.341	3.704
2021	725	578	60	2.341	3.704
2022	725	578	60	2.341	3.704
2023	725	578	60	2.341	3.704
2024	725	578	60	2.341	3.704
2025	-	578	60	2.341	2.979
2026	-	-	-	2.341	2.341
2027	-	-	-	2.341	2.341

c) Compromissos significativos assumidos

Em setembro de 2014, a controlada Light SESA assinou um contrato com a Landis+Gyr Equipamentos de Medição Ltda ("Landis+Gyr") para o fornecimento de equipamentos e prestação de serviços para automação de redes áreas e subterrâneas por um Sistema Integrado, utilizando Redes e Dispositivos Inteligentes na Distribuição ("Projeto Smart Grid"). O contrato prevê o fornecimento de aproximadamente um milhão de medidores por cinco anos, no valor total de R\$750.000, sendo que ainda restam R\$465.867 a incorrer.

41. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Consolidado	
	2015	2014
Encargos financeiros capitalizados (imobilizado e intangível)	34.822	31.856
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	23.349	83.717
Receita de construção (DVA)	993.029	989.381

42. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Não adesão por partes da controlada Light Energia e da controlada em conjunto Lightger à proposta de repactuação do risco hidrológico

Em janeiro de 2016, após a avaliação dos vários cenários do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") conjugados com as obrigações e os direitos definidos pela Resolução Normativa da Aneel 684/2015, a Companhia decidiu por não aderir à proposta de repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), conforme condições estabelecidas.

- b) Rolagem do empréstimo junto ao Santander

Em 02 de fevereiro de 2016, foi realizada a rolagem da Operação 4131 da controlada Light SESA com o Santander, no montante de R\$120.000. A dívida vence no dia 1º de fevereiro de 2017 e tem taxa de juros de CDI + 4,01 a.a.

- c) Aumento de Capital na controlada em conjunto Renova Energia

Em 02 de fevereiro de 2016, a Administração da Renova aprovou aumento de capital no valor de R\$731.248 mediante a emissão de até 81.587.997 de novas ações ordinárias e de até 28.208.946 de novas ações preferencias.

A Cemig Geração e Transmissão S.A - Cemig GT aprovou o aporte de até R\$240.000,

Notas Explicativas

sendo R\$85.000 subscritos e integralizados em 03 de fevereiro de 2016, R\$115.000 a serem subscritos e integralizados em março de 2016, e até R\$40.000 a serem subscritos e integralizados na rodada de sobras, no caso de existência.

Será dada preferência aos atuais acionistas da Companhia de participarem do aumento de capital na proporção de suas participações sociais. A controlada Light Energia ainda está avaliando se exercerá seu direito de preferência para realizar algum aporte de capital considerando sua atual gestão de liquidez mencionada na nota explicativa 35.

O Aumento de Capital é uma das ações para dar sequência ao plano de negócios da Renova após o cancelamento da Fase II da transação com a *TerraForm* e servirá para reforçar o caixa da Companhia e fazer frente à implantação dos projetos já em construção e em fase de desenvolvimento, bem como para honrar com as despesas e dívidas da holding.

d) Solicitação de Revisão Tarifária Extraordinária

Em 05 de fevereiro de 2016, a controlada Light SESA protocolou requerimento solicitando à Diretoria Colegiada da Aneel a Revisão Tarifária Extraordinária de suas tarifas, conforme prevê a Subcláusula Nona da Cláusula Sétima de seu Contrato de Concessão, em razão de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro de sua concessão. Tal desequilíbrio foi causado por questões alheias à gestão da controlada Light SESA, principalmente: (i) a redução de sua margem (Parcela B) causada pelo aumento relevante dos itens da Parcela A, que majorou significativamente os prejuízos causados pela inadimplência e pelo furto de energia, além das perdas financeiras causadas pelo saldo expressivo da CVA; e (ii) a obrigação de realizar investimentos vultosos extraordinários direta e indiretamente relacionados aos Jogos Olímpicos Rio 2016, cuja remuneração só ocorreria a partir da próxima Revisão Tarifária Periódica, prevista para novembro de 2018.

e) Rolagem do empréstimo junto ao Tokyo

Em 11 de março de 2016, foi realizada a rolagem parcial da Operação 4131 da controlada Light SESA com o Tokyo, no montante de R\$109.000. A dívida vence no dia 11 de março de 2017 e tem taxa de juros de CDI + 4,28 a.a.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
EFETIVOS	SUPLENTES
Nelson José Hubner Moreira	Samy Kopit Moscovitch
Giles Carriconde Azevedo	César Vaz de Melo Fernandes
Fernando Henrique Schüffner Neto	Eduardo Henrique Campolina Franco
Marcello Lignani Siqueira	Daniel Batista da Silva Júnior
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Rogério Sobreira Bezerra
Ana Marta Horta Veloso	José Augusto Gomes Campos
Marcos Ricardo Lot	Edson Rogério da Costa
Marcelo Pedreira de Oliveira	Luís Carlos da Silva Cantídio Junior
André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes	-
Silvio Artur Meira Starling	Eduardo Maculan Vicentini
Carlos Alberto da Cruz	Magno dos Santos Filho

CONSELHO FISCAL	
EFETIVOS	SUPLENTES
Edson Machado Monteiro	Izauro dos Santos Callais
Raphael Manhães Martins	Jayme Silva Filho
Adriano Pereira de Paula	Leonardo Rodrigues Tavares
Luis Aniceto Silva Cavicchioli	Francisco Vicente Santana Silva Telles
Rafael Amorim de Amorim	Moacir Dias Bicalho Júnior

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Marta Horta Veloso

Diretora Presidente e Diretora de Desenvolvimento de Negócios e
Relações com Investidores (interina)

Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes

Diretor de Finanças

Ailton Fernandes Dias

Diretor de Gestão Empresarial e Diretor de Gente (interino)

Wilson Couto Oliveira

Diretor de Distribuição

Fernando Antônio Fagundes Reis

Diretor Jurídico

Luis Fernando de Almeida Guimarães

Diretor de Energia

Ronald Cavalcante de Freitas

Diretor de Comunicação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Roberto Caixeta Barroso

Superintendente de Controladoria

CPF 013.011.556-83

CRC-MG 078086/O-8

Simone da Silva Cerutti de Azevedo

Contadora - Gerente de Contabilidade

CPF 094.894.347-52

CRC-RJ 103826/O-9

Proposta de Orçamento de Capital**Orçamento de Capital para o exercício de 2016 da Light S.A.**

Com relação aos investimentos constantes no Orçamento de Capital para o exercício findo em 2015, foram realizados 17,2% acima dos valores previstos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Aplicações Light S.A. - 2015 - R\$ MIL	Previsto	Realizado	A Realizar
Investimentos em Ativos Elétricos	642.974	765.486	(122.512)
Distribuição	201.810	262.923	(61.113)
Ações Convencionais de Combate à Perdas	79.938	86.125	(6.187)
Novas Tecnologias de Combate à Perdas	220.663	272.747	(52.084)
Transmissão	140.563	143.691	(3.128)
Investimentos em Ativos Não Elétricos	46.015	60.717	(14.702)
Distribuição	9.747	8.458	1.289
TI	27.100	45.698	(18.598)
Logística	1.000	1.196	(196)
Patrimônio	2.518	2.476	42
Comunicação	2.450	-	2.450
Finanças	3.200	2.889	311
Outras Empresas	80.480	66.721	13.758
ESCO	-	10.297	(10.297)
Energia Geração	44.000	35.121	8.879
PCH Lajes	36.052	21.051	15.000
Eólicas	428	159	269
Comercialização	-	93	(93)
Sub-Total	769.468	892.925	(123.457)
Aportes	35.905	50.978	(15.073)
BELO MONTE	32.748	41.116	(8.368)
ITAOCARA	1.818	9.862	(8.044)
Outros investimentos	1.339	-	1.339
Total	805.373	943.903	(138.530)

Proposta de Orçamento de Capital

Atendendo ao previsto no parágrafo 2º, do artigo 196, da Lei nº 6.404/76, submete-se a seguinte proposta de Orçamento de Capital consolidado do Grupo Light à Assembleia Geral Ordinária para o exercício de 2016, no valor de R\$929.141 mil, conforme fontes de financiamento abaixo:

Fontes de Recursos - R\$ MIL	2016
Retenção de Lucros do Exercício de 2015	49.713
Recursos Próprios ou de Terceiros	879.428
Total das Fontes de Recursos	929.141

A seguir é apresentado o resumo das aplicações do Orçamento de Capital para o exercício de 2016:

Aplicações Light S.A. - R\$ MIL	2016
Investimentos em Ativos Elétricos	655.613
Distribuição	272.243
Ações Convencionais de Combate à Perdas	106.674
Novas Tecnologias de Combate à Perdas	158.176
Transmissão	118.520
Investimentos em Ativos Não Elétricos	53.250
Distribuição	3.000
TI	43.000
Logística	1.000
Patrimônio	3.000
Comunicação	-
Finanças	3.250
Outras Empresas	70.477
Energia Geração	28.017
PCH Lajes	39.841
Eólicas	632
Comercialização	187
Esco	1.800
Sub-Total	779.341
Aportes	149.800
BELO MONTE	67.700
ITAOCARA	17.500
RENOVA	40.000
GUANHÃES	24.500
Outros investimentos	100
Total	929.141

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**a) Composição Acionária****a.1) Acionistas com mais de 5% das Ações da Light S.A., em 31 de dezembro de 2015:**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.

ACIONISTAS	31.12.2015		31.12.2014	
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
GRUPO CONTROLADOR				
RME Rio Minas Energia Participações	26.576.150	13,03	26.576.150	13,03
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais (*)	53.152.298	26,06	53.152.298	26,06
Luce Empreendimentos e Participações	26.576.149	13,03	26.576.149	13,03
OUTROS				
BNDES Participações S.A – BNDESPAR (*)	19.140.808	9,39	19.140.808	9,39
Minoritários	78.488.655	38,49	78.488.655	38,49
TOTAL	203.934.060	100,00	203.934.060	100,00

(*) Empresa de Capital Aberto

a.2) Acionistas com mais de 5% das Ações da RME - Rio Minas Energia Participações S.A., em 31 de dezembro de 2015:

ACIONISTAS	31.12.2015		31.12.2014	
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
Redentor Energia S.A. (*)	709.309.572	100,00	709.309.572	100,00
TOTAL	709.309.572	100,00	709.309.572	100,00

(*) Empresa de Capital Aberto

a.3) Acionistas com mais de 5% das Ações da Redentor Energia S.A., em 31 de dezembro de 2015:

ACIONISTAS	31.12.2015		31.12.2014	
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica	108.250.867	99,79	105.019.680	96,81
Outros	229.961	0,21	3.461.148	3,19
TOTAL	108.480.828	100,00	108.480.828	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

a.4) Acionistas com mais de 5% das Ações da Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica, em 31 de dezembro de 2015:

ACIONISTAS	31.12.2015					
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
Redentor Fundo de Investimento em Participações	358.227.651	50,00	716.455.302	100,00	1.074.682.953	75,00
Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (*)	358.227.651	50,00	-	-	358.227.651	25,00
TOTAL	716.455.302	100,00	716.455.302	100,00	1.432.910.604	100,00

ACIONISTAS	31.12.2014					
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
Redentor Fundo de Investimento em Participações	358.227.651	50,00	716.455.302	100,00	1.074.682.953	75,00
Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (*)	358.227.651	50,00	-	-	358.227.651	25,00
TOTAL	716.455.302	100,00	716.455.302	100,00	1.432.910.604	100,00

(*) Empresa de Capital Aberto

a.5) Acionistas com mais de 5% das Ações da Redentor Fundo de Investimento em Participações, em 31 de dezembro de 2015:

ACIONISTAS	31.12.2015		31.12.2014	
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE ¹	%
Banco BTG Pactual S.A.	142	14,23	142	14,23
Banco Santander (Brasil) S.A.	285	28,59	285	28,59
Banco Votorantim S.A.	285	28,59	285	28,59
BB Banco de Investimento S.A.	285	28,59	285	28,59
TOTAL	997	100,00	997	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

a.6) Acionistas com mais de 5% das Ações da **Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG**, em 31 de dezembro de 2015:

ACIONISTAS	31.12.2015					
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE¹	%	QUANTIDADE¹	%	QUANTIDADE¹	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	-	214.414.739	17,03
MGI Minas Gerais Participações	-	-	10.000.000	1,19	10.000.000	0,79
AGC Energia S.A	84.357.856	20,05	25.952.966	3,10	110.310.822	8,76
Demais Acionistas	121.992.113	28,99	801.563.331	95,64	923.555.444	73,38
Ações em Tesouraria	-	-	560.649	0,07	560.649	0,04
TOTAL	420.764.708	100,00	838.076.946	100,00	1.258.841.654	100,00

ACIONISTAS	31.12.2014					
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE¹	%	QUANTIDADE¹	%	QUANTIDADE¹	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	-	214.414.739	17,03
MGI Minas Gerais Participações	-	-	78.582.845	9,38	78.582.845	6,24
AGC Energia S.A	138.700.848	32,96	42.671.763	5,09	181.372.611	14,41
Demais Acionistas	67.649.121	16,08	716.261.689	85,46	783.910.810	62,27
Ações em Tesouraria	-	-	560.649	0,07	560.649	0,04
TOTAL	420.764.708	100,00	838.076.946	100,00	1.258.841.654	100,00

a.7) Acionistas com mais de 5% das Ações da **Luce Empreendimentos e Participações S.A.**, em 31 de dezembro de 2015:

ACIONISTAS	31.12.2015		31.12.2014	
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE¹	%	QUANTIDADE¹	%
Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica	177.328.389	100,00	177.328.389	100,00
Outros	4	-	4	-
TOTAL	177.328.393	100,00	177.328.393	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Posição acionária consolidada dos controladores e administradores e ações em circulação da Light S.A em 31 de dezembro de 2015:**

ACIONISTAS	31.12.2015		31.12.2014	
	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%
Controladores	106.304.597	52,12	106.304.597	52,12
Administradores				
Conselho de Administração ⁽¹⁾	1.003	-	1.010	-
Diretoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Ações em Circulação:	-		-	
BNDES Participações	19.140.808	9,39	21.005.208	9,39
Outros(minoritários)	78.487.652	38,49	76.623.245	38,49
TOTAL	203.934.060	100,00	203.934.060	100,00
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	97.629.463	47,87	97.629.463	47,87

⁽¹⁾ Dessas ações, dez estão detidas à Título Fiduciário, mediante assinatura de Ordem de Transferência de Ações (OTA), com o Grupo de Controle.

b) Vinculação à Câmara de Arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Light S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Light S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Ausência de evidência de auditoria suficiente em relação ao investimento e resultado de equivalência da Amazônia Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015 e para o exercício findo naquela data

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e 12, a Companhia possui investimento indireto na Norte Energia S.A. ("Norte Energia"), avaliado pelo método de equivalência patrimonial, que está sendo objeto de investigação conduzida pela acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Em decorrência da não finalização dessa investigação, os exames de auditoria das demonstrações financeiras da Amazônia Energia S.A. ("Amazônia Energia"), investidora direta na Norte Energia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram concluídos até a presente data. Consequentemente, não obtivemos evidência de auditoria suficiente em relação ao investimento detido na Amazônia Energia pela Companhia, no montante de R\$174.445 mil em 31 de dezembro de 2015, e ao resultado negativo de equivalência patrimonial correspondente de R\$1.661 mil para o exercício findo naquela data.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", se houver, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Light S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, em decorrência das reclassificações descritas na referida nota explicativa, os valores correspondentes, referentes às demonstrações consolidadas do resultado e do valor adicionado (informação suplementar), para o

exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU John Alexander Harold Auton
Auditores Independentes Contador
CRC 2SP 011.609/O-8-“F” RJ CRC 1RJ 078.183/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da LIGHT S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e a proposta da Destinação dos Resultados, todos os documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, da Controladora e Consolidado, bem como o Orçamento de Capital de 2016.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, tendo em conta, ainda, o parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, emitido em 28 de março de 2015, com ressalva relacionada à limitação de escopo sobre o investimento na Amazônia Energia, o CONSELHO FISCAL, pela unanimidade de seus membros, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembléia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação.

Em relação ao Relatório Anual da Administração os Conselheiros Fiscais na forma do art. 163, II da Lei das Sociedades Anônimas esclarecem no item “Distribuição de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio” que, conforme informações prestadas pela Administração da Companhia, a proposta de distribuição de dividendos levou em conta além da disponibilidade de caixa da Companhia, a natureza do resultado apurado em 31 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2016.

Edson Machado Monteiro

Adriano Pereira de Paula

Luís Aniceto Silva Cavicchioli

Rafael Amorim de Amorim

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015 e Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes.

Ana Marta Horta Veloso
Diretora Presidente e Diretora de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores (interina)

Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes
Diretor de Finanças

Ailton Fernandes Dias
Diretor de Gestão Empresarial e Diretor de Gente (interino)

Wilson Couto Oliveira
Diretor de Distribuição

Fernando Antônio Fagundes Reis
Diretor Jurídico

Luis Fernando de Almeida Guimarães
Diretor de Energia

Ronald Cavalcante de Freitas
Diretor de Comunicação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015 e Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes.

Ana Marta Horta Veloso

Diretora Presidente e Diretora de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores (interina)

Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes

Diretor de Finanças

Ailton Fernandes Dias

Diretor de Gestão Empresarial e Diretor de Gente (interino)

Wilson Couto Oliveira

Diretor de Distribuição

Fernando Antônio Fagundes Reis

Diretor Jurídico

Luis Fernando de Almeida Guimarães

Diretor de Energia

Ronald Cavalcante de Freitas

Diretor de Comunicação